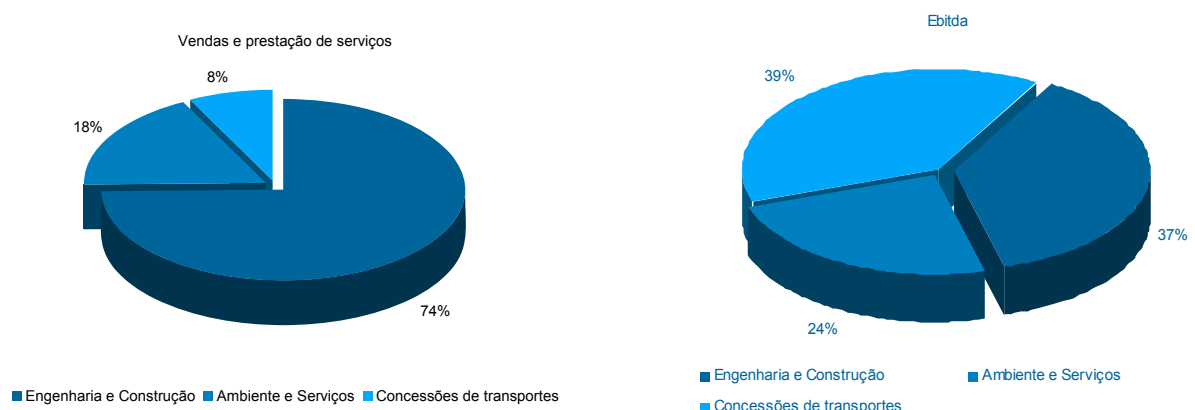


MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.
RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2007



Destaques

- Carteira de encomendas cresce 29% para 1,9 mil milhões de euros
- Crescimento de 15,9% das Vendas e prestações de serviços
- Margem EBITDA e EBIT de 17,7% e 10,6%
- Resultado líquido cresce para 98 milhões de euros
- Endividamento líquido ascende a 1.742 milhões de euros, dos quais 943 milhões de euros relativos a endividamento sem recurso



Síntese

	milhares de euros						
	4T07	% VN	Δ %	4T06	% VN	4T06	% VN
	(pró-forma)						
Vendas e Prestações de Serviços	1.401.900		15,9%	1.209.079		1.308.244	
EBITDA	248.495	17,7%	93,8%	128.219	10,6%	141.594	10,8%
EBIT	148.186	10,6%	99,5%	74.263	6,1%	84.050	6,4%
Ganho de capital na Martifer	67.433	4,8%		0		0	
Resultados financeiros	(107.453)	(7,7%)	(210,5%)	(34.606)	(2,9%)	(36.013)	(2,8%)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	15.839	1,1%	(2,1%)	16.179	1,3%	9.713	0,7%
Resultados antes de impostos	124.006	8,8%	122,1%	55.836	4,6%	57.749	4,4%
Resultado líquido consolidado	107.745	7,7%	186,3%	37.635	3,1%	37.635	2,9%
Atribuível:							
a interesses minoritários	10.207	0,7%	88,0%	5.429	0,4%	5.429	0,4%
ao Grupo	97.538	7,0%	202,9%	32.205	2,7%	32.205	2,5%

Pró-forma: consolidação do Grupo Martifer pelo método da equivalência patrimonial
 Ebitda = Resultado operacional + amortizações + provisões e perdas de imparidade
 Endividamento líquido = Endividamento – caixa e seus equivalentes

Índice

Destaques	2
Principais acontecimentos	4
Mensagem do Presidente	5
Relatório de Gestão Consolidado	7
Áreas de negócio	8
Engenharia e Construção	8
Ambiente e Serviços	13
Concessões de transportes	17
Indústria e Energia	20
Mota-Engil na bolsa	21
Enquadramento macro-económico	24
Análise económico-financeira	26
Gestão dos riscos	30
Recursos Humanos	34
Publicidade de participações	36
Proposta de aplicação de resultados	39
Nota final	40
Informação Financeira Consolidada	42
Demonstração dos Resultados Consolidados	43
Demonstração dos Resultados Trimestrais	44
Balanço Consolidado	45
Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado	46
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	47
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	48
Relatório sobre as Práticas de Governo Societário	108
Relatórios de Fiscalização	121
Certificação Legal das Contas	122
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	124
Relatório de Auditoria	126

Principais acontecimentos

- Reforço da carteira de encomendas para cerca de 1,9 mil milhões de euros
- Oferta Pública de Subscrição e consequente entrada em bolsa da participada MARTIFER, SGPS, SA, da qual resultou um ganho de capital de 67 milhões de euros para a MOTA-ENGIL SGPS
- Conclusão da aquisição do GRUPO TERTIR que garantiu à MOTA-ENGIL o controlo sobre a totalidade do capital da empresa
- MARTIFER e a Suzlon passaram a controlar 86,5% da empresa Alemã Repower Systems AG na sequência da Oferta Pública de Aquisição
- Reforço da posição nos terminais portuários de Lisboa, através da aquisição da MULTITERMINAL, SA, sociedade que detém 50% da SOTAGUS e 31,25% da LISCONT
- Adjudicação de uma concessão de auto-estrada em regime de concepção, construção e manutenção no México ao consórcio constituído pelo GRUPO MOTA-ENGIL, ES Concessões e Grupo Isolux Corsan
- Assinatura do contrato de concessão da Grande Lisboa
- Recebimento da dívida do Estado Angolano

Mensagem do Presidente

“Exmos. Senhores Accionistas

É com grande orgulho que Vos transmito, mais uma vez, uma mensagem de optimismo pela performance do Grupo Mota-Engil em 2007.

Neste ano conseguimos atingir as diversas metas a que nos tínhamos proposto.

Apesar das dificuldades resultantes da conjuntura internacional e com a economia portuguesa a reagir com dificuldade, foi reforçada a estratégia definida pelo Grupo e implementada durante a última década.

Somos hoje um grupo económico com uma significativa taxa de diversificação. O Grupo Mota-Engil consolidou as suas Concessionárias Rodoviárias, bem como a Tertir – empresa que gere a actividade das concessões portuárias no nosso Grupo.

Foi esse o caminho que traçámos, foi o objectivo que prosseguimos durante os últimos anos e que com sucesso fomos alcançando, projecto a projecto, empresa a empresa e que em 2007 se reflecte significativamente no balanço e contas que apresentamos.

Mas 2007 é também importante porque a nossa associada Martifer atingiu a plena maturidade, dispersou o seu capital com o sucesso que todos reconheceram e tem hoje uma estratégia de diversificação bem definida.

Alcançado este objectivo, antes do prazo estabelecido, estamos agora empenhados na definição de estratégia para o período de 2009-2013, definindo novos desafios e novos objectivos de crescimento e rentabilidade.

São motivadoras as novas oportunidades: os grandes projectos de infraestruturas públicas em Portugal e o potencial de crescimento do Mercado da Europa Central e de Angola são alguns dos exemplos.

Gostaria ainda de salientar que podemos incrementar a internacionalização dos nossos negócios de Ambiente e Serviços e Concessões de Transporte. Após a consolidação em Portugal e a internacionalização que já ocorre em Angola e Polónia (Ambiente e Serviços) e no México (Concessões de Transportes) temos novas oportunidades de alargar estas actividades em outros países. Não menos importante, é ainda o potencial que as empresas do Sector Logístico podem gerar.

São desafios que temos de vencer.

É minha convicção que as Novas Metas Estratégicas serão apresentadas no final do 1º semestre de 2008, ao mesmo tempo que reforçaremos a aposta na formação, com redobrado esforço, criando ao mesmo tempo novos desafios de carreira para os nossos Quadros, num objectivo comum de juntar a “experiência – ousada” dos menos jovens com “ambição – jovem” dos menos experientes.

Foi com definição clara de objectivos, da estratégia para a sua prossecução e com a motivação de todos os colaboradores que conseguimos atingir os objectivos propostos.

Mantemos este propósito com novos desafios e motivação contínua dos nossos colaboradores.

A concretização da estratégia de futuro passará também pela adopção de um modelo de gestão adequado a uma nova fase do ciclo da vida do Grupo com especial destaque para a criação de uma segunda dimensão de gestão (as dos mercados geográficos) que passará a cruzar transversalmente as áreas de negócio. Este novo passo na nossa organização deverá ainda permitir a implementação das melhores práticas, plataformas e processos em todas as empresas do Grupo.

Tudo isto significa que continuamos ambiciosos. Sabemos para onde queremos ir, como sabemos o caminho a percorrer:

- no rigor da gestão e na ambição de rigor e eficiência, de eficácia e inovação;
- numa actuação responsável perante todos os “stakeholders” afirmando a sustentabilidade e a responsabilidade social como um valor estruturante;
- e numa equipa cujo talento deve ser potenciado para que possamos superar os nossos objectivos no futuro... Atraindo, retendo e desenvolvendo os melhores recursos humanos... Gerando oportunidades de desenvolvimento de carreiras profissionais... Criando condições para que as PESSOAS trabalhem como UMA GRANDE EQUIPA a que se orgulham de pertencer!

O objectivo é atingir o nível de excelência a que nos propomos.

A ambição é a de continuar a fazer crescer o Grupo com o reforço da afirmação e do valor a nível nacional e internacional.

Estou certo que vamos conseguir. “

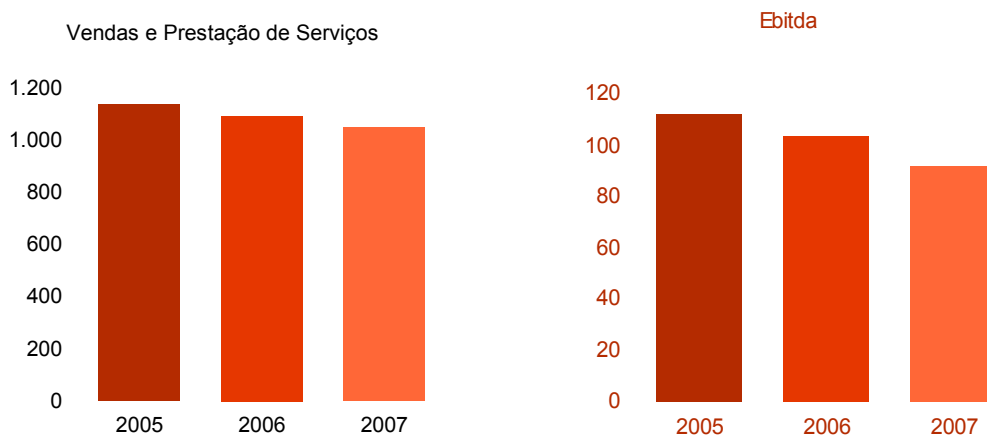
António Mota

Presidente do Conselho de Administração

Relatório de Gestão Consolidado

1. Áreas de negócio

Engenharia e Construção



Península Ibérica

A actividade de engenharia e construção no segmento da Península Ibérica encontra no mercado português um mercado muito diferente do mercado espanhol. Enquanto o primeiro está num período, que dura já alguns anos, de enorme crise, com diminuição da procura, excesso de capacidade instalada e encolhimento das margens praticadas, o mercado espanhol vive uma euforia alimentada por um programa de investimentos públicos em infraestruturas muito ambicioso. O investimento em construção em Espanha apresenta taxas de crescimento anuais sempre acima dos 5,5% desde 1997 até 2006.

O mercado espanhol mostra-se, nesta perspectiva, um mercado muito atraente e, portanto, o GRUPO MOTA-ENGIL continua atento a oportunidades de nele intensificar a actividade. Com esse propósito, foi adquirida uma sociedade a operar actualmente no mercado Galego da construção. Além disso, a sucursal espanhola da MOTA-ENGIL ENGENHARIA vem consolidando a sua presença, sobretudo em nichos de mercado altamente especializados e de elevada complexidade técnica.

Contudo, o facto de estarmos perante um mercado ao qual o acesso por parte de agentes estrangeiros é muito dificultado, ao mesmo tempo que apresenta operadores nacionais de excelência mundial, torna difícil a prossecução do objectivo de crescimento do GRUPO.

Em Portugal, 2007 foi um ano em que se verificou um abrandamento no ritmo de encolhimento do mercado, ainda que ele continue a ser uma realidade. O investimento em construção caiu em 2007 cerca de 1,8%, quando em 2006 tinha caído mais de 6%.

É expectativa do GRUPO que o ano de 2008 se venha a revelar como um ano de inversão deste ciclo depressivo no sector da construção. Esta convicção é baseada naquelas que têm sido as orientações políticas para os investimentos públicos no país. O Plano de Investimento em Infraestruturas Prioritárias (PIIP) anuncia a adjudicação de projectos relacionados com a construção no valor de 16 mil milhões de euros nos próximos 4 anos. Além disso, as estimativas mais actuais apontam para adjudicações de grande projectos que, de 2009 a 2018, atingirão os 27 mil milhões de euros.

De acordo com estas perspectivas, o GRUPO MOTA-ENGIL tem vindo a colocar-se em posição de desempenhar um papel relevante na execução destes projectos, considerados desígnios nacionais. Ao mesmo tempo que somos o líder nacional no segmento da construção, acumulamos experiência e *know-how* em grandes realizações, sejam elas de aeroportos, auto-estradas, pontes, ou caminhos de ferro.

Estamos, assim, a adoptar todas as medidas de organização interna necessárias, bem como a efectuar avultados investimentos nos activos produtivos, no sentido de estar sempre na primeira linha das futuras adjudicações. Exemplos destas iniciativas são o estabelecimento de um consórcio inteiramente nacional para concorrer ao projecto no novo aeroporto internacional de Lisboa e os investimentos efectuados pelas associadas especializadas nos trabalhos de construção em ferrovias, antecipando necessidades que decorrerão do lançamentos dos concursos para as linhas de alta velocidade.

Um aspecto que nos dá grande confiança para enfrentar com optimismo esta nova fase, que acreditamos está a arrancar, é o facto de ser reconhecida ao GRUPO MOTA-ENGIL, para além da condição de líder de mercado, também a liderança na competência técnica colocada na execução dos seus contratos. Inclusivamente, fomos merecedores de confiança para prosseguir, e levar a bom porto, projectos que se tinham mostrado de extraordinária complexidade, como é exemplo o projecto do túnel do Rossio, em Lisboa.

Em 2007, o volume de negócios da área em Portugal foi superior a 600 milhões de euros. Por seu lado, a rentabilidade operacional encontrou um sério obstáculo no *dumping* frequentemente praticado pelos operadores do sector nos escassos concursos públicos. Ainda assim, a margem EBITDA dos contratos em Portugal situou-se nos 8,6%.

O processo de internacionalização da actividade da construção continua a ser uma realidade. Com efeito, o mercado doméstico viu mais uma vez reduzir o seu peso no total do volume de negócios da área. Em 2007 o mercado português representou apenas 57% da actividade de construção do GRUPO (2006: 63%).

Europa Central

Os mercados da construção da Europa Central registaram em 2007 mais um ano de forte crescimento. No entanto, países com a Polónia e Hungria são, ainda, caracterizados por um considerável *déficit* de infraestruturas, carecendo de significativos investimentos em construção.

Os países do “alargamento” têm registado taxas de crescimento acima das verificadas na Zona Euro, beneficiando em larga medida da transferência de avultados fundos para modernização das suas infraestruturas.

Assim, estes mercados continuam a ser uma das fortes apostas do GRUPO, por apresentarem perspectivas de intenso crescimento.

Aliás, o GRUPO MOTA-ENGIL está presente na Europa Central desde 1997, pelo que ao longo de mais de 10 anos acumulou valiosa experiência e conhecimento de mercados que, ao mesmo tempo que se tornam mais e mais atraentes, também se revelam muito exigentes e competitivos.

Aproveitando os ensinamentos recolhidos ao longo dos anos de presença, continua a ser implementado um plano de reposicionamento no mercado polaco. Não só se prossegue com a reestruturação dos recursos técnicos e humanos disponíveis, como se adapta a forma de actuação no mercado.

Neste âmbito, e em conformidade com as dificuldades sentidas nas relações com fornecedores, o GRUPO procura integrar nas suas obras uma componente cada vez maior de competências internas, promovendo a integração vertical da actividade. Esta orientação estratégica implica a concentração de investimentos em meios produtivos e, além disso, na integração de actividades produtoras de matérias-primas aplicadas nas construções. A título de exemplo, refere-se a aquisição de uma sociedade polaca de extracção de agregados minerais, produtora de matéria-prima essencial, nomeadamente, no abastecimento de obras de construção e pavimentação de estradas.

A Polónia é, aliás, desta zona da Europa, um dos países com maior carência de infraestruturas rodoviárias. A ilustração desta carência é clara se repararmos que, para atingir o nível português de 2004 no rácio “quilómetros de auto-estrada / milhão de habitantes”, a Polónia ainda precisa de construir mais de 7.200 quilómetros de auto-estradas.

O GRUPO sempre se mostrou atento a novas oportunidades de negócio que nestes países pudessem ser exploráveis, nomeadamente por apresentarem oportunidades de realização de sinergias com a actividade tradicional da construção. É assim que a expansão da actividade ligada ao imobiliário surge como um objectivo a perseguir.

A lista dos países com maiores carências ao nível habitacional é encabeçada, sem dúvida, pela Polónia, mas inclui também a Roménia, a Hungria, a República Checa e a Eslováquia. Em todos estes países, o GRUPO já está presente e em todos eles tem interesses em projectos imobiliários a decorrer. O negócio imobiliário, para além de permitir rentabilidades apreciáveis, próprias de mercados em “explosão”, possibilita também a criação interna de uma carteira de obras com dimensão razoável que garante uma certa estabilidade na actividade da construção.

O comprometimento do GRUPO com a aposta no mercado da Europa Central tem tradução na expansão da actividade para um número cada vez maior de países. Após em 2006 ter ganho a primeira obra na Roménia, foi já intensificada a presença neste país, e, durante 2007, concretizou-se a entrada no mercado eslovaco (volume de negócios de cerca de 18 milhões de euros).

A presença no mercado da Irlanda está a ser consolidada, dispondo já de uma carteira de obras de cerca de 80 milhões de euros, que se divide entre a obra do aeroporto de Dublin (em parceria com o GRUPO MARTIFER) e a participação no consórcio para a execução auto-estrada N7.

Em 2007, o volume de negócios alcançado na Europa Central foi de 219,1 milhões de euros, quando em 2006 tinha sido de 260,7 milhões de euros. No entanto, e como primeiros reflexos do plano de reestruturação que está a ser levado a cabo, o contributo para o Ebitda da área de negócio regista uma evolução bastante positiva: em 2007 o valor foi negativo em 5,3 milhões de euros, sendo que em 2006 tinha sido negativo de 12,6 milhões de euros.

África & América

Angola atingiu nos últimos anos um ritmo impressionante de crescimento económico, com variações anuais do PIB acima dos 15%. O ano de 2007 foi mais um ano de confirmação deste bom desempenho, pois a previsão de um crescimento de 12,8% foi largamente ultrapassada por um crescimento efectivo de 18,6%.

Com efeito, a economia angolana está a ganhar maturidade e estabilidade, com a consolidação de um sector não petrolífero cada vez com mais peso.

O GRUPO MOTA-ENGIL está presente em Angola desde a sua constituição, e assume este como um dos seus naturais mercados de actuação. Consideramos que o GRUPO se encontra muito bem posicionado neste mercado, que conhece bem e no qual é uma das principais referências. É certo que a evolução económica do país traz consigo alterações de mercado e novos concorrentes, mas o GRUPO, beneficiando da sua posição histórica e dotado de excelentes recursos, tem-se mostrado capaz de, não só se adaptar a essas evoluções, como sobretudo de retirar delas vantagens.

Assim, a sucursal angolana da MOTA-ENGIL ENGENHARIA está equipada com meios técnicos modernos e com meios humanos reconhecidamente competentes e vê na estabilidade das instituições públicas e na modernização do aparelho de Estado angolano oportunidades para desenvolver a sua actividade de forma profissional e eficiente.

De destacar, ainda, as boas relações que o GRUPO mantém e promove com o sector público angolano, quer como adjudicatário, quer como parceiro em associadas locais. A resolução da questão da dívida do Estado angolano no início do ano fica como marca do clima de cooperação entre as duas partes.

A actividade em Angola registou em 2007 um ano excelente, com um crescimento de 35% face ao ano transacto para os 168,4 milhões de euros. Aliás, não fosse a depreciação do Dólar americano (moeda na qual se efectua grande parte das transacções em Angola) o contributo deste mercado para o GRUPO MOTA-ENGIL seria ainda mais expressivo. Também ao nível da rentabilidade operacional o ano de 2007 foi muito positivo, com a margem EBITDA a situar-se nos 23,6% (2006: 14,4%).

Assim, o arranque do ano de 2008 é encarado com enorme optimismo, e a expectativa do GRUPO é a de conseguir ainda um maior crescimento, sustentado numa carteira de encomendas robusta e em consolidação (actualmente de cerca de 400 milhões de euros).

Nos outros mercados de África onde o GRUPO MOTA-ENGIL marca presença o ano de 2007 foi também bastante positivo.

Em Moçambique merece destaque a realização da ponte sobre o rio Zambêze, a obra pública de maior dimensão desde a independência deste país. É com grande satisfação que nos vemos associados a esta grande realização, fazendo assim parte da promoção do desenvolvimento de Moçambique.

No Malawi, o GRUPO alargou a sua presença e aumentou a sua actividade com o contrato para realização de trabalhos numa mina de urânio. A adjudicação deste contrato (no valor total de 168 milhões de Dólares americanos e que se estende por 8 anos) apenas foi possível devido ao reconhecido prestígio de que goza o GRUPO neste país, prestígio esse que foi construindo por via do seu posicionamento no mercado, pautado pela correcção e competência na execução.

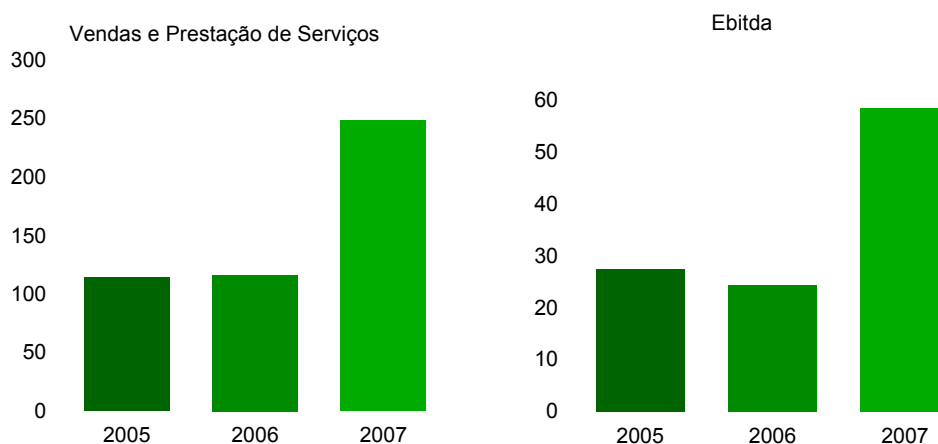
No Peru continuamos a marcar presença sobretudo na actividade de movimentação de terras. O ano de 2007 foi mais um bom ano para a actividade neste país, sendo que a estabilidade do mercado permite continuar a desenvolver a estratégia de crescimento e valorização da nossa associada local. É neste sentido que estão a ser dados novos passos para a diversificação da actividade, com a entrada no mercado da promoção imobiliária.

Nos EUA a associada MK CONTRACTORS que se dedica à construção de empreendimentos imobiliários residenciais foi inevitavelmente afectada pela crise do mercado habitacional norte-americano. De facto, mesmo os contratos já em vigor registaram abrandamentos e a actividade sofreu em 2007 um abrandamento face ao ano anterior (reduzindo cerca de 16%)

De realçar que, tal como se referiu para o mercado Angolano, o contributo deste segmento de negócio para o GRUPO foi em grande medida afectado pela transposição do Dólar americano para o Euro, em consequência da contínua apreciação deste face àquele.

Ainda assim, o segmento registou em 2007 um crescimento do volume de negócios de 20,7% para os 277,8 milhões de euros (2006: 230,1 milhões de euros). Ao nível da rentabilidade operacional o desempenho foi ainda mais positivo, com o EBITDA a situar-se nos 44,3 milhões de euros, que compararam com os 28 milhões de euros obtidos em 2006.

Ambiente e serviços



Resíduos

O segmento de negócio dos resíduos inclui as empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos concentradas na empresa SUMA, e de óleos usados. Em 2007, a actividade de resíduos atingiu um crescimento de 15%, dos quais cerca de 13% corresponderam a crescimento orgânico.

Durante o segundo semestre, a SUMA adquiriu a NOVAFLEX que contribuiu residualmente para as vendas e prestação de serviços deste segmento de negócio.

Paralelamente procedeu a uma reorganização societária com o objectivo de racionalizar os recursos empregues, e que consistiu na fusão por incorporação na SUMA das sociedades SERURB, STL e UTIL.

Durante o ano, a SUMA obteve a adjudicação de seis novos contratos de prestação de serviços, mantendo a liderança de mercado com uma quota de 54% do mercado privatizado, servindo 46 concelhos e uma população superior a 2 milhões de habitantes. No que concerne ao tratamento de resíduos, a SUMA está presente em 28 concelhos servindo uma população de 815 mil habitantes. Dada a quota de mercado alcançada, estamos conscientes que só conseguiremos continuar a crescer a este ritmo se neste mercado, maioritariamente operado por entidades públicas, o ritmo de privatização se acelerar.

Assim, a opção de crescimento passa pela internacionalização do negócio, tendo o GRUPO definido como mercados estratégicos, Angola e a Europa Central, nos quais se encontra presente através da estrutura da actividade de Construção. De referir, que em Angola foram já adjudicados alguns contratos, e as perspectivas são animadoras.

A operação já existente na Polónia continua sem ter o desenvolvimento que se desejava, mas mantemo-nos atentos a oportunidades de crescimento por aquisição.

A contribuição deste segmento de negócios para as vendas e prestação de serviços e Ebitda consolidado do GRUPO MOTA-ENGIL atingiu cerca de 86 e 26 milhões de euros, respectivamente, tendo a empresa conseguido alcançar o seu objectivo de manter a margem operacional no mesmo nível do ano anterior, apesar do forte crescimento.

Água

Relativamente à actividade da INDAQUA foram no final do exercício finalmente constituídas as sociedades concessionárias de Matosinhos e de Vila do Conde, pelo que no decorrer de 2008 o segmento já terá a contribuição destas concessões.

Os investimentos previstos para 2008 nestas duas concessões e na concessão de Santa Maria da Feira ascendem a cerca de 50 milhões de euros, financiados em regime de *project finance*.

A INDAQUA teve um crescimento orgânico muito forte (19%), fruto das acções de sensibilização junto das populações para aderirem à rede pública, muito embora em resultado da contabilização pelo método da consolidação proporcional, o seu contributo para as vendas e prestações de serviços e para o Ebitda (7,5 milhões de euros e 2,9 milhões de euros, respectivamente) seja ainda residual. Com o início da exploração das concessões de Matosinhos e Vila do Conde perspectiva-se que o contributo vá duplicar.

Logística

Em 2007, após a não oposição por parte da autoridade da concorrência, a MOTA-ENGIL AMBIENTE E SERVIÇOS concluiu o processo de aquisição do GRUPO TERTIR, líder do sector das operações portuárias em Portugal, alcançando o domínio da totalidade das suas acções.

A TERTIR adquiriu também durante o primeiro semestre a sociedade MULTITERMINAL, operador de estiva em cais livre do porto de Lisboa, tendo através desta aquisição passado a controlar a totalidade do capital da concessionária do terminal de contentores de Santa Apolónia do porto de Lisboa, SOTAGUS, e reforçado o controlo para 83% da LISCONT.

A actividade portuária manteve em 2007 um forte crescimento, resultante do incremento do comércio externo, em linha com as nossas melhores expectativas aquando da aquisição do GRUPO TERTIR.

No decorrer do exercício foram definidas as principais linhas da reestruturação da TERTIR, quer ao nível operacional quer ao nível societário, que consistiam no encerramento das actividades deficitárias, racionalização dos meios afectos à actividade através da gestão integrada das várias concessões portuárias, eliminação de sociedades redundantes procurando obter o maior número de sinergias, e o refinanciamento dos activos.

Assim, entre diversas acções, encerrou-se a actividade afecta aos terminais rodoviários do Freixieiro e Alverca, negociando com os arrendatários e colocando estas infra-estruturas disponíveis para venda. Existem vários contactos com entidades interessadas nestes activos, estando a Administração convencida que durante o próximo ano serão firmados acordos para a alienação destes terrenos.

No que respeita à reafecção dos recursos em termos societários, foi decidido concentrar num único veículo, a TERTIR, os diversos activos do segmento de logística, transferir as actividades de transitário existentes no GRUPO para a TRANSITEX, e agregar na TAKARGO RAIL as actividades de gestão de contentores e de organização de transporte ferroviário. Parte destas operações foram realizadas já em 2007, aguardando as restantes pelas autorizações das autoridades competentes.

No que respeita ao transporte ferroviário, após a atribuição em 2006 da licença de operador à TAKARGO RAIL, iniciou-se no exercício um programa de formação de maquinistas e de certificação dos meios da empresa.

Em Novembro foi celebrado um contrato de aquisição de 4 locomotivas e 75 vagões representando um investimento no montante global de 20,9 milhões de euros, com um plano de entregas a estender-se por 2008 e 2009, no âmbito de um plano de investimento mais lato, sustentado em opções futuras.

A MOTA-ENGIL, sociedade promotora do *Hub* Logístico do Poceirão irá constituir a LOGZ – ATLÂNTICO HUB, S.A., com uma participação de 30%, que está integrado na rede de plataformas nacionais definida pelo Portugal Logístico, estando dotado de uma vocação atlântica e preparado para responder aos desafios da intermodalidade. A operação desta plataforma fomentará a intermodalidade e serviços complementares do GRUPO e reforçará a posição competitiva na entrada de mercadorias no mercado ibérico e europeu.

A sua localização estratégica, aproveitando a proximidade com os portos de Lisboa, Setúbal e de Sines, permite-lhe tornar-se numa porta de excelência para o tráfego de mercadorias dos continentes americano e africano, criando uma nova alternativa de entrada na península para o *Short Sea Shipping* europeu, reforçando o fluxo dos portos nacionais destinado ao *Hinterland* Ibérico.

Multi-Serviços

O segmento de negócio de multi-serviços deixou de contar em 2007 com a contribuição da associada SOLS E SOLSUNI, sobre a qual recaiu uma operação de permuta por uma posição minoritária (cerca de 5%) de acções da Pararede.

No mercado dos espaços verdes assistiu-se à retoma da actividade, com esta a apresentar um crescimento de 23%, após a retração ocorrida em 2006. Para este incremento, muito contribuiu a forte aposta no sector da manutenção dos espaços verdes, que permite equilibrar a enorme volatilidade sentida na construção. A VIBEIRAS, empresa do GRUPO que opera este mercado, tem desenvolvido uma estratégia de aproveitar as oportunidades de nichos de mercado, como o comprova a constituição este ano de uma sociedade (AREAGOLFE) especializada na construção e manutenção de campos de golfe.

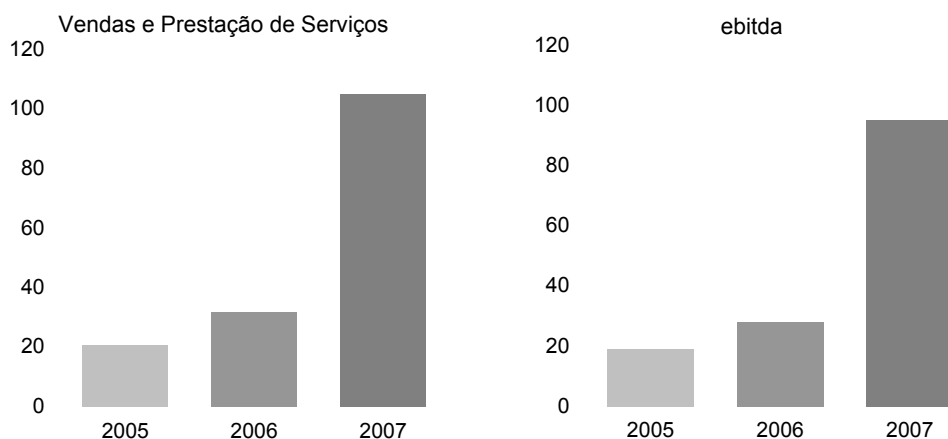
A empresa acredita também no desenvolvimento do mercado Angolano, e nesse sentido constituiu uma estrutura permanente local, com o objectivo obter a liderança do mercado, crescendo à medida que este se for desenvolvendo.

O segmento de mercado de *facilities management* e *outsourcing* de manutenção integrada não teve o desempenho esperado em 2007, evidenciando a MANVIA um crescimento de apenas 2,7% neste ano.

A estratégia para este segmento mantém-se no entanto firme, no sentido de nos posicionarmos como um dos principais *players* nacionais do mercado. Foi neste seguimento, que a MANVIA adquiriu toda a estrutura de manutenção das empresas associadas operadoras portuárias, permitindo-lhe, assim, aumentar as suas valências na oferta de serviços, assim como otimizar as diversas estruturas existentes naquelas associadas.

A aquisição de uma participação na sociedade LOKEMARK, que opera no mercado de marketing directo, nomeadamente intervindo nas actividades de *fulfillment*, *billing*, *dataentry* e facturação electrónica, teve como desígnio estratégico o posicionamento do GRUPO para o período de liberalização do correio e a possibilidade de alargar a abrangência dos serviços prestados ao segmento Multi-Serviços.

Concessões de transportes



Em 2007 entraram na fase de exploração as concessões do Grande Porto e das Beiras Litoral e Alta, sendo também o primeiro ano de exploração integral da concessão Norte, factos que deram expressão à área de negócio Concessões de transportes no que respeita à sua contribuição para os resultados do GRUPO.

Os níveis de tráfego destas concessões, dado encontrarem-se ainda em fase de *ramp-up*, tiveram uma evolução extremamente positiva ao longo do ano, em linha com as projecções existentes.

A concessão da Costa de Prata manteve o excelente nível de tráfego, tendo este crescido 3,5% (cerca de 1,9x o PIB nacional) face ao ano anterior, apesar de estar prejudicada pelo facto da rede não estar ainda concluída. A definição do traçado pelas autoridades competentes ocorrida em 2006, permitiu o início da construção do troço em falta, entre Estarreja e a IP5, pelo que a concessionária espera ter a rede concluída em 2009.

Em termos de rentabilidade, as margens ebitda consolidadas apresentam níveis bastante elevados, quando comparadas com os Grupos concorrentes nacionais e internacionais. Efectivamente, a margem ebitda situou-se em 90%, embora influenciada pelos proveitos resultantes da compensação atribuída à concessão Norte por atraso no desenrolar do projecto, totalmente imputável ao concedente, assim como por um custo não recorrente suportado pela concessão do Grande Porto.

O valor total dos activos geridos pela MOTA-ENGIL CONCESSÕES DE TRANSPORTES ascende a cerca de 3,8 mil milhões de euros, muito embora se reflitam no balanço consolidado da MOTA-ENGIL apenas 1,4 mil milhões em resultado da utilização do método de consolidação proporcional. A contribuição para o resultado do GRUPO da área de concessões de transportes foi negativa em 2,4 milhões de euros, e correspondeu à contribuição das concessionárias em cerca de 6,7 milhões de euros, deduzida dos custos de estrutura (3 milhões de euros) e de financiamento (6,3 milhões de euros).

Na sequência do entendimento estratégico entre o GRUPO MOTA-ENGIL e o Grupo Banco Espírito Santo formalizado, em 2006, no Acordo de Cooperação Empresarial, com o objectivo de desenvolverem em conjunto as suas actividades na área das concessões de infra-estruturas de transportes, foi constituído no final de 2007 um veículo societário que agregará todas as

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2007

26 DE FEVEREIRO DE 2008

18

participações sociais em sociedades concessionárias de infra-estruturas de transportes de ambos os Grupos. Foram já obtidas as autorizações dos restantes parceiros accionistas, pelo que a referida transferência de participações sociais aguarda apenas as autorizações legais.

A sociedade veículo, participada maioritariamente pelo GRUPO MOTA-ENGIL, terá um portfólio constituído pelas seguintes concessões:

Projecto	Tipo	Part.	Km	Ano Reversão	Estado
<i>Em Portugal</i>					
Concessão Norte	Portagem	60,97%	170,0	2029	Exploração
Costa Prata	Scut	58,47%	104,8	2030	Exploração
IP5	Scut	58,47%	172,5	2031	Exploração
Grande Porto	Scut	58,47%	72,3	2032	Exploração
Grande Lisboa	Portagem	65,97%	24,6	2036	Construção até 2010
Lusoponte	Portagem	13,83%	24,0	2030	Exploração
Via Litoral (Madeira)	Scut	4,75%	44,2	2025	Exploração
Scutvias (Beira Interior)	Scut	22,00%	178	2029	Exploração
Metro Sul do Tejo	n.a	18,08%	20	2032	Construção
<i>Em Espanha</i>					
Auto-Estrada Madrid-Toledo	Portagem	15,00%	81,0	2040	Exploração
Autovia de Los Vinedos	Scut	50,00%	127	2035	Exploração
M407 Fuenlabrada-Grinon	Scut	50,00%	11,6	2028/30	Exploração
A31 Alicante-Bonete	Scut	40,00%	95	2026	Exploração
<i>No México</i>					
AE Perote-Banderilla	Portagem	50,00%	59	2038	Construção

A dimensão (superior a 1.100 km de auto-estrada) e o valor de mercado dos activos a transferir para esta sociedade veículo, assim como a concentração dos meios técnicos e humanos existentes nos dois Grupos potenciarão o desenvolvimento e financiamento de novas concessões à escala global.

Durante o exercício de 2007, foi acordado o reforço da participação no GRUPO AENOR por aquisição da participação detida pelo Millennium BCP, o qual aguarda igualmente as autorizações legais para se concluir.

O Governo anunciou um conjunto de novos empreendimentos rodoviários prioritários para o país, nos quais o GRUPO se encontra a trabalhar no sentido de apresentar as melhores propostas, tendo como objectivo manter o rácio de 40% nas novas adjudicações de concessões rodoviárias.

Projecto	anúncio	entrega	kms a construir c/ portagem	kms a construir s/ portagem	duplicação s/ portagem	O&M s/ portagem	total
AE Transmontana	23-Nov-07	25-Fev-08	14	18	106	56	194
Douro Interior	22-Nov-07	3-Mar-08	0	244	0	11	255
Baixo Alentejo	30-Nov-07	17-Mar-08	68	59	0	220	347
Baixo Tejo	11-Dez-07	8-Abr-08	22	10	0	38	70
AE Centro (1)	1-Mar-08	1-Jun-08	191	0	0	153	344
Litoral Oeste (1)	1-Mar-08	1-Jul-08	60	20	0	19	99
Alto Alentejo(1)	2ºS 2008	2ºS 2008	0	110	0	29	139
							1.448

(1) dados provisórios (MOPTC)

Para além destes projectos, o processo de privatização da ANA e de criação do Novo Aeroporto de Lisboa, e o projecto de construção da rede ferroviária de alta velocidade, são considerados estratégicos, merecendo o maior enfoque por parte da Administração, tendo sido criados grupos de trabalho específicos para cada projecto, de forma a preparar o GRUPO e os consórcios que este integra.

Na sequência do anúncio do Governo da sua intenção de introdução de portagens nas concessões da Costa de Prata e do Grande Porto, o GRUPO AENOR aguarda pela definição, por parte do Governo, da selecção da solução técnica que viabilize essa introdução e pelas respectivas formas de compensação do concessionário, em virtude da redução do tráfego que irá ocorrer.

No plano internacional, o consórcio em que o GRUPO e a ES Concessões participam em 50%, obteve a adjudicação da concessão de construção, operação, exploração, conservação e manutenção por 30 anos da auto-estrada “Perote-Banderilla y Libramiento de Xalapa”, no México. O projecto representa um investimento total de cerca de 400 milhões de euros e contempla a construção no prazo de dois anos, a iniciar em 1 de Abril de 2008, de 59 km de auto-estrada em regime de portagem real, com custo de construção de 179 milhões de euros.

Esta foi a primeira adjudicação fora de Portugal, a qual se irá juntar aos projectos em Espanha que serão transferidos da esfera da ES Concessões, e é o corolário da constante prospecção que a MOTA-ENGIL continua a promover.

A esta data o GRUPO está qualificado para apresentar proposta, ou já na *short-list*, nos seguintes projectos:

País	projecto	duração	investimento	kms	Mota-Engil
Polónia	A1 Strykow- Pyrzowice section	30	2.000	180	30,00%
Hungria	M6 PPP 2ª fase	n.a.	600	n.a.	45,00%
Eslováquia	D1 PPP	30	2.200	n.a.	22,50%
Roménia	Ploiest - Comarnic			45	
Roménia	Comarnic- Predeal	30	1.500	37	25,00%
Roménia	Predeal- Brasov			26	
Senegal	Patte d'oie -Diamniadio	20/30	n.a.	24,6	20,00%

Indústria e Energia

Dando seguimento à estratégia delineada pela MOTA-ENGIL e pela MTO, a associada MARTIFER SGPS solicitou a admissão à negociação das suas acções na Euronext Lisbon, tendo a operação consistido num aumento de capital de 75 milhões de acções para 100 milhões, através de uma oferta pública de subscrição (IPO) de 6.250.000 acções representativas de 6,25% do capital social destinada exclusivamente a trabalhadores e ao público em geral, e uma oferta institucional de 18.750.000 acções representativas de 18,75% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

A operação teve um sucesso assinalável, com a procura a exceder várias vezes a oferta, com o preço de subscrição a alcançar os 8 € por acção (valor máximo do intervalo de negociação), numa operação que não foi objecto de tomada firme nem teve garantia de colocação integral. O encaixe financeiro obtido pela MARTIFER na operação de aumento de capital ascendeu a 199 milhões de euros.

Após o IPO, a participação do GRUPO MOTA-ENGIL nesta associada diluiu-se para 37,5%, embora fruto do acordo parassocial celebrado com o parceiro accionista, continue a influenciar a sua gestão nomeadamente através da nomeação de 2 administradores não executivos.

Na sequência da redução da sua participação, o GRUPO optou por passar a utilizar o método de consolidação da equivalência patrimonial na apropriação dos resultados da MARTIFER.

O ano ficou também marcado pela oferta pública de aquisição (OPA) lançada em conjunto pela Suzlon e pela MARTIFER sobre o capital da REpower Systems, AG, em reacção à oferta lançada pelo grupo francês Areva. As três empresas acabaram por estabelecer um acordo de cooperação no desenvolvimento da empresa, tendo a MARTIFER garantido estrategicamente o crescimento das suas áreas de negócio, energias renováveis e equipamentos para a indústria de energia, através designadamente da constituição da joint-venture REPOWER PORTUGAL, e do estabelecimento de acordos comerciais com a Repower Systems e com a Suzlon. Por outro lado, a MARTIFER convencionou com a Suzlon um esquema recíproco de *call/put options*, de eficácia diferida, cujo eventual exercício avalia em cerca de 270 milhões de euros a sua participação na REpower Systems AG.

O Agrupamento Ventinvest, participado pela MARTIFER em 33%, obteve a licença para exploração de parques eólicos com capacidade de produção de 400 MW. A associada terá a responsabilidade da gestão do complexo industrial a constituir no âmbito do fornecimento de equipamentos aos parques eólicos adjudicados.

A holding EVIVA, que controla os investimentos na produção de energia eléctrica, tem também diversos projectos em fase de desenvolvimento na Europa Central e nos EUA, tendo adquirido no último trimestre do ano dois parques eólicos na Alemanha, com capacidade instalada total de 53,1 MW. Estes dois parques são os únicos do portfólio actual que se encontram já a produzir.

No que respeita à área de Biocombustíveis, em 2007 concluiu-se a construção e iniciou-se a produção nas duas centrais de produção de biodiesel em Portugal e na Roménia.

O negócio tradicional das construções metálicas manteve um ritmo de crescimento de dois dígitos, para o qual contribuiu a contínua expansão internacional, de que a adjudicação da obra do aeroporto de Dublin é um bom exemplo.

2. MOTA-ENGIL na bolsa

As acções da MOTA-ENGIL apresentaram nos dois semestres do ano um comportamento antagónico, sucedendo a uma forte valorização ocorrida no primeiro semestre, uma desvalorização acentuada no segundo semestre. De facto em 2007, a capitalização bolsista da empresa atingiu o máximo histórico de 1,7 mil milhões de euros em 25 de Junho, mas durante o segundo semestre toda a valorização acumulada foi anulada, em resultado do sentimento de desconfiança que se instalou no mercado, em consequência da crise do “subprime”.

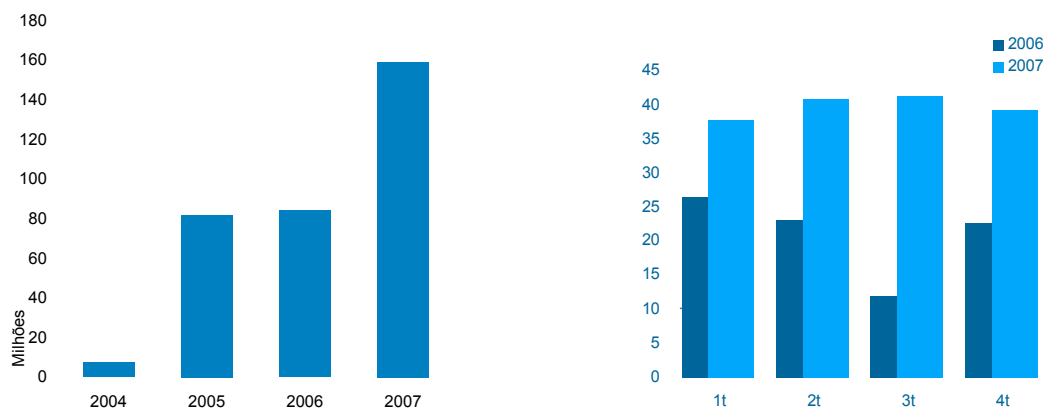
A análise do comportamento semestral da rentabilidade do título pode ser analisada como segue:

	1º semestre 2007	2º semestre 2007	Rentabilidade total 2007	1º semestre 2006	2º semestre 2006	Rentabilidade total 2006
Acção Mota-Engil	38%	-39%	0%	27%	31%	58%
PSI-20	20%	-3%	16%	10%	20%	30%
NextPrime	16%	-17%	-2%	10%	13%	24%
Next 150	13%	-11%	2%	10%	15%	25%

A variação da cotação foi no entanto bastante mais moderada do que aquela que afectou as empresas europeias do sector. Por outro lado, a desvalorização do título não se relaciona com o valor intrínseco do título, uma vez que de acordo com a avaliação dos analistas financeiros, este mantém uma margem apreciável para se valorizar, sendo que os *price targets* para a MOTA-ENGIL se situam entre 5,40 € e 8,00 €.

A liquidez do título cresceu de forma substancial, tendo sido movimentadas cerca de 160 milhões de acções, um incremento de cerca de 89% face a 2006, correspondendo a um “turnover” de cerca de 977 milhões de euros, refletindo a grande apetência dos investidores pelas acções MOTA-ENGIL.

A evolução da liquidez pode ser analisada nos gráficos seguintes:



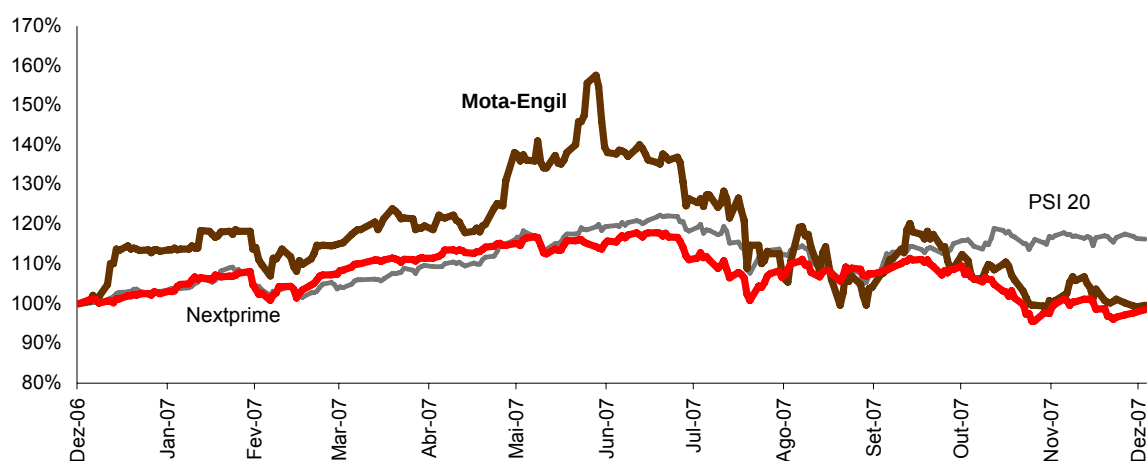
RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2007

26 DE FEVEREIRO DE 2008

22

Os principais eventos de 2007 e os seus impactos na cotação do título podem ser analisados como segue:

Evento	Data	Var. na cotação da sessão seguinte	Var. na cotação das 5 sessões seguintes
Recebimento dívida do Estado Angolano	5 de Jan	3,1%	11,5%
Assinatura contrato de concessão da Grande Lisboa	10 de Jan	3,4%	3,5%
Assinatura contrato de permuta de acções Sols e Solsuni por acções Pararede	16 de Jan	0,2%	-0,9%
Comentário sobre a OPA da Areva sobre a REpower	23 de Jan	0,7%	0,7%
Anúncio de OPA da Martifer e Suzlon sobre a REpower	9 de Fev	-0,2%	-0,3%
Apresentação de resultados de 2006	12 de Mar	-2,3%	-0,5%
Anúncio de reforço da participação no Grupo Aenor	30 de Mar	1,9%	4,6%
Anúncio de acordo para reforço da participação em terminais portuários	12 de Abr	1,1%	1,1%
Pagamento de dividendo	30 de Abr	3,1%	2,0%
Anúncio de resultado da OPA sobre a REpower e IPO da Martifer	25 de Mai	5,3%	3,9%
Apresentação de resultados do 1T	30 de Mai	1,1%	-16,6%
Anúncio do preço da colocação institucional das acções da Martifer	24 de Jun	1,3%	-11,3%
Anúncio do ganho de capital com a participada Martifer	30 de Ago	5,0%	11,4%
Confirmação da adjudicação de obra no Malawi	3 de Set	0,2%	-9,1%
Apresentação de resultados do 2T	19 de Set	-2,3%	-7,9%
Anúncio de objectivos de crescimento da área de Ambiente e Serviços	10 de Out	1,3%	-0,3%
Apresentação de resultados do 3T	14 de Nov	-2,1%	-8,7%
Anúncio da adjudicação de Concessão de auto-estrada no México	6 de Dez	-0,9%	-5,1%
Anúncio de alienação de participação financeira no porto de Maputo	20 de Dez	0,6%	-1,0%



A empresa distribuiu um dividendo de 11 centimos por acção que foi pago no primeiro semestre do ano, o qual corresponde a um *dividend yield* de 1,8% para a cotação média do título durante o ano.

O Conselho de Administração apresenta neste relatório uma proposta de aplicação de resultados, na qual consta o pagamento de um dividendo de **11 centimos** por acção.

3. Enquadramento macro-económico

O ano de 2007 foi mais um ano de enorme dinamismo da economia mundial. A presente década, seguindo o comportamento até agora verificado, tornar-se-á a década de maior crescimento de sempre, ultrapassando as décadas de boa memória dos anos 50 e 60. Estes níveis de crescimento têm sido suportados por países nos quais o fenómeno do crescimento económico é, ainda, relativamente recente, como a China ou países africanos como Angola. No entanto, também os países da OCDE têm alcançado um crescimento sustentado das suas economias, contribuindo para o crescimento económico mundial.

De acordo com as previsões da OCDE a economia europeia acompanha a expansão mundial, e, apesar de a última revisão ter sido em baixa, a taxa de crescimento prevista para 2007 na Zona Euro é de 2,6% (em 2006:2,7%). Alargando a previsão aos países que constituem a UE27 esta taxa de crescimento sobe para 2,9%, reflectindo melhores desempenhos dos países do alargamento.

A economia portuguesa deverá registar, em 2007, um crescimento de 1,8% (previsões conforme OE2008), continuando a divergência face à Europa em matéria de crescimento económico. Esta tendência é tanto mais gravosa por ser mais intensa face aos chamados países da convergência: Grécia (crescimento de 4,1%) e Espanha (crescimento de 3,8%). De 2000 até 2007, o PIB per capita português, corrigido pela paridade de poder de compra, reduziu-se cerca de 7,3 p.p., significando uma redução do nível de rendimento de 73% para 67% da média europeia.

A intensificação do processo de globalização mundial tem significado aumentos da procura de matérias-primas à escala mundial. A par das situações de instabilidade política e geoestratégica, este fenómeno tem contribuído para o aumento dos preços das matéria-primas básicas, nomeadamente das fontes de energia e dos bens alimentares. Naturalmente, o aumento dos custos de produção exerce pressão para a subida dos preços, que, em época de expansão económica mundial, vêm na crescente procura oportunidades de escalada.

Agravando este cenário, os mais recentes receios de abrandamento das taxas de crescimento nos países da OCDE (dos quais a última revisão em baixa dos crescimentos dos PIB's é reflexo), têm servido de justificação para a adopção por parte dos Bancos Centrais de políticas monetárias expansionistas, em especial da Fed norte-americana.

É certo que o aumento da massa monetária vem introduzir um novo estímulo à subida dos preços, mas por outro lado, impulsionará investimentos e promoverá as trocas comerciais mundiais, que enfrentam entraves significativos nos aumentos dos *spreads* exigidos pelos financiadores bancários pela incorporação no custo dos seus capitais de um novo clima de incerteza criado pela crise do mercado hipotecário norte-americano.

Ao nível nacional, o enquadramento da actividade do GRUPO na área da Engenharia e Construção faz-se no âmbito de um Orçamento de Estado que, apesar do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), e de acordo com as estimativas da Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas (ANEOP), criará para 2008 um mercado de obras públicas de cerca de 1,87 mil milhões de euros, correspondendo a uma variação nominal de

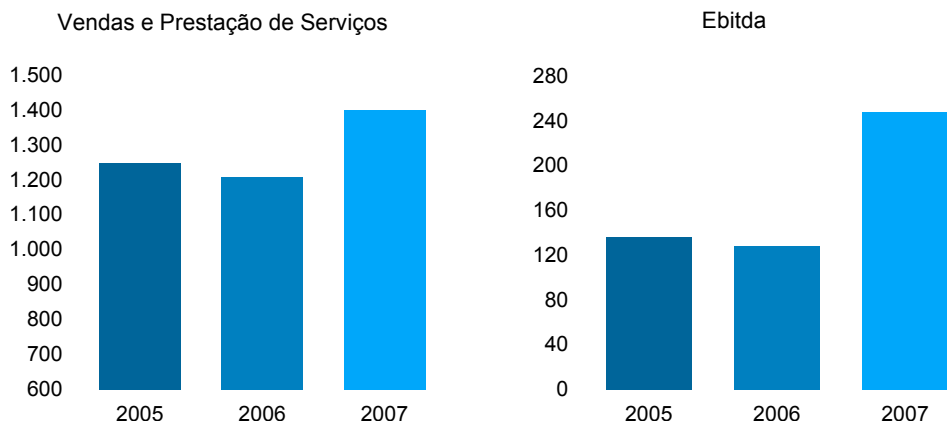
2% face ao ano anterior, e portanto, uma ligeira quebra real. Em contrapartida, a actividade nacional do GRUPO na exploração de infraestruturas rodoviárias e portuárias depara-se com um continuado processo de abertura da economia portuguesa, por via da intensificação das trocas comerciais com o exterior.

Na Europa Central, o investimento em Construção tem registado níveis de crescimento apreciáveis, alargando mercados que, desde há muito, foram identificados como de enorme potencial. Em 2007, dos países onde o GRUPO MOTA-ENGIL está presente, os maiores crescimentos foram verificados na Roménia (29,5%), na Polónia (20%) e na República Checa (8%), números que ilustram o contraste entre a recessão em Portugal e o clima de euforia que se vive na generalidade dos países europeus.

Também em Angola, mercado que o GRUPO considera como seu segundo mercado doméstico, as principais variáveis macroeconómicas traduzem um período de crescimento económico e permitem perspectivas optimistas para a evolução do clima económico do país. O crescimento do PIB nos últimos anos tem registado taxas acima de 15% e de acordo com as estimativas presentes no Orçamento de Estado de 2008, o crescimento de 2007 será de 18,6% e em 2008 de 16,2%, com a particularidade de o sector não petrolífero registar um crescimento de 19,5%, marcadamente superior ao do sector petrolífero (13%). O peso do sector petrolífero será diminuído também ao nível das receitas fiscais (em 2008 será 77,2% das receitas totais). A estabilidade dos preços (e consequentemente cambial) vai-se consolidando, e a taxa de inflação continua a sua tendência de redução, fixando-se nos 10% para o ano de 2008.

A combinação de riqueza petrolífera e forte investimento em infraestruturas, associada a acalmia política e estabilização das instituições públicas, torna este país num dos principais destinos do investimento externo para África.

4. Análise económico-financeira



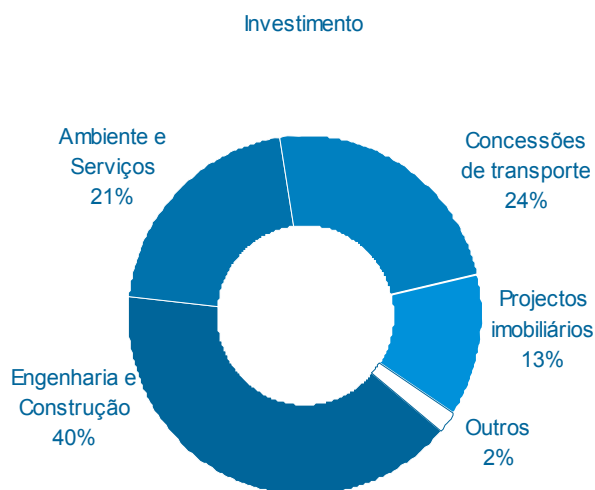
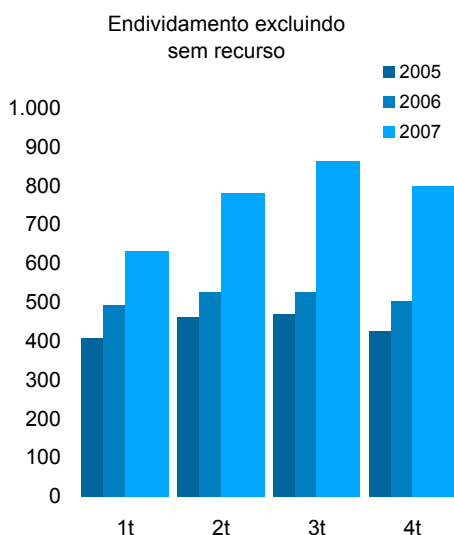
No exercício de 2007 foi alterado o método de consolidação da área de negócio indústria e energia, passando-se do método de integração proporcional para o método da equivalência patrimonial, em consequência da dispersão do capital em bolsa da MARTIFER SGPS, descrita no ponto 1 deste relatório. Desta forma, os valores relativos a 2005 e 2006 a seguir mencionados, dizem respeito a valores pró-forma, calculados como se em 2005 e 2006 já se tivesse utilizado o método da equivalência patrimonial à participação no GRUPO MARTIFER.

O volume de negócios do GRUPO MOTA-ENGIL em 2007 cresceu 15,9% face ao ano transacto, ultrapassando o montante de 1,4 mil milhões de euros. Em 2007 iniciou-se a consolidação proporcional das concessões rodoviárias que se encontram agora em fase de exploração. Ao mesmo tempo, e após a aquisição do GRUPO TERTIR em finais de 2006, iniciou-se a consolidação das concessões do GRUPO para a operação dos terminais portuários.

Assim, apesar de uma ligeira redução na actividade da área engenharia e construção, o GRUPO registou um ritmo de crescimento apreciável. Com efeito, 2007 foi o ano em que pela primeira vez existem reflexos nas grandezas operacionais consolidadas de decisões estratégicas tomadas, algumas delas, há já vários anos, como é o exemplo da decisão de entrada no negócio das concessões rodoviárias.

Dá-se assim um passo importante no sentido da diversificação operacional do GRUPO, que embora mantenha na engenharia e construção o seu negócio principal, vem dinamizando outras áreas, que diminuem a sua exposição aos ciclos do sector da construção e ao mesmo tempo criam sinergias com ele.

A consolidação do GRUPO AENOR e do GRUPO TERTIR teve um grande impacto também ao nível da rentabilidade operacional. Estes negócios, apresentam tipicamente margens operacionais elevadas, e conduziram a um aumento da margem EBITDA consolidada que passou de 10,6% em 2006 para 17,7% em 2007, num expressivo aumento de 7,1 p.p.. Assim, o EBITDA colocou-se em 2007 nos 248,5 milhões de euros, praticamente duplicando o valor de 2006 (128,2 milhões de euros).



Uma vez que os negócios concessionados, em especial os de infraestruturas rodoviárias, apresentam níveis elevados de amortizações (porque detêm elevados activos fixos), o diferencial entre a margem EBITDA e EBIT aumenta substancialmente, constituindo também esta uma alteração significativa na estrutura da demonstração dos resultados consolidados do GRUPO. A margem EBIT cresceu para os 10,6% (2006: 6,1%), significando um valor absoluto de 148,2 milhões de euros, que duplica o valor de 2006 (74,3 milhões de euros).

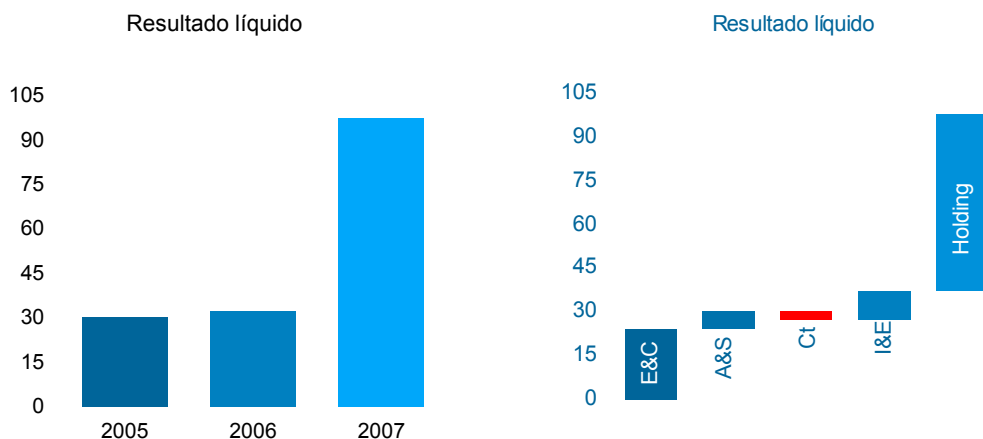
Os resultados financeiros contribuíram negativamente para o resultado líquido do GRUPO no montante de 107,5 milhões de euros (2006: 34,6 milhões de euros) num agravamento justificado sobretudo pelo contributo das concessões de auto-estradas. Além disso, registou-se durante o ano de 2007 uma subida das taxas de juro de referência, nomeadamente do indexante Euribor, que a par do aumento do nível do endividamento consolidado, agravou o impacto do financiamento nos custos do GRUPO.

O nível de investimentos realizado pelo GRUPO continua intenso, sendo que em 2007 foram investidos cerca de 200 milhões de euros (2006: 158 milhões de euros). Este facto justifica o crescimento do endividamento corporativo do GRUPO que se situa nos 800 milhões de euros (2006: 502,4 milhões de euros).

Grande parte do investimento realizado destina-se a aquisição de imobilizado fixo, sobretudo nas áreas engenharia e construção (81,6 milhões de euros) e ambiente e serviços (42,2 milhões de euros, dos quais 24,7 milhões de euros foram investidos no negócio da Logística).

Do restante investimento, destaque ainda para a área das concessões de transportes (47,3 milhões de euros) e para os investimentos realizados em participações financeiras (29,7 milhões de euros) que dizem, basicamente, respeito a projectos imobiliários de grande dimensão na Europa Central.

Os investimentos acima descritos estão enquadrados na estratégia de crescimento do GRUPO, quer por via da expansão geográfica, quer por via da diversificação das área de negócio.



A principal parcela do endividamento do GRUPO tem origem na consolidação das empresas concessionárias de auto-estradas, de água e saneamento básico, e portuárias. Este endividamento é considerado endividamento sem recurso, uma vez que, estando contratualizado no âmbito de negócios em *project finance*, não é exigível ao accionista. No final de 2007, o montante do endividamento sem recurso era de cerca de 943 milhões de euros.

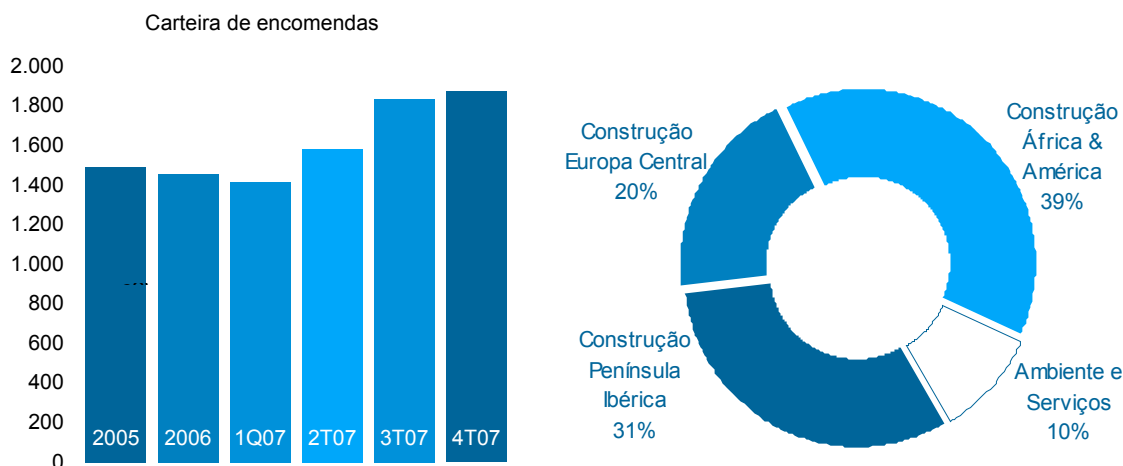
A composição da rubrica de ganhos e perdas em empresas associadas sofreu consideráveis alterações face ao ano transacto. Por um lado, a partir de 2007 deixou de incluir as empresas concessionárias de auto-estradas, que passaram a ser consolidadas pelo método da integração proporcional, por outro, passou a integrar a área de negócio indústria e energia.

Esta rubrica contribui positivamente para o resultado com 15,8 milhões de euros (2006: 16,2 milhões de euros). Este valor é composto essencialmente pela parte do GRUPO nos resultados do GRUPO MARTIFER (9,9 milhões de euros) e pelos ganhos alcançados por algumas participadas a operar em Angola, que mais uma vez registaram resultados bastante positivos (5,9 milhões de euros).

O resultado líquido consolidado de 2007 beneficiou em grande medida do ganho de capital não recorrente obtido aquando da Operação Pública de Subscrição de acções da MARTIFER SGPS. Como consequência desta operação, a MOTA-ENGIL SGPS reconheceu um ganho que ascendeu a 67,4 milhões de euros. Excluindo este ganho, e analisando o contributo de cada uma das áreas de negócio para o resultado líquido consolidado, a área de negócio engenharia e construção continua a ser a área de maior rentabilidade líquida do GRUPO.

Notar que, e apesar de a taxa efectiva de imposto se ter reduzido substancialmente, em 2007 foram revertidos cerca de 1,5 milhões de euros de impostos diferidos com origem em prejuízos fiscais, considerados agora não recuperáveis.

Assim, o resultado líquido consolidado de 2007 foi de 107,7 milhões de euros quando em 2006 tinha sido de 37,6 milhões de euros. A parte atribuível aos accionistas do GRUPO MOTA-ENGIL ascende a 97,5 milhões de euros, sendo que a parte atribuível a interesses minoritários é de 10,2 milhões de euros. Expurgando o ganho não recorrente registado na *holding*, obtivemos em 2007 um resultado líquido consolidado atribuível a accionistas de 30 milhões de euros.



Confirmando as expectativas do GRUPO, 2007 foi o ano em que estancou o processo de redução contínua da sua carteira de encomendas. De facto, após o primeiro trimestre de 2007, inverteu-se a anterior tendência e iniciou-se um período de recuperação que consideramos bastante positivo.

A carteira de encomendas actual é de cerca de 1,9 mil milhões de euros e acreditamos que 2008 será um ano em que o GRUPO será capaz de dar continuidade ao crescimento do valor dos contratos em carteira.

Note-se que esta recuperação tem sido conseguida sobretudo por via de contratos ganhos nos mercados internacionais onde o GRUPO opera, revelando acerto na estratégia de internacionalização adoptada como factor de diminuição da exposição ao apertado mercado nacional.

Além disso, o GRUPO tem sido bem sucedido ao conseguir ganhar contratos de elevada dimensão, como seja o contrato recentemente ganho para desenvolver trabalhos numa mina de urânio no Malawi, ou o contrato para a construção de 60 km de auto-estrada no México no âmbito da concessão atribuída ao consórcio integrado pela MOTA-ENGIL CONCESSÕES DE TRANSPORTES.

Os valores da carteira apresentados não incluem qualquer contributo dos negócios das concessões rodoviárias, das concessões de água e saneamento básico e das concessões para a exploração de terminais portuários. Assim, a carteira da área de ambiente e serviços respeita exclusivamente a contratos ganhos no segmento de resíduos.

5. Gestão dos riscos

O GRUPO MOTA-ENGIL dispõe de diversas Comissões, que se constituem como órgãos de natureza consultiva, cuja missão consiste no acompanhamento de temas de primeira importância para o seu desenvolvimento sustentado, aportando uma visão independente e objectiva que suporte o processo de tomada de decisão do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A..

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco, tem como principais funções e responsabilidades, apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projectos ao Conselho de Administração do GRUPO, examinar e emitir parecer sobre projectos de investimento ou desinvestimento, emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, e monitorar operações financeiras e societárias relevantes.

Assim, os principais riscos a que o GRUPO está sujeito (dos quais se destacam os riscos da envolvente externa – riscos de mercado dos diversos segmentos de actividade, os riscos financeiros - risco de câmbio e risco de taxa de juro – e os outros riscos dos processos de negócio – riscos operacionais, riscos de *empowerment* e integridade, riscos de sistemas de informação e comunicação), são monitorados pelos reportes internos daquela Comissão em conjugação com os relatórios ou comunicações emitidos pelos titulares das funções corporativas (com destaque para os Serviços Jurídicos, o Controlo de Gestão, as Finanças Corporativas e o Desenvolvimento de Recursos Humanos).

A gestão de risco tem como objectivo central, a criação de valor, através de processos de gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem atingir as participadas do GRUPO, estando subjacente, uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo.

A exposição ao risco, por parte de qualquer participada do GRUPO MOTA-ENGIL, deverá estar sempre subordinada à sua estratégia, e ser limitada e acessória à actividade de cada empresa, para que se prossigam e atinjam os objectivos traçados para as diversas áreas de negócio.

A exposição a variáveis de risco, não deverá, portanto, ser um fim em si mesmo, e nunca deverá ter como objectivo a obtenção de ganhos independentes ou especulativos.

O processo de Gestão de Risco é da responsabilidade de cada uma das Administrações das áreas de negócio do GRUPO, concretizando-se genericamente, num conjunto sequencial de etapas ou fases, que se repetem ciclicamente, e que a seguir se apresentam:

- Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta, e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;
- Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco, e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco: definição de acções a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas;
- Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégias.

Gestão do Risco Financeiro

O GRUPO MOTA-ENGIL, à semelhança de todas as outras empresas e negócios, está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, cambial de transacção e de conversão, de liquidez, e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resultam do desenrolar da sua actividade, e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros do GRUPO, procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflecte em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efectivas de gestão do seu risco financeiro.

A actividade de gestão de risco financeiro é coordenada pela Direcção de Finanças Corporativas, com o apoio e suporte do Controlo de Gestão do Grupo, sob orientação consultiva da Comissão de Auditoria Investimento e Risco, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, constituindo-se como uma responsabilidade das Administrações de cada uma das unidades de negócio do GRUPO MOTA-ENGIL.

A postura do GRUPO relativamente à gestão dos riscos financeiros é cautelosa e conservadora, recorrendo quando aconselhável a instrumentos derivados, para cobertura de riscos, sempre na perspectiva de que estes se relacionem com a actividade normal e corrente da empresa, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão interrelacionados, e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objectivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objectivo a optimização do custo da dívida, e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do GRUPO, maioritariamente denominada em euros.

Nos anos recentes, foram realizadas por várias áreas de negócio, diversas operações de fixação ou limitação de variação nas taxas de juro em empréstimos, sobretudo indexadas à Euribor, por contratação de *swaps* ou realização de outras operações estruturadas sobre derivados, a custo zero, que contribuem e contribuirão no futuro, para a redução da sensibilidade dos custos financeiros a eventuais movimentos ascendentes nas taxas de juro.

A contratação destas operações teve como racional subjacente, a prossecução do objectivo de realização e/ou manutenção da cobertura em cerca de 30% da dívida corporativa do GRUPO, emitida normalmente em regime de taxa indexada ou variável.

Risco de Taxa de Câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio tem por objectivo a redução da volatilidade em investimentos e operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do GRUPO, a flutuações cambiais.

A exposição do GRUPO MOTA-ENGIL a risco cambial, resulta sobretudo da presença de várias das suas participadas, em diversos mercados, nomeadamente em Angola e na Europa Central, em que a actividade representa uma parcela cada vez mais importante do volume de negócios do GRUPO.

Em termos de gestão de risco cambial, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição, pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele como possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos derivados, estruturadas, a custo zero.

Risco de Liquidez

A política de gestão de risco de liquidez tem por objectivo garantir que existam fundos disponíveis a cada momento no GRUPO e nas suas participadas, suficientes para que estas possam fazer face em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos. Trata-se, portanto, de assegurar que o GRUPO dispõe dos meios financeiros (saldos e fluxos financeiros de entrada), necessários para solver compromissos (fluxos financeiros de saída), no momento em que estes se tornam exigíveis.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadores, assegurando o seu apoio financeiro ao GRUPO numa óptica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afectam todos os negócios;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro, por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e deficits futuros de tesouraria, e a optimização e gestão integrada de fluxos financeiros entre participadas do GRUPO;
- Financiamento dos investimentos no MLP, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projecto ou empresa;
- Manutenção de uma estrutura de dívida nas empresas, com níveis de financiamento no médio e longo prazo situados entre os 60% a 70%, reduzindo assim a sua dependência de fundos mais voláteis de curto prazo, criando-se alguma imunização a factores conjunturais dos mercados financeiros;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns activos de longo prazo detidos pelo GRUPO;
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

A gestão eficaz do risco de liquidez, está intimamente relacionada com a adequada gestão dos restantes riscos financeiros, que contribuem complementarmente para a prossecução deste objectivo, assegurando a realização dos fluxos de caixa, nos momentos e nos montantes previstos.

Risco de Crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objectivo garantir que as participadas do GRUPO promovem a efectiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros, nos prazos estabelecidos e, ou, negociados para o efeito.

A exposição do GRUPO ao risco de crédito, prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenrolar normal das suas diversas actividades, merecendo especial atenção nas actividades de prestação de serviços e, ou, vendas a retalho.

A mitigação deste risco é conseguida preventivamente antes da exposição ao risco, pelo recurso a entidades fornecedoras de informação e perfis de risco de crédito, que permitem fundamentar a decisão de concessão de crédito. Posteriormente, depois de concedido o crédito, a mitigação deste risco é promovida pela organização e manutenção de estruturas de controlo de crédito e cobrança e, nalguns casos mais particulares, pelo recurso à contratação de seguros de crédito junto de seguradoras credíveis do mercado.

Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não susceptíveis de afectar a saúde financeira das participadas do GRUPO.

6. Criação de valor com e através das Pessoas

Prioridades Estratégica

A materialização da importância que o GRUPO atribui às Pessoas, encontra-se reflectida no modelo de *corporate governance*, nomeadamente através da Função Corporativa de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Estando este modelo inteiramente direccionado para a criação de valor, o contributo da Direcção Corporativa de Desenvolvimento de Recursos Humanos traduz-se na promoção de condições para que essa mesma criação de valor seja concretizada com e através das pessoas que constituem o GRUPO.

Face ao desafio identificado, e reportando directamente ao Conselho de Administração, a Direcção tem por missão apoiar este último na definição da estratégia corporativa de desenvolvimento de Recursos Humanos, na definição e controlo de aplicação das políticas de Recursos Humanos transversais ao GRUPO e na gestão de recursos chave.

O reconhecimento que a eficácia da missão da função se encontra directamente relacionada com a capacidade da mesma responder de uma forma metodologicamente sustentada às actuais e futuras necessidades do GRUPO, reforçou a importância de assumir, desde o início, uma parceria com aqueles que melhor conhecem o negócio.

A este nível, a existência de uma Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, na qual têm assento os presidentes das *sub-holdings* do GRUPO, permite validar que a estratégia e políticas de Recursos Humanos definidas se encontram, de facto, alinhadas com as efectivas prioridades do negócio.

Neste contexto de parceria, em que a reflexão assume uma dupla vertente – pessoas e negócio – foi definida a respectiva Visão Estratégica:

“Traduzir a preocupação com a dimensão humana e respeito pelas pessoas em estratégias e políticas de recursos humanos que permitam atrair, desenvolver e potenciar o talento no GRUPO, para que, com e através das Pessoas, este se possa consolidar como um dos principais grupos económicos privados portugueses.”

Actuar no presente, para que a Visão definida seja uma realidade no futuro, é o principal enfoque de ambos os órgãos – Comissão Recursos Humanos e Direcção Corporativa, tendo para o efeito apostado na construção conjunta de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Corporativo de Recursos Humanos a concretizar até 2010.

Este Plano resultou de um exercício de antecipação do impacto da visão do negócio do GRUPO nos colaboradores que o constituem, identificando cinco eixos estratégicos:

- Identificar e Gerir o Talento no GRUPO
- Desenvolver Competências que Acrescentem Valor ao Negócio
- Desenvolver o Perfil de Gestor do GRUPO
- Promover a Mobilidade Internacional
- Reforçar a Cultura do GRUPO

Projecto MAP

No âmbito da estratégia definida, o GRUPO desenvolveu e implementou, no ano de 2007, o Projecto MAP – Mapeamento de competências estratégicas.

Este Projecto, tem como principal objectivo mapear as competências existentes no GRUPO, por forma a criar contextos que permitam o desenvolvimento do potencial dos colaboradores e, simultaneamente, conhecer as suas expectativas e interesses pessoais.

Assumindo o Projecto um carácter transversal, mobilizou, entre participantes e respectivas hierarquias, um total de 357 quadros de diferentes unidades de negócio, mercados e geografias, tendo sido considerados dois segmentos: Quadros de Gestão e Jovens Quadros.

A visão partilhada sobre as competências estratégicas necessárias para que o Grupo atinja, com e através das suas pessoas, os desafios a que se propôs, foi reflectida num perfil de competências que serviu de base ao mapeamento, em cada um dos segmentos.

Com a realização do Projecto MAP, foi possível obter ganhos relevantes a dois níveis:

Colaborador:

- Clarificação do potencial de desenvolvimento ao nível das competências em análise, tendo por referência um desempenho alinhado com as metas definidas para o Grupo.
- Reforço da motivação e das expectativas face ao seu desenvolvimento futuro no Grupo.

Grupo:

- Identificação sustentada das competências em que o GRUPO é mais forte e que, como tal, deve capitalizar, assim como das áreas que necessita desenvolver, possibilitando direccionar o investimento em iniciativas de desenvolvimento;
- Retrato do perfil de competências e dos interesses e expectativas dos quadros envolvidos, possibilitando maior eficácia no desenvolvimento de carreira e geração de oportunidades;
- Reforço do envolvimento dos colaboradores e do seu alinhamento com os comportamentos valorizados no GRUPO.

Reflectir sobre os resultados obtidos e assegurar que se traduzem em acções de desenvolvimento concretas e integradas na restante estratégia de Recursos Humanos, é o desafio que o GRUPO concretizará durante o ano de 2008.

7. Publicidade de participações

Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização

De acordo com o disposto nos artigos 447º do Código das Sociedades Comerciais são os seguintes os números de valores mobiliários emitidos pela MOTA-ENGIL, SGPS, SA e por sociedades com as quais esta se encontra em relação de domínio ou de grupo, detidos no período de 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2007, por titulares de órgãos sociais:

	Detendo em 2007.12.31 acções de									
	MOTA-ENGIL,SGPS, SA				ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
	Qt.Inicial	Movimento	Qt.Final	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
ANTÓNIO MANUEL QUEIRÓS VASCONCELOS DA MOTA (ENG.), CÔNJUGE	4.222.617	50.000	4.272.617	2,09	1.666	16,7	517.500	8,6	19.115	38,2
MARIA MANUELA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DRª) E CÔNJUGE	3.661.841	0	3.661.841	1,79	1.078	10,8	427.500	7,1	10.295	20,6
MARIA TERESA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DRª) E CÔNJUGE	3.736.836	0	3.736.836	1,83	1.078	10,8	427.500	7,1	10.295	20,6
MARIA PAULA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (ENGª) E CÔNJUGE	3.913.051	0	3.913.051	1,91	1.078	10,8	427.500	7,1	10.295	20,6
ANTÓNIO JORGE CAMPOS ALMEIDA (ENGª) E CÔNJUGE	251.475	-50.000	201.475	0,10	0	0,0	0	0,0	0	0,0
EDUARDO JORGE DE ALMEIDA ROCHA (DR.)	0	20.000	20.000	0,01	0	0,0	0	0,0	0	0,0
MANUEL TEIXEIRA MENDES (ENGª) E CÔNJUGE	25.000	0	25.000	0,01	0	0,0	0	0,0	0	0,0
MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA	67.848.381	73.506	67.921.887	33,19	5.100	51,0	0	0,0	0	0,0
ALGOSI - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA	30.538.198	0	30.538.198	14,92	0	0,0	0	0,0	0	0,0
FM, SGPS, SA	0	0	0	0,0	0	0,0	4.200.000	70,0	0	0,0

A MOTA-ENGIL SGPS, SA adquiriu 1.029.774 acções próprias durante o exercício de 2007, detendo, em 31 de Dezembro de 2007, 9.133.745 acções próprias representativas de 4,46% do seu capital social.

Participações de accionistas qualificadas

De acordo com o disposto no artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e do número 1 do artigo 8º do regulamento 4/2004 da CMVM é a seguinte a lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, em 31 de Dezembro de 2007:

1. A F.M. - SOCIEDADE DE CONTROLO, SGPS, SA (FM), com sede na Rua do Rego Lameiro, nº 38, no Porto, com o capital social de Euros 250.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 503.488.860, pessoa colectiva nº 503.488.860 era detida

em 31 de Dezembro de 2007 pelos Administradores da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, Eng^o António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Dr^a Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos, Dr^a Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa e Eng^a Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles respectivamente nas percentagens de, para o primeiro de 38,23% e 20,59% para cada uma das três restantes, no total de 100%.

2. A MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, com sede na Rua do Rego Lameiro, n^o 38, no Porto, com o capital social de Euros 30.000.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n^o 503.101.524, pessoa colectiva n^o 503.101.524 era detida em 31 de Dezembro de 2007 pelos Administradores da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, Eng^o António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Dr^a Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota, Dr^a Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota e Eng^a Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota respectivamente nas percentagens de, para o primeiro de 8,63% e 7,13% para cada uma das três restantes, enquanto que a FM a detém na percentagem de 70,0% pelo que a MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES é detida em 100% pelos referidos.

3. A MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, com sede na Rua do Rego Lameiro, N^o 38, no Porto, com o capital social de Euros 30.000.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n^o 503 101 524, pessoa colectiva n^o 503 101 524, detinha em 31 de Dezembro de 2007, no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.:

- (i) directamente, 67.921.887 acções escriturais, ordinárias, ao portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 33,19% do capital, e a que correspondem 34,74% dos direitos de voto;
- (ii) indirectamente, através da ALGOSI - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA, com sede na Rua do Rêgo Lameiro, N^o38, no Porto, com o capital social de euros 50.000,00 matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n^o 504.170.945, pessoa colectiva n^o 504.170.945, sociedade detida em 51% pela MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, 30.538.198 acções escriturais, ordinárias, ao portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 14,92% do capital, e a que correspondem 15,62% dos direitos de voto.

4. Os membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização da MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA detinham em 31 de Dezembro de 2007, individualmente, no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., acções escriturais, ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euro cada, cuja totalidade era de 15.830.820, correspondentes a 7,74% do capital, e a que correspondem 8,1% dos direitos de voto; dos membros dos referidos órgãos sociais da MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, apenas o Eng^o António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, individualmente, detém um número de acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA representativas de 2% ou mais do capital (2,09%).

Os direitos de voto, mencionados na alínea (ii) do n.º 3 e no n.º 4 supra, são imputáveis à MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, nos termos do disposto do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

5. A Morgan Stanley & Co International, sociedade com sede em Londres, Inglaterra, comunicou em 23 de Agosto que lhe era imputável uma participação qualificada de 2,61% do capital da MOTA-ENGIL, SGPS, SA (correspondente a 2,72% dos direitos de voto).

6. A N+1 Agência de Valores, actuando como gestor de investimentos da QMC Development Capital Fund Plc (QMC), sociedade Irlandesa com sede em Dublin 2, George's Quay House, 43 Townsend Street, República da Irlanda, informou que a QMC, em 18 de Outubro de 2007, detinha uma participação de 2,05% do capital social, correspondente a 2,14% dos direitos de voto da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

7. A Privado Holding SGPS, S.A informou que em 28 de Dezembro de 2007 lhe passaram a ser imputáveis os seguintes direitos de voto e participações no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A:

- (i) 2,092% dos direitos de voto e 2,00% do seu capital social imputáveis à Kendall II, S.A. (titularidade directa), sociedade gerida pela Geste Advisers Limited, cujo capital e direitos de voto são por si integralmente detidos;
- (ii) 0,038% dos direitos de voto e 0,037% do seu capital social imputáveis ao Banco Privado Português, S.A. (carteira própria), cujo capital e direitos de voto são por si integralmente detidos;
- (iii) 0,015% dos direitos de voto e 0,014% do seu capital social imputáveis ao Banco Privado Português, S.A., por força de contratos de gestão de carteira discricionária com Cliente.

As participações na MOTA-ENGIL, SGPS, SA supra indicadas representavam, assim, 2,145% dos direitos de voto e 2,051% do seu capital social.

8. Proposta de aplicação de resultados

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 89.234.727 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 4.461.736 euros e 35 cêntimos;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 0,8%;
- c) Para distribuição aos Accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos;
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 61.563.064 euros e 20 cêntimos.

9. Nota final

Nos termos do artigo 245º, número 1, alínea c) Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que este relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do GRUPO, dos membros dos Órgãos Sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 26 de Fevereiro de 2008

O Conselho de Administração,

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente

Eng. António Jorge Campos de Almeida
Vice-Presidente

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal

Eng^a. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
Vogal

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
Vogal

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Vogal

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova
Vogal

Informação Financeira Consolidada

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstrações dos Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Notas	2007 Euro	2006 Euro
Vendas e prestações de serviços	3 e 4	1.401.899.756	1.308.233.076
Outros proveitos		132.805.132	89.200.866
Custo das mercadorias e dos subcontratos	5	(788.215.557)	(793.530.970)
Resultado bruto		746.489.331	603.902.972
Fornecimentos e serviços externos	6	(245.836.795)	(232.024.934)
Custos com o pessoal	7	(257.214.697)	(236.344.644)
Outros proveitos / (custos) operacionais	8	5.057.475	6.204.652
	4	248.495.314	141.738.046
Amortizações	4, 9, 17, 18 e 19	(90.972.295)	(52.044.636)
Provisões e perdas de imparidade	10	(9.336.632)	(5.499.731)
Resultado operacional	4	148.186.387	84.193.679
Ganho de capital na Martifer	2	67.433.474	-
Proveitos e ganhos financeiros	11	43.665.825	28.922.652
Custos e perdas financeiras	11	(151.118.895)	(65.079.645)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	4 e 12	15.838.740	9.712.764
Imposto sobre o rendimento	13	(16.260.333)	(20.114.891)
Resultado consolidado líquido do exercício		107.745.198	37.634.559
Atribuível:			
a interesses minoritários		10.206.823	5.429.156
ao Grupo		97.538.375	32.205.403
Resultado por acção:			
básico	15	0,4969	0,1639
diluído	15	0,4969	0,1639

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

**Demonstrações dos Resultados Consolidados para os trimestres
compreendidos entre 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 2007 e 2006**

	4T - 2007	4T - 2006
	Euro	Euro
	(não auditado)	(não auditado)
Vendas e prestações de serviços	422.815.737	340.227.805
Outros proveitos	37.793.648	33.815.967
Custo das mercadorias e dos subcontratos	<u>(251.643.124)</u>	<u>(227.315.866)</u>
Resultado bruto	208.966.261	146.727.906
Fornecimentos e serviços externos	(79.216.005)	(64.503.524)
Custos com o pessoal	(68.414.691)	(62.341.137)
Outros proveitos / (custos) operacionais	<u>4.391.225</u>	<u>14.602.905</u>
	65.726.790	34.486.150
Amortizações	(24.328.560)	(14.777.148)
Provisões e perdas de imparidade	<u>(4.893.385)</u>	<u>(5.025.669)</u>
Resultado operacional	36.504.845	14.683.333
Ganho de capital na Martifer	-	-
Proveitos e ganhos financeiros	23.017.828	9.754.328
Custos e perdas financeiras	(41.968.756)	(17.385.760)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	1.728.283	5.895.832
Imposto sobre o rendimento	<u>(10.076.181)</u>	<u>(3.726.936)</u>
Resultado consolidado líquido do trimestre	<u><u>9.206.019</u></u>	<u><u>9.220.797</u></u>
Atribuível:		
a interesses minoritários	3.751.494	887.470
ao Grupo	5.454.525	8.333.327
Resultado por acção:		
básico	0,0265	0,0420
diluído	0,0265	0,0420

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006

	Notas	2007 Euro	2006 Euro
Activo			
Não corrente			
Goodwill	16	157.753.345	56.935.679
Imobilizado incorpóreo	17	46.971.911	3.516.578
Imobilizado concessionado	18	1.125.676.030	25.491.864
Imobilizado corpóreo	19	408.688.333	341.797.009
Investimentos financeiros em equivalência patrimonial	20	154.080.552	81.061.035
Investimentos financeiros disponíveis para venda	21	71.161.541	89.358.210
Propriedades de investimento	22	31.338.255	35.537.113
Clientes e outros devedores	24	88.865.479	98.172.122
Activos por impostos diferidos	13	29.987.157	26.872.139
		<u>2.114.522.603</u>	<u>758.741.749</u>
Corrente			
Existências	23	167.611.927	160.500.796
Clientes	24	539.343.275	513.869.238
Outros devedores	24	129.520.197	120.561.275
Outros activos correntes	24	258.470.870	114.951.961
Instrumentos financeiros derivados	27	3.582.495	2.457.191
Caixa e seus equivalentes sem recurso	24	108.636.558	1.451.746
Caixa e seus equivalentes com recurso	24	64.637.726	62.457.628
		<u>1.271.803.048</u>	<u>976.249.835</u>
Total do Activo	4	<u>3.386.325.651</u>	<u>1.734.991.584</u>
Passivo			
Não corrente			
Endividamento sem recurso	26	1.010.984.888	12.876.506
Endividamento com recurso	26	616.899.892	479.734.749
Credores diversos	28	154.103.037	67.953.839
Provisões	29	31.726.903	24.047.700
Outros passivos não correntes	30	61.523.686	4.396.751
Passivos por impostos diferidos	13	28.440.239	20.405.792
		<u>1.903.678.645</u>	<u>609.415.337</u>
Corrente			
Endividamento sem recurso	26	40.170.771	1.052.302
Endividamento com recurso	26	247.519.001	134.774.443
Fornecedores	28	326.289.497	323.864.150
Credores diversos	28	277.179.429	177.747.142
Instrumentos financeiros derivados	27	3.518.916	-
Outros passivos correntes	30	201.043.185	184.343.413
		<u>1.095.720.799</u>	<u>821.781.450</u>
Total do Passivo	4	<u>2.999.399.444</u>	<u>1.431.196.787</u>
Capital Próprio			
Capital	25	204.635.695	204.635.695
Reservas	25	38.371.994	46.104.909
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>97.538.375</u>	<u>32.205.403</u>
Capital próprio atribuível ao Grupo		<u>340.546.064</u>	<u>282.946.007</u>
Interesses Minoritários		<u>46.380.143</u>	<u>20.848.790</u>
Total do Capital próprio		<u>386.926.207</u>	<u>303.794.797</u>
		<u>3.386.325.651</u>	<u>1.734.991.584</u>

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstrações das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Capital	Acções próprias	Prémio de emissão	Diferenças de consolidação	Reservas de justo valor		Reserva de conversão cambial	Outras reservas e resultados	Capital próprio atribuível a accionistas	Capital próprio atribuível a int. minoritários
					invest. disponíveis para venda	derivados				
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	204.635.695	(11.107.385)	87.256.034	(122.007.847)	50.351.881	-	(6.898.900)	71.250.617	273.480.095	44.673.590
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	(8.983.005)	-	(8.983.005)	(55.239)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(19.653.151)	(19.653.151)	(1.299.611)
Outras distribuições de resultados	-	-	-	(112.682)	-	-	-	(700.000)	(812.682)	(62.663)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	8.329.691	-	-	-	8.329.691	-
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	2.195.174	-	-	2.195.174	-
Movimento na reserva de reavaliação de imobilizado corpóreo	-	-	-	(1.661.486)	-	-	-	-	(1.661.486)	-
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.118.213)
Outras correcções nos capitais próprios das associadas	-	-	-	(2.154.032)	-	-	-	-	(2.154.032)	281.770
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	32.205.403	32.205.403	5.429.156
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>204.635.695</u>	<u>(11.107.385)</u>	<u>87.256.034</u>	<u>(125.936.047)</u>	<u>58.681.572</u>	<u>2.195.174</u>	<u>(15.881.905)</u>	<u>83.102.869</u>	<u>282.946.007</u>	<u>20.848.790</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	204.635.695	(11.107.385)	87.256.034	(125.936.047)	58.681.572	2.195.174	(15.881.905)	83.102.869	282.946.007	20.848.790
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	(6.936.431)	-	(6.936.431)	(97.730)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(22.509.926)	(22.509.926)	(4.300.656)
Outras distribuições de resultados	-	-	-	(158.670)	-	-	-	(700.000)	(858.670)	(99.330)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(1.515.994)	-	-	-	(1.515.994)	-
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	21.630	-	-	21.630	-
Aquisição de acções próprias	-	(5.571.782)	-	-	-	-	-	-	(5.571.782)	-
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.182.760
Outras correcções nos capitais próprios das associadas	-	-	-	(2.567.145)	-	-	-	-	(2.567.145)	1.639.486
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	97.538.375	97.538.375	10.206.823
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	<u>204.635.695</u>	<u>(16.679.167)</u>	<u>87.256.034</u>	<u>(128.661.862)</u>	<u>57.165.578</u>	<u>2.216.804</u>	<u>(22.818.336)</u>	<u>157.431.318</u>	<u>340.546.064</u>	<u>46.380.143</u>

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Notas	2007 Euro	2006 Euro
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		1.523.201.535	1.449.297.450
Pagamentos a fornecedores		(1.024.076.667)	(1.043.113.549)
Pagamentos ao pessoal		(204.799.799)	(186.134.058)
Fluxos gerados pelas operações		294.325.069	220.049.843
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(20.414.217)	(14.075.084)
Outros receb./pagamentos de actividades operacionais		13.916.241	12.739.986
Fluxos das actividades operacionais (1)		287.827.093	218.714.745
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	38	17.574.247	17.139.322
Imobilizações corpóreas		4.274.341	4.775.000
Imobilizações incorpóreas		47.064	-
Dividendos de empresas não consolidadas		1.908.199	1.115.050
		23.803.851	23.029.372
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	38	(36.041.511)	(76.615.742)
Imobilizações corpóreas		(162.184.700)	(96.829.334)
Imobilizações incorpóreas		(3.329.237)	(57.644)
		(201.555.448)	(173.502.720)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(177.751.597)	(150.473.348)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.014.362.813	950.835.276
Subsídios e doações		1.235.450	981.862
		1.015.598.263	951.817.138
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(929.973.042)	(904.502.420)
Amortizações de contratos de locação financeira		(20.003.516)	(17.095.285)
Juros e custos similares		(96.864.303)	(36.772.826)
Dividendos		(22.509.926)	(19.653.151)
Aquisição de acções próprias		(5.571.782)	-
		(1.074.922.569)	(978.023.682)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(59.324.306)	(26.206.544)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		50.751.190	42.034.853
Variações decorrentes de alterações de perímetro		58.613.720	(45.571.078)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	24	63.909.374	67.445.599
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	24	173.274.284	63.909.374

Para ser lido em conjunto com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Nota Introdutória

A Mota-Engil, S.G.P.S., S.A., com sede no Edifício Mota, Rua do Rêgo Lameiro, nº38 4300-454 Porto, ("MOTA-ENGIL SGPS" ou "EMPRESA"), e empresas participadas ("GRUPO"), têm como actividade principal as empreitadas de obras públicas e privadas e actividades com elas conexas.

A descrição mais detalhada das actividades do GRUPO é dada na Nota 4. Segmentos de negócio deste Anexo.

Todos os montantes apresentados nestas notas são apresentados em Euro com arredondamento à unidade, salvo se expressamente referido em contrário.

1. Políticas Contabilísticas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO MOTA-ENGIL são preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o GRUPO, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") tal como adoptadas pela União Europeia e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC").

Para o GRUPO, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

O GRUPO adoptou, antecipadamente no exercício de 2005 e com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2004, o IFRS 6 – Exploração e Avaliação dos Recursos Minerais no registo e valorização das suas pedreiras na data de autorização destas demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2007, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2006. Durante este exercício, o GRUPO aplicou pela primeira vez a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações, obrigatória para os exercícios com início em Janeiro de 2007, bem como as correspondentes alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. A aplicação desta norma resultou no acréscimo de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros utilizados pelo GRUPO.

Em 29 de Março de 2007, com efeitos obrigatórios a 1 de Janeiro de 2009 mas com adopção antecipada permitida, o IASB emitiu uma revisão à IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos, a qual, face à anterior versão, eliminou a possibilidade de reconhecimento imediato na demonstração de resultados do exercício dos custos de empréstimos associados a activos que exigem um período de tempo substancial até estarem disponíveis para uso ou venda. O GRUPO, até 31 de Dezembro de 2007, e com excepção dos projectos imobiliários em curso, registados na rubrica de existências, e aos activos afectos às concessionárias de auto-estradas, não procedeu à capitalização desses custos como parte do custo do activo associado, pelo que a revisão de tal norma irá produzir impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO a partir de 1 de Janeiro de 2009, os quais, em virtude da incerteza e do momento de realização dos investimentos futuros, não foram quantificados nesta data.

Foram também emitidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 cinco novas interpretações: (i) IFRIC 7 – Adopção do método de re-expressão segundo a IAS 29 – Reporte Financeiro em economias hiperinflacionárias; (ii) IFRIC 8 – Âmbito da IFRS 2; (iii) IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos; (iv) IFRIC 10 – Demonstrações Financeiras Intercalares e Imparidades; e (v) IFRIC 11 – IFRS 2 – Grupos e Transacções com base em acções. A aplicação destas interpretações não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

Por último, à data da emissão destas demonstrações financeiras, tinham sido emitidas as seguintes normas e interpretações, cuja aplicação ainda não era obrigatória e cuja ratificação pela União Europeia ainda não ocorreu:

- Revisão da IFRS 3 – Concentrações empresariais – (obrigatória a 1 de Julho de 2009);
- IFRS 8 – Segmentos Operacionais – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2009);
- IFRIC 12 – Acordos sobre Serviços de Concessão – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008);
- IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes – (obrigatória a 1 de Julho de 2008);
- IFRIC 14 – IAS 19 – Os Limites de um Plano de Benefícios Definidos – (obrigatória a 1 de Janeiro de 2008);

Em 31 de Dezembro de 2007, o GRUPO não se encontra a aplicar qualquer das normas e interpretações acima referidas, sendo que a aplicação das mesmas, não produzirá, segundo o Conselho de Administração do GRUPO, efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do período da sua primeira aplicação.

A IFRIC 12 – Acordos sobre Serviços de Concessão estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de actividades desenvolvidas no âmbito de contratos de concessão de serviços públicos. Apesar de emitida pelo IASB, a IFRIC 12 não foi ainda adoptada pela União Europeia (UE) encontrando-se a sua aplicação futura pela MOTA-ENGIL condicionada à sua aprovação pela UE. A futura aplicação daquela norma poderá introduzir algumas alterações face às disposições e interpretações das normas actualmente em vigor, cujo impacto nestas demonstrações financeiras consolidadas, antecipando que poderão ocorrer maioritariamente na reclassificação para imobilizado incorpóreo do imobilizado concessionado e da alteração do método de amortização dos activos associados às concessões rodoviárias, não se encontra ainda totalmente apurado nesta data.

1 de Janeiro de 2005 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pelo Grupo dos IAS/IFRS, de acordo com a IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euro por esta ser a moeda principal das operações do GRUPO. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas em Euro de acordo com as políticas contabilísticas descritas na alínea xvi) dos Principais critérios valorimétricos desta Nota. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu conhecimento à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IAS/IFRS, o Conselho de Administração do GRUPO adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados, os quais estão descritos na alínea xxvi) dos Principais critérios valorimétricos desta Nota.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração do GRUPO entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

Bases de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo GRUPO:

a) Empresas do GRUPO

As participações financeiras em empresas nas quais o GRUPO detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas/Sócios e/ou detenha o poder

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo GRUPO), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado (na rubrica de capitais próprios) e na demonstração dos resultados consolidados (incluída nos resultados líquidos consolidados) respectivamente.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o GRUPO absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o GRUPO apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos tenha sido recuperada.

Nas concentrações empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, os activos e passivos de cada filial (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição conforme estabelecido no IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais. Qualquer excesso/(défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como diferença de consolidação positiva (Goodwill) e no caso de diferença de consolidação negativa (Badwill), após reconfirmação do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do GRUPO são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o GRUPO detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico ("SPE"), ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de 31 de Dezembro de 2007 não existiam unidades nesta situação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o GRUPO exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeira e operacional da associada - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do GRUPO nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os activos e passivos de cada associada (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso/(défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como diferença de consolidação positiva (Goodwill) sendo adicionada ao valor de balanço do investimento financeiro e no caso de défice, após reconfirmação do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração de resultados do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

Quando a proporção do GRUPO nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o GRUPO tenha assumido compromissos para com a associada registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do GRUPO na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo GRUPO.

c) Empresas controladas conjuntamente

Os interesses financeiros em empresas controladas conjuntamente foram consolidados nas demonstrações financeiras pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao GRUPO.

A classificação dos interesses financeiros detidos em entidades controladas conjuntamente é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efectiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa controlada conjuntamente é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias (Nota 1a).

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao GRUPO.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO nos períodos apresentados são os seguintes:

i) Diferenças de consolidação positivas (Goodwill)

Nas concentrações empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, as diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do GRUPO e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, são registadas na rubrica "Goodwill". Adicionalmente, as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do GRUPO (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reserva de conversão cambial".

As diferenças de consolidação positivas geradas antes da data de transição para os IFRS mantêm-se registadas pelo valor líquido contabilístico, apurado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade,

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

tendo sido objecto de testes de imparidade naquela data. Adicionalmente, e de acordo com a alternativa prevista no IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, a MOTA-ENGIL SGPS não aplicou retrospectivamente as disposições da IAS 21 - Efeitos de Alterações de Taxas de Câmbio às diferenças de consolidação positivas geradas antes de 1 de Janeiro de 2004, pelo que, a partir dessa data passou a mensurar tais diferenças de consolidação na moeda de reporte das suas participadas pelo valor equivalente de Euro naquela data.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo que, anualmente, a MOTA-ENGIL SGPS procede à realização de testes de imparidade formais às mesmas à data de encerramento de contas. Sempre que o montante pelo qual se encontra registada a diferença de consolidação positiva seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros custos operacionais”. A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

As perdas de imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do GRUPO e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

ii) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas adquiridas pelo GRUPO encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, e só são reconhecidas se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o GRUPO, se possa medir razoavelmente o seu valor e se o GRUPO possuir o controlo sobre as mesmas.

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por software, sendo as mesmas amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período entre três e seis.

As despesas de investigação são reconhecidas como gasto do exercício em que são incorridas, enquanto as despesas de constituição e com aumentos de capital são deduzidas ao capital próprio.

Para as empresas do segmento da Indústria e Energia, as despesas incorridas com o licenciamento de parques eólicos são capitalizadas em imobilizado incorpóreo apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- os estudos de viabilidade económica demonstrem que existirão benefícios económicos futuros;
- o GRUPO tenha capacidade técnica e financeira para proceder à instalação e exploração dos parques eólicos;
- os custos afectos à fase de licenciamento dos parques eólicos sejam mensuráveis de forma fiável.

Os custos incorridos pelo GRUPO durante a fase de pesquisa de instalação de parques eólicos são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que são incorridos.

As imobilizações incorpóreas geradas na aquisição de uma empresa subsidiária, ou conjuntamente controlada, são identificadas e registadas separadamente da rubrica “Goodwill” se o seu justo valor puder ser estimado com fiabilidade. O custo de aquisição de tais imobilizações incorpóreas é o seu justo valor na data de aquisição. Estas imobilizações actualmente são amortizadas pelo método das

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

quotas constantes durante o seu período de vida útil estimado (entre 8 e 24 anos – prazos de vigência das concessões portuárias).

Após o seu reconhecimento inicial, as imobilizações incorpóreas geradas na aquisição de uma empresa subsidiária, ou conjuntamente controlada, são registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, da mesma forma que as imobilizações incorpóreas adquiridas pelo GRUPO.

iii) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e, ou, quaisquer perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são efectuadas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respectivo imóvel. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é imaterialmente superior à quantia escriturada no balanço, o GRUPO por uma questão de prudência, não procede à actualização para o justo valor dos activos objecto de avaliação. Por razões de funcionamento dos respectivos mercados, o GRUPO optou por não aplicar esta política aos imóveis detidos em países africanos e no Perú, registando os mesmos pelo seu custo de aquisição menos qualquer subsequente depreciação acumulada e, ou, quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos bens imobilizados são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um activo fixo corpóreo que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das amortizações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida de resultado líquido do exercício.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, actualmente variando entre 20 e 50 anos, enquanto os terrenos não são depreciáveis.

Os imóveis em construção por parte do GRUPO, nomeadamente em Angola, são registados ao custo de produção que inclui os custos dos materiais consumidos, os custos com o pessoal incorridos e outros custos, sendo inferior ao respectivo valor de realização.

iv) Terrenos afectos à exploração de pedreiras

Os terrenos afectos à exploração de pedreiras, bem como alguns custos relacionados (despesas suportadas com o licenciamento e arranque das pedreiras e os custos a incorrer com o desmantelamento das mesmas) são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e, ou, quaisquer perdas de imparidade acumuladas. Nas situações em que o justo valor apurado nas avaliações é ligeiramente superior à quantia escriturada no balanço, o GRUPO por uma questão de prudência, não procede à actualização para o justo valor dos activos objecto de avaliação. As revalorizações são efectuadas periodicamente, por departamentos internos do GRUPO, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor da respectiva pedreira. A depreciação de tais activos é efectuada de acordo com o nível de inertes extraído anualmente considerando o valor residual da pedreira no final da extracção.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos bens imobilizados são registados por contrapartida de capital próprio. Quando a pedreira que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeita a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das amortizações, sendo o seu excedente registado como custo do exercício por contrapartida de resultado líquido do período.

v) Outras imobilizações corpóreas

As outras imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 2003 encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/ desenvolvimento, encontrando-se as mesmas registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração do GRUPO.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pelo GRUPO, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem. O valor residual atribuível ao bem é estimado com base no valor residual prevalecente à data da estimativa de activos semelhantes que tenham atingido o fim das suas vidas úteis e que tenham funcionado sob condições semelhantes àquelas em que o activo será usado.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamentos:

Equipamento básico (excluindo o afecto a concessões)	3 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Equipamento de transporte	3 a 10
Ferramentas e utensílios	3 a 6

Os activos imobilizados corpóreos (nomeadamente o equipamento básico) afectos às concessões de auto-estradas em regime de SCUT (portagens virtuais) e às concessões portuárias encontram-se a ser amortizados pelo método das quotas constantes pelo prazo da concessão.

No caso dos activos imobilizados corpóreos afectos à concessão de auto-estradas de portagem real os mesmos encontram-se a ser amortizados de acordo com os níveis de tráfego esperado pelo prazo remanescente da concessão.

Outras imobilizações corpóreas

3 a 10

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pelo GRUPO são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de “Outros custos operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

vi) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo e as amortizações acumuladas correspondentes, conforme definido nas alíneas *iii)* e *v)* acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

vii) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e, ou, a valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado pela avaliação anual efectuada por entidade especializada independente. Em 2007, com base nas avaliações efectuadas não ocorreram variações consideradas significativas no justo valor dos imóveis pelo que o valor dos mesmos não foi actualizado. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de variação de valor das propriedades de investimento. Por razões de funcionamento do mercado angolano, o GRUPO optou por não aplicar esta política às propriedades de investimento detidas nesse país, registando as mesmas pelo seu custo de aquisição menos qualquer subsequente depreciação acumulada e, ou, quaisquer perdas de imparidade acumulada.

Os activos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o fim da sua construção. Até terminar o período de construção ou promoção do activo a qualificar como propriedade de investimento, esse activo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica de propriedades de investimento em construção. No final do período de promoção e construção desse activo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada directamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização nomeadamente: manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis) são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados do exercício a que se referem.

viii) Activos não correntes disponíveis para venda

Os activos não correntes são classificados como disponíveis para venda se o seu valor de balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado dos mesmos. Para que tais activos sejam objecto de tal classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer num período de

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

12 meses, conforme estabelecido no IFRS 5 – Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Os activos não correntes classificados como disponíveis para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos custos expectáveis com a sua venda.

ix) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Instrumentos financeiros:

O GRUPO classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: “Investimentos registados ao justo valor através dos resultados”, “Empréstimos e contas a receber”, “Investimentos detidos até ao vencimento” e “Investimentos disponíveis para venda”. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base semestral.

- Investimentos registados ao justo valor através dos resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: “activos financeiros detidos para negociação” e “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido com o propósito de ser vendido no curto-prazo, ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço;

- Empréstimos e contas a receber: empréstimos e contas a receber são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o GRUPO fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida. Os “empréstimos e contas a receber” são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica de “Clientes” e “Outros devedores”;

- Investimentos detidos até ao vencimento: Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e cuja intenção do Conselho de Administração é a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento;

- Investimentos disponíveis para venda: Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço. Os “investimentos registados a justo valor através dos resultados” são classificados como investimentos correntes. Os “investimentos disponíveis para venda” são classificados como não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor – investimentos disponíveis para venda” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e tal situação seja considerada uma perda de imparidade, no momento em que o ganho ou a perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos detidos para negociação são registados(as) na demonstração dos resultados do exercício.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma aliendado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição, momento em que o ganho ou perda acumulado é reajustado na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada (queda superior a 25% durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Para os restantes activos, indícios objectivos de imparidade podem incluir:

- dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte para liquidar as suas dívidas;
- não cumprimento atempado por parte da contraparte dos créditos concedidos pelo Grupo;
- probabilidade elevada que a contraparte entre num processo de falência ou de reestruturação de dívida.

Para os activos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado, o montante da imparidade resulta da diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva inicial.

O valor contabilístico dos activos financeiros é reduzido directamente pelas perdas de imparidades detectadas, com excepção, das contas a receber de clientes e outros devedores em que o Grupo constitui uma conta de “Perdas de imparidade acumuladas” específica para as mesmas. Quando uma conta a receber de clientes e outros devedores é considerada como incobrável a mesma é anulada por contrapartida da conta de “Perdas de imparidade acumuladas”. Recebimentos posteriores de contas a receber de clientes e outros devedores anuladas das demonstrações financeiras são

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

registados a crédito na demonstração de resultados do exercício. Alterações ocorridas nas “Perdas de imparidade acumuladas” são registadas na demonstração de resultados do exercício.

Com excepção dos “Investimentos disponíveis para venda”, se, num exercício subsequente, ocorrer uma diminuição das perdas de imparidade acumuladas e se esse decréscimo se dever objectivamente a um evento posterior à data de reconhecimento de tal imparidade, esse decréscimo é registado através da demonstração de resultados do exercício até ao limite da Perda de imparidade acumulada existente.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo capitalizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas, com excepção da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A. (“Lusoponte”) para a qual foram solicitadas avaliações externas, são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas de imparidade. É convicção do Conselho de Administração que o justo valor desses investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Durante o exercício de 2007, o GRUPO não procedeu ao registo da actualização do justo valor da Lusoponte, na medida em que esta participação estará incluída, no exercício de 2008, num processo de reorganização de participações na área das concessões de transportes envolvendo entidades externas pelo que o valor a atribuir a tal participação ainda está em discussão, não sendo, contudo, e com base na informação disponível, inferior ao seu valor de balanço a 31 de Dezembro de 2007.

b) Clientes e outros devedores

As dívidas de “Clientes” e as de “Outros devedores” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo amortizado. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

e) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção. São considerados pelo GRUPO instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que o GRUPO detém um interesse residual num conjunto de activos após dedução de um conjunto de passivos.

f) Instrumentos derivados

O GRUPO utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação, pese embora alguns dos instrumentos derivados do segmento de concessões de transportes não se qualificarem como sendo instrumentos de cobertura perfeita ao

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

abrigo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Administração do GRUPO.

Os instrumentos derivados utilizados pelo GRUPO definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam exclusivamente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são semelhantes às condições estabelecidas para os empréstimos contratados.

Os critérios utilizados pelo GRUPO para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos, associadas à parcela de cobertura efectiva, são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de justo valor – derivados”, sendo transferidos para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta os resultados.

A reavaliação dos instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de justo valor – derivados” são transferidas para resultados do exercício, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Relativamente aos instrumentos derivados que embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica não cumprem todas as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração no que respeita à possibilidade de qualificação para contabilização como de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

g) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica “Outras reservas e resultados”.

h) Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

O Grupo desreconhece activos financeiros das suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais activos expiraram, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos para uma terceira entidade.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em “factoring” à data de cada balanço, com excepção das operações de

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

“factoring” sem recurso, são reconhecidas nas demonstrações financeiras do GRUPO por contrapartida da rubrica “Credores diversos” até ao momento do recebimento das mesmas.

x) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

xi) Existências

As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição, ou do respectivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

xii) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes”.

xiii) Rédito

O rédito é registado pelo justo valor dos activos recebidos ou a receber, líquido de descontos e das devoluções expectáveis.

a) Reconhecimento de custos e proveitos em obras

O GRUPO reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método de percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores facturados, são contabilizadas nas sub-rubricas “Produção não facturada” ou “Facturação antecipada”, incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Relativamente aos contratos de prestação de serviços das sucursais no estrangeiro, os proveitos são registados com base nos autos de medição dos trabalhos realizados, sendo as diferenças positivas ou negativas face à facturação efectuada, calculadas contrato a contrato e apresentadas nas sub-rubricas “Produção não facturada” ou “Facturação antecipada”, incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”. O impacto da adopção desta política face à descrita no parágrafo acima não produz efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação, e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que é provável que o cliente aceite a reclamação, e que é possível mensurá-la com fiabilidade.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras o GRUPO reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

b) Obras de construção civil e obras públicas de curta duração

Nestes contratos de prestação de serviços o GRUPO reconhece os proveitos e custos à medida que se facturam ou incorrem, respectivamente.

c) Reconhecimento de custos e proveitos na actividade imobiliária

As empresas do GRUPO do segmento da indústria e energia têm recorrido a operações de locação financeira imobiliária, como forma de financiar todos os seus projectos imobiliários.

O rédito neste tipo de operações é gerado e reconhecido, essencialmente, aquando da cedência da posição contratual que as empresas do GRUPO detêm nos contratos de locação financeira imobiliária, em função da diferença entre o preço acordado com um terceiro e o preço inicialmente contratado.

Os custos relevantes com os empreendimentos imobiliários são apurados tendo em conta os custos directos de construção, assim como todos os custos associados à elaboração de projectos e licenciamento das obras. Os custos imputáveis ao financiamento, à supervisão e fiscalização do empreendimento são também adicionados ao custo dos empreendimentos imobiliários, desde que estes se encontrem em curso.

Considera-se, para efeito de capitalização de encargos financeiros e encargos com a supervisão e fiscalização do empreendimento, que o empreendimento está em curso se aguardar decisão das autoridades envolvidas, ou se se encontrar em construção. Caso o empreendimento não se encontre nestas fases é considerado parado e as capitalizações acima referidas são suspensas.

As vendas da actividade imobiliária e os correspondentes custos das fracções vendidas são registados no momento em que existe expectativa, pelas condições contratuais, de que os clientes irão consumir a aquisição, isto é, quando o preço da venda está na sua quase totalidade pago, ou em que existe acordo de compra com entidades públicas relativo a planos de realojamento. A margem das vendas é ponderada pela percentagem de acabamento do imóvel, determinada pela relação entre os custos incorridos e os custos totais estimados.

xiv) Custos com a preparação de propostas

Os custos incorridos com a preparação de propostas são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, em virtude do desfecho da proposta não ser controlável.

xv) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem basicamente a obras de construção e beneficiação, executadas pelas próprias empresas, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem despesas com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

Tais despesas são objecto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- Os activos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os activos virem a gerar benefícios económicos futuros, e;
- Os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

xvi) Activos e passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os activos e passivos das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras do Grupo são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço. Os custos e proveitos, bem como os fluxos de caixa são igualmente convertidos para Euro, utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão cambial”. No momento da alienação de tais entidades estrangeiras, as diferenças de conversão cambiais acumuladas são registadas na demonstração de resultados do exercício.

As diferenças de consolidação e os ajustamentos para o justo valor dos activos e passivos adquiridos resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos em moeda estrangeira e são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço.

As demonstrações financeiras de sucursais expressas em moeda estrangeira foram convertidas para Euro através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

Vigente no final do ano: para a totalidade dos activos e passivos;

Média: para a demonstração dos resultados do ano.

xvii) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nessas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

xviii) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos, ou associados às concessões de auto-estradas, ou a projectos imobiliários classificados em existências, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

xix) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o GRUPO tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor actual dos mesmos.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo GRUPO sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

xx) Pensões

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos atribuídos a alguns ex-funcionários e actuais funcionários do GRUPO são apuradas de acordo com o "Projected Unit Credit Method" utilizando os pressupostos actuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido. As responsabilidades por serviços passados e as responsabilidades perante pensionistas encontram-se totalmente cobertas. A responsabilidade adicional gerada em cada exercício é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício como custos com o pessoal.

xxi) Subsídios atribuídos pelo Estado

Subsídios atribuídos para financiar acções de formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o GRUPO incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração dos resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos em imobilizado são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período de vida útil estimado para os bens subsidiados.

xxii) Imparidade de activos que não "goodwill"

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

demonstração dos resultados na rubrica de “Outros custos operacionais”. A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e consequentemente o activo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

xxiii) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os activos e passivos por impostos diferidos e as “Provisões” são classificados como activos e passivos não correntes (Nota 13. Imposto sobre o Rendimento e Nota 30. Provisões, respectivamente).

xxiv) Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

xxv) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

xxvi) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração do GRUPO baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e / ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos activos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação;
- Registo de provisões e perdas de imparidade;

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

- Reconhecimento de proveitos em obras em curso;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados e dos investimentos detidos para venda.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

xxvii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O GRUPO classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo das empresas concessionárias afectos ao serviço da dívida.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos imobilizados.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, e pagamento de dividendos.

xxviii) Gestão dos capitais investidos

A gestão do capital no GRUPO MOTA-ENGIL é levada a cabo com o fundamental objectivo de garantir a continuidade das operações do GRUPO, procurando maximizar a criação de valor para os seus accionistas, nomeadamente através da adopção de uma estrutura dos capitais empregues eficiente, por via da optimização no seu balanço do rácio entre capitais próprios e capitais alheios.

Assim, a estrutura de capitais do GRUPO compreende os capitais próprios atribuíveis aos accionistas, o endividamento com recurso, o endividamento sem recurso e, ainda, os montantes disponíveis em caixa e seus equivalentes.

Os capitais próprios atribuíveis aos accionistas compreendem o capital social da MOTA-ENGIL SGPS, totalmente subscrito e realizado, no montante de Euro 204.635.695, representado por 204.635.695 acções ordinárias com o valor nominal de Euro 1, admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários regulado da Euronext Lisbon. Compreendem também todas as reservas de capital acumuladas pelo GRUPO, nomeadamente as legalmente impostas, as reservas constituídas de forma livre, reservas por reavaliações de activos, reservas por conversão cambial e diferenças de consolidação com origem na consolidação das sociedades do GRUPO. Por fim, incluem ainda, os resultados de anos anteriores não distribuídos aos accionistas.

O endividamento do GRUPO tem, genericamente, duas diferentes origens: endividamento com recurso e endividamento sem recurso. Estas duas categorias distinguem-se pelo tipo de responsabilidade assumida pelo GRUPO perante o cumprimento da obrigação de fazer face ao seu pagamento. Por um lado, enquanto dívida com recurso assumida por uma qualquer sociedade do GRUPO é exigível ao accionista desta, a dívida sem recurso, assumida exclusivamente no âmbito de negócios concessionados financiados em regime de “project finance” é apenas exigível à sociedade que a contraiu, e portanto, apenas os activos desta respondem pelo seu pagamento.

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
31 de Dezembro de 2007 e 2006**

A estrutura de maturidade do endividamento é adequada às características dos activos que financia, privilegiando maturidades de longo prazo ao fazer face, sobretudo a investimentos de carácter de permanência no GRUPO.

O requisitos de capital impostos externamente ao GRUPO podem ter origem legal, contratual ou de acesso a mercados.

O principal requisito legal de capital é colocado pelo artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, ao impor que o capital próprio de uma sociedade deve ser superior a metade do seu capital social. No GRUPO MOTA-ENGIL não existem casos de incumprimento desta norma, uma vez que, nos casos em que pontualmente o seu cumprimento possa ser posto em causa, são adoptadas as medidas que, aplicadas ao caso concreto, se mostrem as mais adequadas.

Os requisitos de capital impostos contratualmente estão sobretudo presentes em contratos de financiamento bancário. Assim, são por vezes definidos, em operações de financiamento de maior relevância, covenants associados a rácios que relacionam a estrutura de capitais e a rentabilidade operacional do GRUPO. Estas cláusulas contratuais são definidas em resultado de negociações com as entidades financiadoras e em toda a história do GRUPO não há nenhuma incidência de rompimento destes contratos com base no seu incumprimento.

Grande parte das actividades desenvolvidas pelo GRUPO MOTA-ENGIL decorrem em estreita relação com o sector público dos diversos países em que está presente. Seja na construção de obras públicas, seja na obtenção de licenças de construção, exploração e manutenção de infraestruturas públicas, o GRUPO enfrente condições de acesso a esses mercados que são fortemente regulamentadas e fiscalizadas. Algumas das condições de acesso a estes mercados impõem comprovada capacidade e robustez financeira do concursante, sem a qual, ele se vê excluído deles. O GRUPO MOTA-ENGIL tem especial preocupação em cumprir os requisitos habitualmente impostos por esta via, e com efeito, tem sido capaz de fazer deste aspecto um dos seus pontos fortes face à sua principal concorrência, sendo esta uma vantagem competitiva que apresenta face a rivais concursantes em grandes projectos nacionais e internacionais.

xxix) Gestão dos riscos financeiros

A gestão que o GRUPO efectua dos riscos financeiros em que encorre, está exposta no capítulo 5 do relatório de gestão, incluído neste Relatório e Contas.

2. Empresas incluídas na consolidação

Em 31 de Dezembro de 2007, as empresas incluídas na consolidação e respectivos métodos de consolidação, sedes, percentagem efectiva de participação, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras são tal como se apresenta no Apêndice A.

Durante o exercício de 2007, no seguimento da Oferta Pública de Subscrição da associada MARTIFER SGPS, esta deixou de ser consolidada pelo Método da Integração Proporcional passando a ser consolidada pelo Método da Equivalência Patrimonial. Como resultado de tal operação, e em virtude do GRUPO não ter acompanhado o aumento de capital social verificado, ocorreu a diminuição da participação na MARTIFER SGPS de 50% para 37,5%, tendo sido gerado um ganho de capital de Euro 67.433.474.

Adicionalmente, na sequência do entendimento estratégico ocorrido durante 2007, entre o GRUPO MOTA-ENGIL e o Grupo Banco Espírito Santo, formalizado num Acordo de Cooperação Empresarial, com o objectivo de desenvolverem, em conjunto com um controlo partilhado, as suas actividades na área das concessões de infra-estruturas de transportes, as participações do GRUPO nas empresas do GRUPO AENOR passaram a ser consolidadas pelo método da Integração Proporcional, enquanto em 2006 tinham sido consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial.

O impacto destas alterações de perímetro no balanço e na demonstração dos resultados do GRUPO é apresentado na Nota 36. Alterações de perímetro.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Com excepção da aquisição do Grupo Tertir e da Multiterminal (Nota 16. Goodwill), as alterações ocorridas no perímetro da consolidação durante o exercício de 2007 não foram significativas.

3. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	2007	2006
Vendas de mercadorias	52.589.515	23.924.276
Vendas de produtos	74.365.146	165.399.091
Prestações de serviços:		
Obras públicas	530.103.913	619.634.395
Construção civil	332.875.201	328.197.104
Concessões de serviços públicos	308.115.348	69.141.149
Outras	103.850.634	101.937.062
	<u>1.401.899.756</u>	<u>1.308.233.076</u>

Durante os exercícios de 2007 e 2006 não se verificou nenhuma descontinuação em actividades do GRUPO.

4. Segmentos de negócio

O GRUPO serve-se da sua organização interna para efeitos de gestão como base para o seu reporte da informação por segmentos primários.

O GRUPO está organizado em quatro áreas de negócio principais – Engenharia e Construção, Ambiente e Serviços, Indústria e Energia e Concessões de transportes – as quais são coordenadas e apoiadas pela MOTA-ENGIL SGPS e pela MESP.

O segmento “Engenharia e Construção” inclui as actividades de construção, obras públicas e promoção imobiliária. O segmento “Ambiente e Serviços” engloba, basicamente, as empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, as empresas de água e saneamento básico e as empresas de operação portuária. O segmento “Indústria e Energia” inclui as actividades da construção metalomecânica, da produção de energia, de equipamentos para energia e de biocombustíveis. O segmento “Concessões de transportes” inclui as empresas que detêm as concessões de auto-estradas.

Os valores relativos à MOTA-ENGIL SGPS, à MESP e às sociedades do GRUPO da área do Turismo estão incluídos na linha “Outros, eliminações e intragrupo”, a qual inclui também os montantes relativos aos fluxos e saldos entre os segmentos de negócio.

As vendas e prestações de serviços, e os resultados operacionais por segmentos primários podem ser analisados como segue:

Vendas e prestações de serviços		
	2007	2006
Engenharia e Construção	1.048.717.881	1.092.353.270
Ambiente e Serviços	248.896.596	116.907.951
Indústria e Energia	-	250.302.176
Concessões de transportes	105.629.242	-
Outros, eliminações e intragrupo	<u>(1.337.799)</u>	<u>(151.330.321)</u>
	<u>1.401.899.756</u>	<u>1.308.233.076</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 as vendas e prestações de serviços efectuadas entre segmentos de negócio estão incluídas na linha “Outros, eliminações e intragrupo” e são imateriais.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as vendas intragrupo foram efectuadas a preços semelhantes às praticadas para as vendas a clientes externos.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	EBITDA		EBIT	
	2007	2006	2007	2006
Engenharia e Construção	91.940.939	103.826.039	44.414.889	60.388.461
Ambiente e Serviços	58.663.867	24.325.835	41.188.462	14.775.559
Indústria e Energia	-	28.200.329	-	20.529.020
Concessões de transportes	95.045.180	(1.803.192)	60.988.965	(1.821.335)
Outros, eliminações e intragrupo	2.845.328	(12.810.965)	1.594.071	(9.678.026)
	<u>248.495.314</u>	<u>141.738.046</u>	<u>148.186.387</u>	<u>84.193.679</u>

Os ganhos em empresas associadas, líquidos de perdas em empresas associadas, por segmentos primários são como segue:

	Ganhos / (perdas) em empresas associadas	
	2007	2006
Engenharia e Construção	6.013.701	4.705.276
Ambiente e Serviços	(114.279)	264.823
Indústria e Energia	9.882.782	140.107
Concessões de transportes	-	4.634.846
Holding, outros e ajustamentos	56.536	(32.288)
	<u>15.838.740</u>	<u>9.712.764</u>

O activo líquido total e o passivo do GRUPO por segmentos primários podem ser analisados como segue:

	Activo		Passivo	
	2007	2006	2007	2006
Engenharia e Construção	1.324.114.452	1.103.367.665	1.089.253.587	850.391.947
Ambiente e Serviços	548.246.571	205.887.786	474.488.151	160.853.964
Indústria e Energia	-	344.773.972	-	281.323.828
Concessões de transportes	1.376.198.049	197.021.689	1.292.160.106	109.382.565
Outros, eliminações e intragrupo	137.766.579	(116.059.528)	143.497.600	29.244.483
	<u>3.386.325.651</u>	<u>1.734.991.584</u>	<u>2.999.399.444</u>	<u>1.431.196.787</u>

O investimento e as amortizações do GRUPO por segmentos primários são como segue:

	Investimento líquido		Amortizações	
	2007	2006	2007	2006
Engenharia e Construção	111.244.818	88.971.115	38.802.365	39.565.283
Ambiente e Serviços	42.179.892	26.876.723	16.958.426	8.190.638
Indústria e Energia	-	49.111.297	-	6.842.759
Concessões de transportes	47.338.424	68.399.457	34.121.862	18.143
Outros, eliminações e intragrupo	-	(29.374.209)	1.089.642	(2.572.187)
	<u>200.763.134</u>	<u>203.984.383</u>	<u>90.972.295</u>	<u>52.044.636</u>

A actividade do GRUPO está internacionalizada, marcando presença na Península Ibérica, na Europa Central (nomeadamente, Polónia, Hungria, República Checa, Roménia, Eslováquia e Irlanda), em África (nomeadamente, Angola, Moçambique, Malawi, Benim e Chade), na América do Norte (EUA) e América do Sul (Perú). Assim, definem-se 3 grandes segmentos geográficos de actuação: Península Ibérica, Europa Central, África & América.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

As vendas e prestações de serviços por segmentos geográficos podem ser analisadas como segue:

	Vendas e prestações de serviços	
	2007	2006
Península Ibérica	1.050.373.180	955.355.433
Europa Central	221.503.594	287.000.945
África & América	239.446.834	225.838.633
Outros, eliminações e intragrupo	(109.423.852)	(159.961.935)
	<u>1.401.899.756</u>	<u>1.308.233.076</u>

Os activos detidos e os investimentos efectuados por segmentos geográficos podem ser analisados como segue:

	Activo		Investimento líquido	
	2007	2006	2007	2006
Península Ibérica	3.350.157.333	1.598.472.648	164.722.255	206.229.296
Europa Central	273.680.535	285.505.654	11.839.662	15.771.201
África & América	320.415.284	306.670.147	24.201.217	37.067.278
Outros, eliminações e intragrupo	(557.927.501)	(455.656.865)	-	(55.083.392)
	<u>3.386.325.651</u>	<u>1.734.991.584</u>	<u>200.763.134</u>	<u>203.984.383</u>

Na informação relativa a 2006 acima apresentada, a área de negócio “Indústria e Energia” é apresentada por inteiro, sendo que a sua proporcionalização está incluída na linha “Outros, eliminações e intragrupo”.

5. Custo das mercadorias e dos subcontratos

O custo das mercadorias, das matérias consumidas e dos subcontratos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisado como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de		
	Mercadorias	consumo	Total
2006			
Existências iniciais	46.317.165	38.842.837	85.160.002
Variação de perímetro	(206.421)	(852.809)	(1.059.230)
Compras	20.350.880	274.760.866	295.111.746
Existências finais	(43.968.746)	(44.539.060)	(88.507.806)
	<u>22.492.878</u>	<u>268.211.834</u>	<u>290.704.712</u>
Subcontratos			<u>502.826.258</u>
Custo das mercadorias e dos subcontratos			<u><u>793.530.970</u></u>
2007			
Existências iniciais	43.968.746	44.539.060	88.507.806
Variação de perímetro	(390.617)	(7.361.632)	(7.752.249)
Compras	43.547.819	258.322.772	301.870.591
Existências finais	(49.433.799)	(42.153.300)	(91.587.099)
	<u>37.692.149</u>	<u>253.346.900</u>	<u>291.039.049</u>
Subcontratos			<u>497.176.508</u>
Custo das mercadorias e dos subcontratos			<u><u>788.215.557</u></u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

6. Fornecimento e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

	2007	2006
Água e electricidade	7.738.659	6.120.178
Combustíveis	12.204.966	19.376.453
Utensílios e material de escritório	5.475.552	5.054.903
Rendas e alugueres	75.217.620	63.262.515
Comunicações	7.168.749	7.116.845
Seguros	9.798.875	8.560.191
Transportes, deslocações e estadias	27.636.951	35.525.454
Comissões e honorários	9.509.724	6.299.583
Conservação e reparação	20.785.992	15.987.675
Publicidade e propaganda	1.254.423	1.713.833
Vigilância e segurança	3.528.310	3.404.469
Trabalhos especializados	36.309.599	32.514.791
Outros fornecimentos e serviços	29.207.375	27.088.044
	245.836.795	232.024.934

Incluído na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os montantes de Euro 7.206.955 e Euro 7.309.422, respectivamente, relativos a rendas de operações de leasing operacional.

7. Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

	2007	2006
Remunerações	204.491.294	186.085.412
Encargos sociais:		
Pensões e outros benefícios concedidos	806.192	730.443
Outros	51.917.211	49.528.789
	257.214.697	236.344.644

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Outros” inclui, essencialmente, os custos suportados com a Segurança Social, subsídios de refeição e doença e seguros de acidentes de trabalho.

Número médio de pessoal

Durante os exercícios de 2007 e 2006, o número médio de pessoal ao serviço do GRUPO pode ser analisado como segue:

	2007	2006
Administradores	140	135
Empregados	6.264	6.097
Assalariados	8.599	8.125
	15.003	14.357
Empresas nacionais	7.926	7.199
Empresas estrangeiras	3.338	4.331
Sucursais	3.739	2.827
	15.003	14.357

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

8. Outros proveitos / (custos) operacionais

Os outros proveitos e custos operacionais dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são como segue:

	2007	2006
Donativos	(497.092)	(693.936)
Ganhos/(perdas) na alienação de imobilizado	10.754.521	7.942.011
Impostos	(12.048.999)	(6.164.995)
Subsídios à exploração	1.220.177	803.895
Trabalhos para a própria empresa	22.658.701	12.845.913
Outros proveitos/(custos)	(17.029.833)	(8.528.236)
	<u>5.057.475</u>	<u>6.204.652</u>

9. Amortizações

As amortizações dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são como segue:

	2007	2006
<i>Amortizações do exercício em imobilizado incorpóreo:</i>		
Despesas de desenvolvimento	512.667	247.871
Software e outros direitos	1.199.882	1.275.313
Outras imobilizações incorpóreas	1.591.000	-
	<u>3.303.549</u>	<u>1.523.184</u>
<i>Amortizações do exercício em imobilizado corpóreo:</i>		
Terrenos e edifícios	6.454.491	7.086.159
Equipamentos		
Engenharia e Construção	33.540.335	34.261.746
Ambiente e Serviços	10.194.537	6.129.366
Indústria e Energia	-	4.232.769
Concessões e Transportes	33.898.148	-
Outros e eliminações	309.453	(1.898.011)
	<u>77.942.473</u>	<u>42.725.870</u>
Outras imobilizações corpóreas	<u>3.271.782</u>	<u>709.423</u>
	<u>87.668.746</u>	<u>50.521.452</u>
	<u>90.972.295</u>	<u>52.044.636</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

10. Provisões e perdas de imparidade

As provisões e as perdas de imparidade dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são como segue:

	2007	2006
Provisões (Nota 29. Provisões)		
Engenharia e Construção	3.597.950	2.018.479
Ambiente e Serviços	1.172.783	1.201.909
Outros e eliminações	-	523.980
	<u>4.770.733</u>	<u>3.744.368</u>
Perdas de imparidade		
em existências (Nota 23. Existências)		
Engenharia e Construção	1.116.114	1.833.684
Ambiente e Serviços	50.376	-
	<u>1.166.490</u>	<u>1.833.684</u>
em clientes e outros devedores (Nota 24. Outros activos financeiros)		
Engenharia e Construção	5.212.336	9.016.671
Ambiente e Serviços	349.853	249.502
Concessões de transportes	1.658	-
Outros e eliminações	-	1.792
	<u>5.563.847</u>	<u>9.267.965</u>
Reversão de provisões e perdas de imparidade		
Engenharia e Construção	(1.041.100)	(8.789.503)
Ambiente e Serviços	(1.056.033)	(91.773)
Concessões de transportes	(67.305)	-
Outros e eliminações	-	(465.010)
	<u>(2.164.438)</u>	<u>(9.346.286)</u>
Total de provisões e perdas de imparidade	<u>9.336.632</u>	<u>5.499.731</u>

11. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

	2007	2006
<i>Proveitos e ganhos financeiros</i>		
Empréstimos e contas a receber/pagar:		
Juros obtidos	11.719.066	5.022.984
Descontos de pronto pagamento obtidos	856.944	1.524.606
Diferenças de câmbio favoráveis	17.757.557	15.294.554
Investimentos disponíveis para venda:		
Ganhos na alienação de investimentos financeiros	2.227.695	2.180.851
Instrumentos financeiros derivados		
Derivados de taxa de juro	4.025.345	-
Outros activos e passivos financeiros		
Outros proveitos e ganhos financeiros	7.079.218	4.899.657
	<u>43.665.825</u>	<u>28.922.652</u>
<i>Custos e perdas financeiras</i>		
Empréstimos e contas a receber/pagar:		
Juros suportados	109.658.640	36.577.136
Descontos de pronto pagamento concedidos	111.839	278.794
Diferenças de câmbio desfavoráveis	24.017.352	17.207.862
Perdas em propriedades de investimentos		
Amortização de investimentos em imóveis em Angola (Nota 1-vii))	407.871	294.909
Outros activos e passivos financeiros		
Outros custos e perdas financeiros	16.923.193	10.720.944
	<u>151.118.895</u>	<u>65.079.645</u>
	<u>(107.453.070)</u>	<u>(36.156.993)</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Em 31 de Dezembro de 2007, a composição da rubrica “Juros suportados” pode ser analisada como segue:

	Com recurso	Sem recurso	Total
Empréstimos por obrigações não convertíveis	5.227.499	-	5.227.499
Dívidas a instituições de crédito:			
Empréstimos bancários	17.911.378	55.346.091	73.257.469
Descobertos bancários	3.852.268	656	3.852.924
Contas caucionadas	2.293.151	349.996	2.643.147
Outros empréstimos obtidos:			
Emissões de papel comercial	9.878.602	-	9.878.602
Outros	537.414	-	537.414
	<u>39.700.312</u>	<u>55.696.743</u>	<u>95.397.055</u>
Outros juros suportados	13.843.621	417.964	14.261.585
	<u>53.543.933</u>	<u>56.114.707</u>	<u>109.658.640</u>

A rubrica “Outros custos e perdas financeiros” inclui, essencialmente, os custos com garantias bancárias, com a montagem de empréstimos e diversas comissões e custos debitados por instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os encargos financeiros capitalizados podem ser analisados como segue:

	2007	2006
Activos fixos	6.372.734	646.778
Existências	1.475.347	910.697
	<u>7.848.081</u>	<u>1.557.475</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, para efeito de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos activos em construção acima referidos, foi utilizada uma taxa média de 5,45% e 5,29%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 a sensibilidade do GRUPO a alterações no indexante da taxa de juro pode ser analisada como segue:

	Impacto estimado
Varição nos resultados financeiros pela alteração de 1 p.p na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	19.155.746
Blindagem por taxa fixa	(4.985.612)
Blindagem por instrumentos derivados de taxa de juro	(5.581.987)
Sensibilidade do resultado financeiro a variações da taxa de juro:	<u>8.588.146</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 os activos e passivos do GRUPO por divisa são como segue:

	EUR	USD	PLN	HUF	CZK	AOK	MZN	Outras	Total
Activo									
Não Monetário	1.985.731.173	91.183.557	48.196.477	13.834.642	11.833.101	7.073.854	2.250.550	3.178.540	2.163.281.894
Monetário	933.353.360	157.878.955	79.405.288	33.285.391	9.546.940	2.108.278	6.101.760	1.363.785	1.223.043.757
	<u>2.919.084.533</u>	<u>249.062.512</u>	<u>127.601.765</u>	<u>47.120.033</u>	<u>21.380.041</u>	<u>9.182.132</u>	<u>8.352.310</u>	<u>4.542.325</u>	<u>3.386.325.651</u>
Passivo									
Não Monetário	30.280.123	-	1.079.531	367.249	-	-	-	-	31.726.903
Monetário	2.583.653.475	178.263.638	138.954.189	38.073.437	15.135.600	2.177.267	7.577.082	3.837.853	2.967.672.541
	<u>2.613.933.598</u>	<u>178.263.638</u>	<u>140.033.720</u>	<u>38.440.686</u>	<u>15.135.600</u>	<u>2.177.267</u>	<u>7.577.082</u>	<u>3.837.853</u>	<u>2.999.399.444</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Em 31 de Dezembro de 2007 a sensibilidade do GRUPO à variação cambial do Dólar Norte Americano (USD) e do Novo Zloty Polaco (PLN) pode ser analisada como segue:

	<u>Resultado líquido</u>	<u>Capital próprio</u>
Impactos estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	245.324	700.979
do Novo Zloty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	394.702	(123.089)

12. Ganhos e perdas em empresas associadas

Os ganhos em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Aenor	-	721.180
Ambital	60.930	44.250
Asinter	170.767	228.007
Auto Sueco Angola	3.204.652	1.572.568
Cimertex Angola	32.232	27.451
Cimertex & Companhia	-	2.762.181
Citrupe	85.790	110.442
Inovia	-	67.940
Somafel e Ferrovias, ACE	19.684	-
Ecolezíria	18.573	19.760
Lusoscut BLA	-	809.165
Lusoscut CP	-	2.442.388
Lusoscut GP	-	662.113
Martifer SGPS e associadas	9.882.782	99.726
UTE - Boqueixon	226.947	-
Pavterra	2.384.350	-
Setulset	22.540	-
Socibil	17.377	-
Soltysowska	21.841	-
Sonauta	61.031	49.883
Tersado	539.858	192.804
TMB	223.081	-
Vortal	186.487	124.563
	<u>17.158.924</u>	<u>9.934.421</u>

As perdas em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisadas como segue:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Associadas da Martifer SGPS	-	29.672
Hidrocontrato	8.473	-
Jardimaia	-	189.233
Nova Ponte	45.613	-
Piastowska	-	1.054
Ponte do Sado, ACE	25.257	-
RL SGPS	1.186.530	-
Tecnocéano	51.773	-
Turalgo	2.538	1.698
	<u>1.320.184</u>	<u>221.657</u>
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	<u>15.838.740</u>	<u>9.712.764</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

13. Imposto sobre o rendimento

A composição dos activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisada da seguinte forma:

As diferenças a deduzir ao lucro tributável que originaram activos por impostos diferidos são como segue:

	2007	2006
Provisões não aceites fiscalmente	(47.228.786)	(46.305.486)
Acréscimos de custos não aceites fiscalmente	(3.480.292)	(613.243)
Prejuízos fiscais	(39.446.726)	(36.433.178)
Reduções de amortizações não consideradas fiscalmente	(3.201.553)	(2.687.470)
Outros	(4.228.003)	(3.786.395)
	<u>(97.585.360)</u>	<u>(89.825.772)</u>

As diferenças a acrescentar ao lucro tributável que originaram passivos por impostos diferidos são como segue:

	2007	2006
Reavaliação de activos imobilizados	34.477.151	44.461.093
Resultados negativos em ACE	7.418.524	5.143.796
Diferimento de tributação de mais valias	1.601.063	1.753.112
Amortizações não aceites fiscalmente	5.043.317	4.571.617
Acréscimos de proveitos não tributados	12.148.471	16.364.114
Outros	9.052.941	9.795.295
	<u>69.741.467</u>	<u>82.089.027</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, os activos e passivos por impostos diferidos calculados às taxas de imposto vigentes localmente ascendiam a Euro 29.987.157 e Euro 28.440.239, respectivamente (2006: Euro 26.872.139 e Euro 20.405.792, respectivamente), sendo o efeito na demonstração dos resultados positivo de Euro 2.870.631 (2006: efeito negativo de Euro 580.725)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foi efectuada uma avaliação dos activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócio das empresas do GRUPO, periodicamente revistos e actualizados. Com base em tais avaliações, em 2007 foram anulados activos por impostos diferidos reconhecidos com origem em prejuízos fiscais reportáveis no montante de Euro 1.926.781.

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como segue:

	2007	2006
Imposto corrente	<u>19.130.964</u>	<u>19.534.166</u>
Reversão líquida do reporte de prejuízos	(1.778.986)	(586.026)
Impostos diferidos relativos à amortização da reserva de reavaliação de imobilizações	(145.530)	141.265
Reversão dos impostos diferidos com origem em diferenças temporárias	(2.424.880)	761.493
Impostos diferidos relativos à alteração das taxas de tributação, ou lançamento ou abolição de impostos	583.460	313.260
Outras diferenças não reconhecidas anteriormente como impostos diferidos	895.305	(49.267)
Imposto diferido	<u>(2.870.631)</u>	<u>580.725</u>
Imposto do exercício	16.260.333	20.114.891
Taxa de imposto efectiva	<u>13,1%</u>	<u>34,8%</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

A MOTA-ENGIL SGPS e as suas empresas participadas nacionais são tributadas individualmente e encontram-se sujeitas a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), à taxa normal de 25%. De acordo com a localização das sedes das participadas, a taxa de imposto é acrescida da Derrama à taxa máxima de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

Em 31 de Dezembro, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como segue:

	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	26,5%	124.005.531	32.861.466
Resultado em associadas em equivalência patrimonial	-3,4%	(15.838.740)	(4.197.266)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-15,7%	(73.612.644)	(19.507.351)
Prejuízos fiscais para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo	9,1%	42.510.723	11.265.342
Reversão de reporte de prejuízos	1,6%	7.270.872	1.926.781
Dividendos não tributados	-0,3%	(1.515.994)	(401.738)
Taxas de imposto diferenciadas	-3,3%	(15.537.761)	(4.117.507)
Ganhos em instrumentos derivados	-0,9%	(4.025.345)	(1.066.716)
Tributação autónoma e outros custos (que não provisões) não fiscais não reversíveis	1,0%	4.670.703	1.237.736
Outros ajustamentos	-1,4%	(10.593.255)	(1.740.413)
Taxa e imposto efectivo sobre o rendimento	13,1%		16.260.333

O montante dos activos por impostos diferidos resultantes de prejuízos fiscais, os quais que se esperam recuperar nos próximos exercícios pode ser analisado como segue:

	Montante
<i>Ano do registo:</i>	
até 2003 (inclusivé)	2.567.533
2004	2.749.203
2005	899.613
2006	588.673
2007	3.696.347
	10.501.369
<i>Ano em que expira:</i>	
2008	1.830.778
2009	642.322
2010	2.579.985
2011	1.086.860
após 2011	4.361.424
	10.501.369

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos no que se refere aos exercícios de 2004 a 2007 (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2001, cinco anos após essa data) e consequentemente essas declarações fiscais poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da GRUPO entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Conforme corroborado pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem activos ou passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis ou possíveis que devessem ser alvo de divulgação no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007.

14. Dividendos

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: O Conselho de Administração da MOTA-ENGIL SGPS propõe à Assembleia Geral Anual a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de Euro 89.234.727:

- para reserva legal, 5% correspondentes a Euro 4.461.736 e 35 cêntimos;
- para distribuição pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 27º, nº3 dos Estatutos o montante de Euro 700.000, correspondente a cerca de 0,8%;
- para distribuição aos accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de Euro 22.509.926 e 45 cêntimos;
- para reservas livres, o remanescente, no valor de Euro 61.563.064 e 20 cêntimos.

No dia 28 de Abril de 2008 será colocado a pagamento o dividendo aprovado em Assembleia Geral Anual. A data limite para a qualificação para atribuição deste dividendo será o dia 22 de Abril de 2008.

No dia 30 de Abril de 2007 foi colocado a pagamento o dividendo de Euro 0,11 por acção relativo ao exercício de 2006 tendo sido pago um total de Euro 22.509.926 e 45 cêntimos.

No dia 2 de Maio de 2006 foi colocado a pagamento o dividendo de Euro 0,10 por acção relativo ao exercício de 2005 tendo sido pago um total de Euro 20.463.569 e 30 cêntimos.

15. Resultados por acção

A EMPRESA emitiu apenas acções ordinárias, pelo que não existem direitos especiais de dividendo ou voto.

Não se verifica no GRUPO qualquer situação que possa representar uma redução dos resultados por acção com origem em opções, warrants, obrigações convertíveis ou outros direitos associados a acções ordinárias.

Assim, não existe dissemelhança entre o cálculo do resultado por acção básico e o cálculo do resultado por acção diluído.

Durante os exercícios de 2007 e 2006, não foram emitidas quaisquer acções ordinárias. O número médio de acções ordinárias nestes exercícios foi apenas afectado pelas variações ocorridas no número de acções próprias e que se encontram apresentadas em detalhe na Nota 25. Capital e reservas.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Para os exercícios de 2007 e 2006, o apuramento dos resultados por acção pode ser demonstrado com segue:

		2007	2006
Resultado consolidado líquido do exercício atribuível ao Grupo	(I)	97.538.375	32.205.403
Número total de acções ordinárias	(II)	204.635.695	204.635.695
Número de acções próprias no final do exercício	(III)	9.133.745	8.103.971
Número médio ponderado de acções próprias	(IV)	8.325.667	8.103.971
Número de acções em circulação	(II - IV)	196.310.028	196.531.724
Resultado por acção:			
básico	(I) / (II - IV)	0,4969	0,1639
diluído	(I) / (II - IV)	0,4969	0,1639

16. Goodwill

A informação relativa ao goodwill, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	2007		2006	
	Goodwill bruto	Imparidades acumuladas	Goodwill líquido	Goodwill líquido
Aenor	8.636.270	-	8.636.270	8.636.270
Almaque	421.292	-	421.292	-
Aurimove	83.242	(33.297)	49.945	49.945
Bouncer	1.806.566	-	1.806.566	1.750.234
Corgimobil	635.615	-	635.615	635.615
Correia & Correia	969.823	(51.653)	918.170	918.170
Crespo	1.343.052	-	1.343.052	-
Ecolatlântica	150.850	-	150.850	-
Ekosrodowisko	301.157	-	301.157	280.365
Engglobo	153.279	-	153.279	-
Grossiman	2.146.157	-	2.146.157	-
Grupo Martifer	-	-	-	1.540.880
Indaqua	2.351.508	-	2.351.508	2.351.508
Indaqua Feira	78.048	-	78.048	78.048
Jardimaia	79.737	-	79.737	79.737
Lokemark	401.861	-	401.861	-
Lusoscut BLA	8.536.592	-	8.536.592	8.536.592
Lusoscut CP	4.998.543	-	4.998.543	4.998.543
Lusoscut GP	5.387.300	-	5.387.300	5.387.300
Manvia	497.747	(74.662)	423.085	423.085
Maprel	526.637	(210.655)	315.982	315.982
Maprel Nelas	526.700	(210.680)	316.020	316.020
Martifer	1.160.816	(290.204)	870.612	870.612
MKC	271.708	-	271.708	271.708
Mota-Engil Eslováquia	100.262	-	100.262	-
Mota-Engil Polska	4.666.689	(928.847)	3.737.842	3.506.117
Mota-Engil S. Tomé	142.752	-	142.752	-
Mota-Viso	19.900	(7.960)	11.940	11.940
Multiterminal	26.455.556	-	26.455.556	-
Novaflex	423.388	-	423.388	-
Probigalp	1.343.312	-	1.343.312	-
Probisa	11.375	-	11.375	-
Sefimota	823.485	-	823.485	-
Sadoport	1.583.555	-	1.583.555	1.483.190
Sol-S e Solsuni	-	-	-	5.362.391
Suma	8.567.421	(841.456)	7.725.965	7.725.966
Tersado	229.497	-	229.497	229.497
Tertir	73.395.103	-	73.395.103	-
Vibeiras	189.314	-	189.314	189.314
Vortal	986.650	-	986.650	986.650
	160.402.759	(2.649.414)	157.753.345	56.935.679

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Os movimentos em goodwill verificados durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são como segue:

	% de aquisição	2007	2006
Goodwill no início do exercício		56.935.679	35.542.411
Aumentos no goodwill			
Tertir	100%	73.395.103	-
Multiterminal	100%	26.455.556	-
Grossiman	50%	2.146.157	-
Probigalp	25%	1.343.312	-
Crespo	50%	1.343.052	-
Sefimota	20%	823.485	-
Novaflex	100%	423.388	-
Almaque	65%	421.292	-
Lokemark	30%	401.861	-
Engeglobo	100%	153.279	-
Ecolatlântica	100%	150.850	-
Mota-Engil S. Tomé	100%	142.752	-
Sadoport	10%	100.365	1.253.407
Mota-Engil Eslováquia	20%	100.262	-
Probisa	50%	11.375	-
Aenor	-	-	6.268.128
Bouncer	-	-	1.750.234
Ekosrodowisko	-	-	280.365
Extraresi	-	-	168.003
Lusoscut BLA	-	-	6.779.579
Lusoscut CP	-	-	3.273.828
Lusoscut GP	-	-	4.886.662
		107.412.089	24.660.206
Diminuições no goodwill			
M-Invest Stodulsky		-	1.518.220
Alterações no goodwill por variação de perímetro			
Grupo Martifer		(1.540.880)	(1.775.059)
Sol-S e Solsuni		(5.362.391)	-
		(6.903.271)	(1.775.059)
Alterações no goodwill por actualização cambial			
Bouncer		56.331	-
Ekosrodowisko		20.792	-
Mota-Engil Polska		231.725	26.341
		308.848	26.341
Goodwill no final do exercício		157.753.345	56.935.679

As aquisições acima referidas foram contabilizadas pelo método da compra e tiveram numerário como contrapartida da sua aquisição. Como resultado destas aquisições, o GRUPO não alienou qualquer das operações desenvolvidas pelas empresas adquiridas.

De acordo com a IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais, o GRUPO avaliou cada um dos activos e dos passivos do GRUPO TERTIR e da associada desta, MULTITERMINAL, pelo justo valor e determinou o respectivo imposto diferido, com referência à data de aquisição do controlo da sociedade.

Assim, as diferenças entre o justo valor e o valor contabilístico dos activos e passivos do GRUPO TERTIR e MULTITERMINAL respeitam à atribuição de um valor ao direito de exploração das concessões portuárias, através da constituição de um activo incorpóreo (Euro 42.031.000), o qual inclui um ajustamento do valor dos activos financeiros (Euro 1.590.000), e a constituição de uma provisão para contingências identificadas (Euro 2.000.000). Para os restantes activos e passivos não se identificaram diferenças entre o valor pelo qual se encontravam registados nas contas das subsidiárias e seu valor de mercado à data de aquisição. De acordo com a IAS 12 – Imposto Sobre o Rendimento, foi reconhecido um passivo por imposto diferido no montante de Euro 9.245.000, relativo às diferenças referidas no parágrafo anterior. O activo incorpóreo reconhecido, será amortizado ao longo da vida das concessões portuárias.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

A diferença entre o justo valor dos activos líquidos adquiridos e o preço de aquisição daquelas participações, no montante de Euro 73.395.103 e Euro 26.455.556, respectivamente, representa o goodwill não alocado, e corresponde aos benefícios económicos futuros que a MOTA-ENGIL considera vir a usufruir em resultado destas aquisições.

O GRUPO efectua testes anuais de imparidade do goodwill, tal como definido na alínea i) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas. Em 31 de Dezembro de 2007, os métodos e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras anexas foram como segue:

	Grupo Aenor	Grupo Suma	Mota-Engil Polska	Grupo Tertir
Valor líquido do goodwill	27.558.705	8.300.203	3.737.842	99.850.659
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Business plans	Projeções	Projeções	Business plans
Período utilizado	Vida útil	5 anos	5 anos	Vida útil
Taxas de crescimento do cash-flows				
Ano n+1	n.a	2%	n.a	n.a
Ano n+3	n.a	2%	23%	n.a
Na perpetuidade	n.a	1%	4%	n.a
Taxa de desconto utilizada	n.a	7,93%	5,54%	n.a

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, tendo os mesmos sido apurados com base em orçamentos e business plans, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais abrangem em média um período de cinco anos. As projeções de cash-flows para além dos cinco anos foram extrapolados aplicando uma taxa de crescimento fixa à perpetuidade, a qual não excede a taxa média de crescimento futura das receitas do sector onde a empresa opera.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso incluíram essencialmente: (i) a quota de mercado da participada, (ii) as perspectivas de crescimento do mercado onde a participada opera; (iii) as alterações regulamentares que possam vir a influenciar a actividade da participada; (iv) o nível de investimento necessário, etc.. A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efectuada tendo por base dados históricos, bem como a experiência do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos poderão ser afectados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 não se verificaram quaisquer perdas de imparidade em goodwill.

O GRUPO MOTA-ENGIL não adquiriu nenhuma participação financeira com significado material entre 31 de Dezembro de 2007 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

17. Imobilizado incorpóreo

A informação relativa aos valores líquidos do imobilizado incorpóreo por área de negócio, com referência aos exercícios de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Indústria e Energia	Concessões de transportes	Outros e eliminações	Grupo Mota-Engil
2006						
Despesas de desenvolvimento	235.693	198.452	-	-	-	434.145
Software e outros direitos	1.643.801	62.954	547.125	-	563.765	2.817.645
Imobilizações em curso	82.949	177.840	-	-	-	260.789
Outras imobilizações incorpóreas	-	-	7.998	-	(3.999)	3.999
	<u>1.962.443</u>	<u>439.246</u>	<u>555.123</u>	<u>-</u>	<u>559.766</u>	<u>3.516.578</u>
2007						
Despesas de desenvolvimento	139.989	1.424.101	-	711.759	-	2.275.849
Software e outros direitos	1.670.695	1.012.611	-	41.869	626.420	3.351.595
Licenças de exploração de concessões	-	40.440.000	-	-	-	40.440.000
Imobilizações em curso	377.824	301.757	-	120.746	-	800.327
Outras imobilizações incorpóreas	-	31.974	-	72.166	-	104.140
	<u>2.188.508</u>	<u>43.210.443</u>	<u>-</u>	<u>946.540</u>	<u>626.420</u>	<u>46.971.911</u>

A informação relativa aos valores brutos do imobilizado incorpóreo, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Imobilizações em curso	Outras imobilizações incorpóreas	Total
2006						
Saldo inicial	5.786.825	9.348.562	-	791.478	-	15.926.865
Aumentos	37.858	642.899	-	212.847	34.965	928.569
Alienações	-	-	-	-	(27.046)	(27.046)
Abates	(711.476)	(216.614)	-	-	-	(928.090)
Diferenças cambiais	(60.024)	63	-	-	-	(59.961)
Variação de perímetro	141.683	(1.069.256)	-	8.011	1.680	(917.882)
Transferências e outros movimentos	191.235	244.763	-	(751.547)	(5.600)	(321.149)
	<u>5.386.101</u>	<u>8.950.417</u>	<u>-</u>	<u>260.789</u>	<u>3.999</u>	<u>14.601.306</u>
2007						
Saldo inicial	5.386.101	8.950.417	-	260.789	3.999	14.601.306
Aumentos	1.712.974	934.039	42.031.000	782.444	78.895	45.539.352
Alienações	-	(66.736)	-	(76.000)	-	(142.736)
Abates	(735.630)	(17.106)	-	(172.604)	-	(925.340)
Diferenças cambiais	(1.558)	27.038	-	21.318	-	46.798
Variação de perímetro	4.915.053	(124.733)	-	358.950	21.246	5.170.516
Transferências e outros movimentos	(257.089)	687.305	-	(374.570)	-	55.646
	<u>11.019.851</u>	<u>10.390.224</u>	<u>42.031.000</u>	<u>800.327</u>	<u>104.140</u>	<u>64.345.542</u>

Conforme referido no Nota 16. Goodwill, o montante inscrito na rubrica “Licenças de exploração de concessões” corresponde ao valor atribuído às concessões portuárias no âmbito do apuramento do justo valor dos activos e passivos do GRUPO TERTIR e da MULTITERMINAL.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade do imobilizado incorpóreo, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Imobilizações em curso	Outras imobilizações incorpóreas	Total
2006						
Saldo inicial	(5.382.634)	(5.491.229)	-	-	-	(10.873.863)
Aumentos	(247.871)	(1.275.313)	-	-	-	(1.523.184)
Abates	711.476	99.126	-	-	-	810.602
Diferenças cambiais	60.337	(622)	-	-	-	59.715
Variação de perímetro	(93.264)	614.525	-	-	-	521.261
Transferências e outros movimentos	-	(79.259)	-	-	-	(79.259)
	<u>(4.951.956)</u>	<u>(6.132.772)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.084.728)</u>
2007						
Saldo inicial	(4.951.956)	(6.132.772)	-	-	-	(11.084.728)
Aumentos	(512.667)	(1.199.882)	(1.591.000)	-	-	(3.303.549)
Alienações	-	36.050	-	-	-	36.050
Abates	735.630	17.106	-	-	-	752.736
Reavaliações	-	(80.266)	-	-	-	(80.266)
Diferenças cambiais	431	(17.707)	-	-	-	(17.276)
Variação de perímetro	(4.254.419)	379.547	-	-	-	(3.874.872)
Transferências e outros movimentos	238.979	(40.705)	-	-	-	198.274
	<u>(8.744.002)</u>	<u>(7.038.629)</u>	<u>(1.591.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.373.631)</u>
Valor líquido						
2006	<u>434.145</u>	<u>2.817.645</u>	<u>-</u>	<u>260.789</u>	<u>3.999</u>	<u>3.516.578</u>
2007	<u>2.275.849</u>	<u>3.351.595</u>	<u>40.440.000</u>	<u>800.327</u>	<u>104.140</u>	<u>46.971.911</u>

Os critérios valorimétricos estabelecidos pelo GRUPO na valorização destes activos incorpóreos estão referidos na alínea ii) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

18. Imobilizado concessionado

A informação relativa aos valores líquidos do imobilizado concessionado por área de negócio, com referência aos exercícios de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Engenharia e Construção	Ambiente e Serviços	Indústria e Energia	Concessões de transportes	Outros e eliminações	Grupo Mota-Engil
2006						
Terrenos e edifícios	-	19.100.257	-	-	-	19.100.257
Equipamentos	-	2.212.919	-	-	-	2.212.919
Imobilizações corpóreas em curso	-	4.176.309	-	-	-	4.176.309
Outras imobilizações corpóreas	-	2.379	-	-	-	2.379
	<u>-</u>	<u>25.491.864</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.491.864</u>
2007						
Terrenos e edifícios	-	29.587.289	-	23.825	-	29.611.114
Equipamentos	-	33.160.663	-	999.768.049	-	1.032.928.712
Imobilizações corpóreas em curso	-	22.475.852	-	30.724.504	-	53.200.356
Outras imobilizações corpóreas	-	8.839.518	-	1.096.330	-	9.935.848
	<u>-</u>	<u>94.063.322</u>	<u>-</u>	<u>1.031.612.708</u>	<u>-</u>	<u>1.125.676.030</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

A informação relativa aos valores brutos do imobilizado corpóreo concessionado para os exercícios findos em 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Imobilizações corpóreas em curso	Outras imobilizações	Total
2006					
Saldo inicial	18.836.625	1.338.942	4.440.284	2.846	24.618.697
Aumentos	231.370	135.780	2.564.003	679	2.931.832
Alienações	-	(13.419)	-	-	(13.419)
Abates	-	(3.669)	-	-	(3.669)
Variação de perímetro	9.962	2.206.408	-	-	2.216.370
Transferências e outros movimentos	2.802.018	31.465	(2.827.978)	-	5.505
	<u>21.879.975</u>	<u>3.695.507</u>	<u>4.176.309</u>	<u>3.525</u>	<u>29.755.316</u>
2007					
Saldo inicial	21.879.975	3.695.507	4.176.309	3.525	29.755.316
Aumentos	3.075.573	21.591.816	42.967.153	1.467.729	69.102.271
Alienações	-	(1.505.976)	-	(306.376)	(1.812.352)
Abates	-	(2.243.211)	(408)	(2.927)	(2.246.546)
Variação de perímetro	10.819.592	566.695.258	550.713.464	38.697.225	1.166.925.539
Transferências e outros movimentos	2.042.239	540.868.565	(544.656.163)	(105.222)	(1.850.581)
	<u>37.817.379</u>	<u>1.129.101.959</u>	<u>53.200.355</u>	<u>39.753.954</u>	<u>1.259.873.647</u>

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade do imobilizado corpóreo concessionado para os exercícios findos em 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Imobilizações corpóreas em curso	Outras imobilizações	Total
2006					
Saldo inicial	(2.092.993)	(514.705)	-	(716)	(2.608.414)
Aumentos	(685.730)	(407.448)	-	-	(1.093.178)
Alienações	-	8.498	-	-	8.498
Abates	-	955	-	-	955
Variação de perímetro	(995)	(569.887)	-	(431)	(571.313)
Transferências e outros movimentos	-	-	-	-	-
	<u>(2.779.718)</u>	<u>(1.482.587)</u>	<u>-</u>	<u>(1.147)</u>	<u>(4.263.452)</u>
2007					
Saldo inicial	(2.779.718)	(1.482.587)	-	(1.147)	(4.263.452)
Aumentos	(1.506.680)	(38.524.764)	-	(1.958.293)	(41.989.737)
Alienações	-	937.470	-	-	937.470
Abates	-	62.670	-	2.923	65.593
Variação de perímetro	(3.920.043)	(57.202.976)	-	(27.875.611)	(88.998.630)
Transferências e outros movimentos	176	36.939	-	14.024	51.139
	<u>(8.206.265)</u>	<u>(96.173.248)</u>	<u>-</u>	<u>(29.818.104)</u>	<u>(134.197.617)</u>
Valor líquido					
2006	<u>19.100.257</u>	<u>2.212.920</u>	<u>4.176.309</u>	<u>2.378</u>	<u>25.491.864</u>
2007	<u>29.611.114</u>	<u>1.032.928.711</u>	<u>53.200.355</u>	<u>9.935.850</u>	<u>1.125.676.030</u>

Os critérios valorimétricos adoptados, as taxas de amortização utilizadas, bem como os valores residuais definidos estão referidos nas alíneas iii) e v) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

As principais concessões de auto-estradas e portuárias do GRUPO, suas principais características e duração encontram-se elencadas abaixo:

	<u>Tipo</u>	<u>Duração sem prorrogações</u>	<u>Activos Reversíveis</u>
Grupo Aenor			
Aenor	Autoestrada	2029	sim
Luso GL	Autoestrada	2036	sim
Lusoscut BLA	Autoestrada	2031	sim
Lusoscut CP	Autoestrada	2030	sim
Lusoscut GP	Autoestrada	2032	sim
Lusoponte	Ponte	2030	sim
Grupo Indaqua			
Indaqua Fafe	Água	2020	sim
Indaqua Feira	Água e saneamento	2049	sim
Indaqua Matosinhos	Água e saneamento	2032	sim
Indaqua Tirso	Água	2034	sim
Indaqua Vila do Conde	Água	2047	sim
Grupo Tertir			
Liscont	Portuária	2015	sim
Socarpor Aveiro	Portuária	2026	sim
Sotagus	Portuária	2020	sim
TCL	Portuária	2025	sim
TMB	Portuária	2020	sim
Sadoport	Portuária	2025	sim
Tersado	Portuária	2024	sim

19. Imobilizado corpóreo

A informação relativa aos valores líquidos do imobilizado corpóreo não concessionado por área de negócio, com referência aos exercícios de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	<u>Engenharia e Construção</u>	<u>Ambiente e Serviços</u>	<u>Indústria e Energia</u>	<u>Concessões de transportes</u>	<u>Outros e eliminações</u>	<u>Grupo Mota-Engil</u>
2006						
Terrenos e edifícios	121.653.813	8.647.430	48.763.207	-	(5.852.416)	173.212.034
Equipamentos	109.303.891	18.720.444	16.955.097	-	(7.137.414)	137.842.018
Imobilizações corpóreas em curso	12.248.766	2.144.855	23.182.382	-	(16.215.793)	21.360.210
Outras imobilizações corpóreas	4.845.018	93.603	14.493.543	-	(10.049.417)	9.382.747
	<u>248.051.488</u>	<u>29.606.332</u>	<u>103.394.229</u>	<u>-</u>	<u>(39.255.040)</u>	<u>341.797.009</u>
2007						
Terrenos e edifícios	115.416.473	78.796.267	-	-	21.152.064	215.364.804
Equipamentos	128.242.635	18.794.700	-	37.603	1.867.287	148.942.225
Imobilizações corpóreas em curso	31.627.732	7.486.093	-	-	214.187	39.328.012
Outras imobilizações corpóreas	4.734.032	318.340	-	-	920	5.053.292
	<u>280.020.872</u>	<u>105.395.400</u>	<u>-</u>	<u>37.603</u>	<u>23.234.458</u>	<u>408.688.333</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

A informação relativa aos valores brutos de imobilizações corpóreas não concessionadas para os exercícios findos em 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Imobilizações corpóreas em curso	Outras imobilizações	Total
2006					
Saldo inicial	254.867.055	527.487.413	14.159.184	4.957.836	801.471.488
Aumentos	6.293.324	35.417.868	32.875.887	5.530.785	80.117.864
Alienações	(965.140)	(26.383.203)	(128.418)	(174.727)	(27.651.488)
Abates	(587.613)	(4.456.229)	-	(42.294)	(5.086.136)
Reavaliações	(1.925.939)	-	-	-	(1.925.939)
Diferenças cambiais	(2.203.771)	(5.180.201)	(669.986)	12.358	(8.041.600)
Variação de perímetro	(40.021.450)	(54.066.968)	363.605	(1.158.232)	(94.883.045)
Transferências e outros movimentos	3.618.941	10.172.160	(25.240.062)	2.655.755	(8.793.206)
	<u>219.075.407</u>	<u>482.990.840</u>	<u>21.360.210</u>	<u>11.781.481</u>	<u>735.207.938</u>
2007					
Saldo inicial	219.075.407	482.990.840	21.360.210	11.781.481	735.207.938
Aumentos	5.406.686	54.411.226	31.405.842	1.137.599	92.361.353
Alienações	(4.145.488)	(24.933.272)	(240.956)	(115.252)	(29.434.968)
Abates	(1.704.399)	(8.537.508)	(163.894)	(262.994)	(10.668.795)
Reavaliações	184.816	-	-	-	184.816
Diferenças cambiais	(1.934.477)	(2.644.443)	(462.210)	277.706	(4.763.424)
Variação de perímetro	49.699.809	(15.285.516)	(5.974.194)	(4.338.967)	24.101.132
Transferências e outros movimentos	(7.704.454)	10.982.292	(6.596.784)	(174.833)	(3.493.779)
	<u>258.877.900</u>	<u>496.983.619</u>	<u>39.328.014</u>	<u>8.304.740</u>	<u>803.494.273</u>

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade dem imobilizado não concessionado para os exercícios findos em 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Imobilizações corpóreas em curso	Outras imobilizações	Total
2006					
Saldo inicial	(52.736.734)	(380.730.826)	-	(2.043.608)	(435.511.168)
Aumentos	(6.400.429)	(42.318.422)	-	(709.423)	(49.428.274)
Alienações	629.956	22.679.691	-	4.812	23.314.459
Abates	447.106	4.205.926	-	15.691	4.668.723
Reavaliações	51.121	-	-	-	51.121
Diferenças cambiais	258.020	4.383.521	-	34.448	4.675.989
Variação de perímetro	10.467.445	46.536.596	-	478.496	57.482.537
Transferências e outros movimentos	1.420.142	94.691	-	(179.149)	1.335.684
	<u>(45.863.373)</u>	<u>(345.148.823)</u>	<u>-</u>	<u>(2.398.733)</u>	<u>(393.410.929)</u>
2007					
Saldo inicial	(45.863.373)	(345.148.823)	-	(2.398.733)	(393.410.929)
Aumentos	(5.381.052)	(39.417.709)	-	(880.248)	(45.679.009)
Alienações	1.640.670	21.265.463	-	2.213	22.908.346
Abates	1.704.399	8.426.053	-	262.994	10.393.446
Diferenças cambiais	212.544	2.500.655	-	(77.733)	2.635.466
Variação de perímetro	1.003.197	10.502.576	-	(160.557)	11.345.216
Transferências e outros movimentos	3.170.520	(6.169.608)	-	612	(2.998.476)
	<u>(43.513.095)</u>	<u>(348.041.393)</u>	<u>-</u>	<u>(3.251.452)</u>	<u>(394.805.940)</u>
Valor líquido					
2006	<u>173.212.034</u>	<u>137.842.017</u>	<u>21.360.210</u>	<u>9.382.748</u>	<u>341.797.009</u>
2007	<u>215.364.805</u>	<u>148.942.226</u>	<u>39.328.014</u>	<u>5.053.288</u>	<u>408.688.333</u>

Os critérios valorimétricos adoptados, as taxas de amortização utilizadas, bem como os valores residuais definidos estão referidos nas alíneas iii), iv) e v) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2007, encontra-se registado na rubrica “Terrenos e edifícios” o montante, líquido de amortizações, de Euro 31.956.922 afecto à exploração de pedreiras. Informação complementar sobre a exploração dos activos minerais do Grupo pode ser encontrada na Nota 34. Exploração de activos minerais.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 encontravam-se no estrangeiro, nomeadamente em sucursais, as seguintes imobilizações corpóreas, líquidas de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, propriedade da MOTA-ENGIL ENGENHARIA:

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	31.12.07	31.12.06
Angola	60.924.630	43.313.698
Benim	1.175	6.259
Bulgária	43	197
Cabo Verde	54.097	-
Chade	41.807	1.985.278
Gana	38	1.278
Hungria	5.639	95.063
Irlanda	3.850	-
Malawi	5.276.388	830.877
Moçambique	2.146.634	2.075.287
Polónia	778.115	1.006.393
Roménia	88.329	41.071
S. Tomé e Príncipe	140.827	80.882
	69.461.572	49.436.283

Os terrenos e edifícios estão registados ao seu valor de mercado. O método de avaliação utilizado pelos avaliadores imobiliários (Luso-Roux) para valorizar ao justo valor os imóveis do GRUPO foi o método do custo de reposição depreciado, tendo as avaliações sido efectuadas de acordo com os padrões internacionais de avaliação.

O justo valor dos imóveis não inclui qualquer imposto ou custos que o comprador tenha de vir a incorrer com a compra do imóvel e foi apurado, no caso dos terrenos, tendo em conta os preços praticados no mercado em activos semelhantes e no caso das edificações, no custo actual de proceder à construção dos mesmos. A localização, os acessos, o tamanho e a forma dos imóveis foi também tida em conta no apuramento do justo valor das mesmas.

O GRUPO não procedeu, durante o exercício de 2007, à actualização do justo valor dos seus imóveis, uma vez que do processo de avaliação independente referido no parágrafo anterior não resultaram variações significativas no justo valor dos imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, excepto para os bens adquiridos em regime de locação, para os activos imobilizados afectos a concessões e para os bens penhorados referidos na Nota 31. Compromissos não existem outras imobilizações corpóreas que se encontrem penhoradas ou hipotecadas a instituições financeiras como garantia de empréstimos obtidos.

Em 31 de Dezembro de 2007, o principal compromisso assumido pelo GRUPO para futuras aquisições de imobilizado corpóreo resultado da aquisição de várias unidades de locomotivas ferroviárias pela Takargo, empresa do GRUPO que está a iniciar a sua actividade no segmento da logística de mercadorias por via ferroviária. Este compromisso está assumido contratualmente, e a aquisição destes equipamentos é financiada por via de uma operação de locação financeira, descrita nas suas principais característica na Nota 28. Passivos comerciais correntes e não correntes.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

20. Investimentos financeiros em equivalência patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a composição dos valores referentes a investimentos financeiros em equivalência patrimonial é como segue:

	31.12.07	31.12.06
Engenharia e Construção		
Asinter	232.116	289.355
Auto Sueco Angola	4.876.575	2.883.126
Bergamon	4.083.909	-
Cimertex & Companhia	-	4.259.495
Cimertex Angola	105.447	84.768
Mat -but Holding	7.331.455	-
Obol	22.500.000	-
Paviterra	3.264.281	-
Sonauta	148.618	91.487
Turalgo	240.759	243.297
Ambiente e Serviços		
Ambilital	757.975	158.257
Citrup	116.497	141.149
Tersado	1.180.276	646.888
TMB	749.624	-
Vortal	822.291	692.378
Concessões de transportes		
Grupo Aenor	-	49.312.773
Meesway	3.000.000	-
Grupo Martifer	104.556.316	22.189.926
Outras	114.414	68.136
	154.080.552	81.061.035

Durante o exercício de 2007, os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos financeiros em equivalência patrimonial” resultam, essencialmente, da apropriação do resultado de 2007 e da alteração do método de consolidação do GRUPO MARTIFER.

Em 31 de Dezembro de 2007, a principal informação financeira dos investimentos financeiros em equivalência patrimonial mais relevantes é como segue:

	Activo	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultados líquidos
Auto Sueco Angola	73.249.535	19.123.823	117.400.508	12.567.256
Martifer SGPS	799.100.000	278.816.843	487.670.685	26.423.647
Paviterra	71.089.550	6.661.798	12.366.637	4.865.842

21. Investimentos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe dos investimentos financeiros disponíveis para venda é como segue:

	31.12.07	31.12.06
<i>Partes de capital</i>		
Ecodetra	1.153.202	1.153.202
Hidrocontrato	523.538	-
Iberfibran	375.000	375.000
Lusoponte (alínea a) i) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas)	60.623.430	62.139.424
Mota Engil S.Tomé e Príncipe	-	200.000
MTS	904.400	904.400
Pararede	2.400.019	-
Tirtife	900.599	-
Tradelsu	-	3.000.000
Tratofoz	999.900	989.900
Outros	816.284	1.222.598
	68.696.373	69.984.524
<i>Titulos e outras aplicações</i>		
Obrigações do Tesouro Angolano	-	7.531.891
Outros	754.470	52.214
	754.470	7.584.105

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	31.12.07	31.12.06
<i>Adiantamentos e outros investimentos</i>		
Almaque	-	73.085
Autostrada Pólska	499.012	-
Grupo Tertir	-	10.000.000
LusoLisboa	-	324.810
Parque Ambiental Nortenho	1.206.686	1.206.686
Outros	5.000	185.000
	<u>1.710.698</u>	<u>11.789.581</u>
Investimentos financeiros disponíveis para venda	<u>71.161.541</u>	<u>89.358.210</u>

22. Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento do GRUPO, com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	31.12.07	31.12.06
Saldo inicial	35.537.113	29.764.813
Aumentos	266.373	10.515.754
Alienações	(2.320.628)	(2.611.644)
Diferenças cambiais (propriedades localizadas em Angola)	(772.354)	(869.149)
Variação de perímetro	2.425.443	-
Transferências	(3.797.692)	(1.262.661)
Saldo final	<u>31.338.255</u>	<u>35.537.113</u>

Os critérios valorimétricos estabelecidos pelo GRUPO na valorização das suas propriedades de investimento estão referidos na alínea vii) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

As propriedades de investimentos localizadas em Portugal estão registadas ao seu valor de mercado de acordo com avaliações independentes com referência a evidência no mercado de transações recentes de propriedades similares.

As propriedades de investimentos localizadas em Portugal estão registadas ao seu valor de mercado. O método de avaliação utilizado pelos avaliadores imobiliários (Luso-Roux) para valorizar ao justo valor as propriedades de investimentos do GRUPO foi o método da actualização dos fluxos financeiros futuros, tendo as avaliações sido efectuadas de acordo com os padrões internacionais de avaliação.

23. Existências

A informação relativa a existências com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	31.12.07	31.12.06
<i>Valor de balanço:</i>		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	42.153.300	44.539.060
Produtos e trabalhos em curso	55.108.477	45.041.332
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	31.636	30.012
Produtos acabados	19.439.297	20.319.262
Mercadorias	49.433.799	43.968.746
Adiantamentos por conta de compras	<u>7.463.069</u>	<u>11.412.992</u>
	<u>173.629.578</u>	<u>165.311.404</u>
<i>Perdas de imparidade acumuladas:</i>		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(566.236)	(241.064)
Produtos acabados	(2.258.704)	(1.559.031)
Mercadorias	<u>(3.192.711)</u>	<u>(3.010.513)</u>
	<u>(6.017.651)</u>	<u>(4.810.608)</u>
	<u>167.611.927</u>	<u>160.500.796</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O movimento das perdas de imparidade acumuladas em existências com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	2007	2006
Saldo inicial	4.810.608	3.131.714
Aumento	1.166.490	1.833.684
Redução e transferências	40.553	(154.790)
Saldo final	6.017.651	4.810.608

24. Outros activos

a) Empréstimos e contas a receber

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de clientes com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Não correntes		Correntes	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Cientes:				
Cientes, conta corrente				
Valor bruto				
Engenharia e Construção	4.920.236	3.270.540	449.932.055	408.276.509
Ambiente e Serviços	1.995.326	38.455	103.664.494	70.340.751
Indústria e Energia	-	-	-	85.252.358
Concessões de transportes	-	-	831.734	-
Outros, eliminações e intragrupo	-	616	(4.551.432)	(53.032.307)
	<u>6.915.562</u>	<u>3.309.611</u>	<u>549.876.851</u>	<u>510.837.311</u>
Perdas de imparidade acumuladas	-	-	(17.902.917)	(15.906.718)
	<u>6.915.562</u>	<u>3.309.611</u>	<u>531.973.934</u>	<u>494.930.593</u>
Cientes, títulos a receber	-	-	6.991.604	18.360.790
Cientes de cobrança duvidosa				
Valor bruto	684.148	104.525	15.716.257	13.102.709
Perdas de imparidade acumuladas	(684.148)	(104.525)	(15.338.520)	(12.524.854)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>377.737</u>	<u>577.855</u>
	<u>6.915.562</u>	<u>3.309.611</u>	<u>539.343.275</u>	<u>513.869.238</u>

A informação relativa a empréstimos e contas a receber de outros devedores com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Não correntes		Correntes	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Outros devedores:				
Empresas associadas, participadas e participantes				
Valor bruto	87.091.236	97.410.569	1.714.830	3.500.601
Perdas de imparidade acumuladas	(17.206.565)	(17.206.565)	-	-
	<u>69.884.671</u>	<u>80.204.004</u>	<u>1.714.830</u>	<u>3.500.601</u>
Adiantamentos a fornecedores	-	-	14.366.527	12.837.034
Estado e outros entes públicos	-	-	42.594.450	22.511.181
Outros				
Valor bruto	12.065.246	25.507.892	110.501.040	84.188.966
Perdas de imparidade acumuladas	-	(10.849.385)	(39.656.650)	(2.476.507)
	<u>12.065.246</u>	<u>14.658.507</u>	<u>70.844.390</u>	<u>81.712.459</u>
	<u>81.949.917</u>	<u>94.862.511</u>	<u>129.520.197</u>	<u>120.561.275</u>

A exposição do GRUPO ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber da sua actividade operacional. As perdas acumuladas de imparidade foram estimadas pelo GRUPO, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas.

É convicção do Conselho de Administração de que o valor pelo qual estes activos estão registados em balanço se aproxima do seu justo valor.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O GRUPO não cobra qualquer encargo de juros enquanto os prazos de pagamento definidos estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação.

Em 31 de Dezembro de 2007 a antiguidade dos saldos comerciais relativos aos activos financeiros era como segue:

	Cientes conta correntes	Cientes cobrança duvidosa	Outros devedores
<i>Antiguidade no balanço:</i>			
] 0 ; 1] mês	255.490.833	922.981	6.947.633
] 1 ; 3] meses	117.282.102	1.539	8.419.877
] 3 ; 12] meses	114.155.511	3.251.926	5.874.123
] 1 ; 3] anos	50.290.847	5.703.704	53.331.385
Mais de 3 anos	19.573.120	6.520.255	10.670.622
	556.792.413	16.400.405	85.243.640
Dos quais com origem em contratos de construção:	392.901.466	6.237.675	34.941.102

Em 31 de Dezembro de 2007, a exposição líquida de perdas de imparidade acumuladas, do GRUPO a saldos com antiguidade superior a 1 ano resulta, essencialmente, de dívidas confirmadas de organismos públicos (Câmaras municipais, Governos regionais, etc.), de retenções de garantias prestadas a clientes e a saldos de clientes com acordos de regularização de dívida, sendo entendimento do Conselho de Administração do GRUPO que tais contas a receber não se encontram em imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	5.274.073	1.471.273
Imposto sobre o valor acrescentado	22.726.142	6.606.160
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	3.241	-
Outros impostos	-	5.047
Impostos em outros países	14.590.994	14.428.701
	42.594.450	22.511.181

O movimento das perdas de imparidade em empréstimos e contas a receber é como segue:

	2007	2006
<i>Cientes, conta corrente:</i>		
Saldo inicial	15.906.718	13.929.621
Aumento	2.209.500	4.478.869
Redução, transferências e variação de perímetro	(213.301)	(2.501.772)
Saldo final	17.902.917	15.906.718
<i>Cientes de cobrança duvidosa:</i>		
Saldo inicial	12.629.379	10.827.004
Aumento	3.103.176	4.239.707
Redução, transferências e variação de perímetro	290.113	(2.437.332)
Saldo final	16.022.668	12.629.379
<i>Outros devedores:</i>		
Saldo inicial	30.532.457	30.042.648
Aumento	251.171	549.389
Redução, transferências e variação de perímetro	26.079.587	(59.580)
Saldo final	56.863.215	30.532.457

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

b) Outros activos correntes

A rubrica “Outros activos correntes” pode ser analisada como segue:

	31.12.07	31.12.06
<i>Acréscimos de proveitos</i>		
Produção não facturada	153.126.825	102.323.594
Indemnizações a receber	75.962.296	-
Juros a receber	1.337.172	187.444
Outros acréscimos de proveitos	12.550.107	5.013.142
	<u>242.976.400</u>	<u>107.524.180</u>
<i>Custos plurianuais</i>		
Seguros	1.768.518	1.830.205
Outros custos plurianuais	13.725.952	5.597.576
	<u>15.494.470</u>	<u>7.427.781</u>
	<u>258.470.870</u>	<u>114.951.961</u>

A rubrica “Indemnizações a receber” respeita ao valor a receber estabelecido com o Estado Português por perda líquida de receitas da concessão Norte (AENOR).

A rubrica “Outros custos plurianuais” inclui fundamentalmente custos com contratos de manutenção celebrados.

A informação relativa a contratos de construção em curso pode ser analisada como segue:

	2007	2006
Custos de construção incorridos até à data	3.098.515.204	2.976.463.690
Custos de construção incorridos no ano	681.275.653	933.328.619
Proveitos reconhecidos até à data	3.393.497.225	3.266.760.110
Proveitos reconhecidos no ano	745.340.514	1.028.851.587
Adiantamentos recebidos de clientes	90.889.268	51.955.240
Retenções feitas por clientes	12.842.976	11.879.457
Garantias dadas a clientes	197.092.513	188.798.351
Acréscimos de proveitos - excesso de produção sobre facturação	97.824.968	60.889.696
Proveitos diferidos - défice de produção sobre facturação	77.858.043	89.385.188

c) Caixa e seus equivalentes

A rubrica caixa e seus equivalentes pode ser analisada como segue:

	Sem recurso		Com recurso	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Depósitos a prazo e outros	17.012.672	130.643	9.071.978	5.420.676
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos à ordem	91.469.078	1.318.085	53.212.298	54.527.062
Caixa	154.808	3.018	2.353.450	2.509.890
	<u>108.636.558</u>	<u>1.451.746</u>	<u>64.637.726</u>	<u>62.457.628</u>

Caixa e seus equivalentes incluem o dinheiro detido pelo GRUPO e os depósitos bancários de curto prazo, com maturidades originais iguais ou inferiores a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. O valor por que este conjunto de activos está registado aproxima-se do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não existem restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas “Caixa e seus equivalentes com recurso”. Os valores da rubrica “Caixa e seus equivalentes sem recurso” dizem respeito à totalidade dos valores registados na rubrica “Caixa e equivalentes” das empresas concessionárias de auto-estradas e portuárias.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

25. Capital e reservas

O capital da MOTA-ENGIL SGPS em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, ascende a Euro 204.635.695, totalmente realizado e representado por 204.635.695 acções ao portador com valor nominal de Euro 1 cada.

Em 31 de Dezembro de 2007 o GRUPO mantém 9.133.745 acções próprias.

Durante o exercício de 2007, as alterações no número de acções próprias podem ser resumidas como segue:

	Quantidade	Custo médio	Montante
Saldo inicial	8.103.971	1,37	11.107.385
Aumentos			
Agosto	75.000	5,59	419.478
Setembro	559.751	5,60	3.134.753
Outubro	20.000	5,48	109.603
Novembro	220.000	5,08	1.117.401
Dezembro	155.023	5,10	790.547
	1.029.774	5,41	5.571.782
Saldo final	9.133.745	1,83	16.679.167

As aquisições de acções próprias ocorridas durante o exercício de 2007 foram levadas a cabo pelo Conselho de Administração do GRUPO, que ao entender que o mercado de capitais se encontrava àquelas datas a subavaliar o título da MOTA-ENGIL SGPS, decidiu reforçar a carteira de acções próprias da qual a empresa era já detentora, sinalizando ao mercado de capitais, também por essa via, a confiança que o Conselho de Administração deposita no futuro do GRUPO.

As referidas aquisições respeitaram, em todas as ocasiões, os limites legalmente impostos, bem como foram comunicadas ao mercado, na medida do regulamentarmente exigido e em conformidade com os prazos estabelecidos pelo regulador do mercado de capitais (CMVM).

Reservas:

Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de justo valor – derivados

A reserva de justo valor - derivados reflecte as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 27. Instrumentos financeiros derivados) e não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Reserva de justo valor – investimentos disponíveis para venda

A reserva de justo valor – investimentos disponíveis para venda reflecte as variações de justo valor dos instrumentos financeiros detidos para venda e não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de conversão cambial

As reservas cambiais reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de ser distribuídas ou de ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tiverem sido alienados.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC). Assim, as únicas reservas da MOTA-ENGIL SGPS, que, pela sua natureza, se consideram distribuíveis, são as relativas a reservas livres, que em 31 de Dezembro de 2007 ascendiam a Euro 132.843.922.

26. Endividamento

Os montantes relativos ao endividamento com recurso, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são como segue:

	a 1 ano	a 2 anos	entre 3 e 5 anos	a mais de 5 anos	Total
2006					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	3.500.000	3.500.000	92.000.000	-	99.000.000
Dividas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	69.642.095	45.595.303	69.168.416	109.952.328	294.358.142
Descobertos bancários	32.362.196	-	-	-	32.362.196
Contas caucionadas	23.492.377	-	-	-	23.492.377
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	-	52.640.099	79.261.841	-	131.901.940
Outros empréstimos	5.777.775	20.684.675	6.846.397	85.690	33.394.537
	<u>134.774.443</u>	<u>122.420.077</u>	<u>247.276.654</u>	<u>110.038.018</u>	<u>614.509.192</u>
2007					
Empréstimos por obrigações não convertíveis	42.500.000	18.500.000	38.500.000	-	99.500.000
Dividas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	84.074.393	101.439.732	69.927.497	87.268.018	342.709.640
Descobertos bancários	62.375.602	-	-	-	62.375.602
Contas caucionadas	53.210.337	600.000	-	-	53.810.337
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	-	-	179.690.078	114.950.000	294.640.078
Outros empréstimos	5.358.669	2.523.710	3.500.857	-	11.383.236
	<u>247.519.001</u>	<u>123.063.442</u>	<u>291.618.432</u>	<u>202.218.018</u>	<u>864.418.893</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Os montantes relativos ao endividamento sem recurso, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são como segue:

	a 1 ano	a 2 anos	entre 3 e 5 anos	a mais de 5 anos	Total
2006					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	92.302	-	184.605	12.691.901	12.968.808
Contas caucionadas	960.000	-	-	-	960.000
	<u>1.052.302</u>	<u>-</u>	<u>184.605</u>	<u>12.691.901</u>	<u>13.928.808</u>
2007					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	33.745.157	162.530.736	74.452.323	774.001.829	1.044.730.045
Descobertos bancários	10.614	-	-	-	10.614
Contas caucionadas	6.415.000	-	-	-	6.415.000
	<u>40.170.771</u>	<u>162.530.736</u>	<u>74.452.323</u>	<u>774.001.829</u>	<u>1.051.155.659</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os montantes relativos ao endividamento estão denominados nas seguintes moedas:

	Obrigações	Instituições de crédito	Papel comercial	Outros empréstimos	Total
2006					
Coroas Checas	-	5.997.493	-	-	5.997.493
Coroas Eslovacas	-	958.586	-	-	958.586
Dólares dos Estados Unidos	-	13.809.872	-	-	13.809.872
Euros	99.000.000	313.991.799	131.901.940	33.193.551	578.087.290
Forints Húngaros	-	13.462.716	-	-	13.462.716
Meticals da Nova Família	-	1.048.309	-	-	1.048.309
Nuevos Soles Peruanos	-	885.769	-	-	885.769
Zlotys Polacos	-	13.986.979	-	200.986	14.187.965
	<u>99.000.000</u>	<u>364.141.523</u>	<u>131.901.940</u>	<u>33.394.537</u>	<u>628.438.000</u>
2007					
Coroas Checas	-	6.277.069	-	-	6.277.069
Coroas Eslovacas	-	1.857.152	-	-	1.857.152
Dólares dos Estados Unidos	-	3.260.650	-	-	3.260.650
Euros	99.500.000	1.462.330.385	294.640.078	11.383.235	1.867.853.698
Forints Húngaros	-	19.841.826	-	-	19.841.826
Meticals da Nova Família	-	137.676	-	-	137.676
Nuevos Soles Peruanos	-	-	-	-	-
Zlotys Polacos	-	16.346.481	-	-	16.346.481
	<u>99.500.000</u>	<u>1.510.051.239</u>	<u>294.640.078</u>	<u>11.383.235</u>	<u>1.915.574.552</u>

É convicção do Conselho de Administração do GRUPO que o justo valor dos empréstimos obtidos pelo GRUPO é muito próximo do seu valor de balanço.

As taxas de juro médias suportadas nas principais rubricas do endividamento durante os exercícios de 2007 e 2006 são como segue:

	2007		2006	
	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)
Empréstimos por obrigações não convertíveis	5,27	[4,77 ; 5,77]	4,80	[4,32 ; 5,22]
Dívidas a instituições de crédito:				
Empréstimos bancários	5,49	[4,27 ; 6,95]	4,40	[2,81 ; 7,25]
Descobertos bancários	-	[3,92 ; 9,30]	-	[3,14 ; 4,63]
Contas caucionadas	-	[4,71 ; 8,53]	-	[2,95 ; 4,63]
Outros empréstimos obtidos:				
Emissões de papel comercial	4,62	[4,34 ; 4,89]	4,41	[3,54 ; 5,06]

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Os principais empréstimos obtidos pelo GRUPO são como segue:

Tipo de emissão / Emitente	Data emissão	Indexação	Condições de reembolso	Montante
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>				
Mota-Engil SGPS	9-Dez-03	Euribor 6 meses + 1,75%	i)	17.500.000
Mota-Engil SGPS	29-Dez-03	Euribor 6 meses + 0,75%	ii)	35.000.000
Mota-Engil SGPS	29-Dez-04	Euribor 6 meses + 1,5%	iii)	15.000.000
Mota-Engil SGPS	30-Dez-04	Euribor 6 meses + 1,75%	iv)	15.000.000
Mota-Engil SGPS	21-Jun-05	Euribor 6 meses + 0,95%	v)	20.000.000
<i>Programas de papel comercial:</i>				
Mota-Engil SGPS	23-Abr-02	Euribor + 0,2%		21.000.000
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	9-Dez-03	Euribor + 0,25%		17.000.000
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	13-Nov-06	Euribor 6 meses + 0,875%		15.000.000
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Engenharia	5-Set-07	Euribor 6 meses + 0,4%		15.000.000
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e Serviços	15-Jan-07	Euribor 6 meses + 0,25%		37.000.000
Mota-Engil SGPS e Mota-Engil Ambiente e Serviços	15-Jan-07	Euribor 6 meses + 0,25%		40.000.000
Mota-Engil Engenharia	14-Dez-94	Euribor + 0,25%		15.000.000
Mota-Engil Engenharia	16-Dez-05	Euribor 6 meses + 0,5%		25.000.000
Mota-Engil Engenharia	10-Mai-06	Euribor 6 meses + 0,625%		25.000.000
Mota-Engil Engenharia	10-Mai-06	Euribor 6 meses + 0,5%		7.500.000
Mota-Engil Engenharia	26-Jun-07	Euribor 1 ano + 0,4%		30.000.000
Mota-Engil Engenharia	23-Nov-07	Euribor + 0,4%		25.000.000
Tertir	3-Jul-07	Euribor 6 meses + 0,225%		25.000.000

i) Juros pagos em 14 semestralidades a partir de 9 de Junho de 2004. Reembolso em 10 semestralidades a partir do 5º cupão. Possibilidade de reembolso antecipado total ou parcial nas 10ª e 12ª datas de pagamento de juros por vontade da EMPRESA ou de cada um dos obrigacionistas.

ii) Juros pagos em 10 semestralidades a partir de 29 de Junho de 2004. Reembolso único no vencimento do contrato.

iii) Juros pagos em 14 semestralidades a partir de 29 de Junho de 2005. Reembolso em 4 semestralidades a partir do 11ª cupão. Possibilidade de reembolso antecipado, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros por vontade da EMPRESA ou de cada um dos obrigacionistas.

iv) Juros pagos em 10 semestralidades a partir de 30 de Junho de 2005. Reembolso único no vencimento do contrato. Possibilidade de reembolso antecipado a partir da 6ª data de pagamento de juros por vontade de cada um dos obrigacionistas.

v) Juros pagos em 10 semestralidades a partir de 21 de Dezembro de 2005. Reembolso único no vencimento do contrato. Possibilidade de reembolso antecipado por vontade de cada um dos obrigacionistas.

A totalidade do montante em dívida contraída em contratos de empréstimos de montante superior a Euro 5.000.000 pode ser analisada como segue:

Emitente	Tipo de emissão	Montante do empréstimo	Montante em dívida
<i>Outras operações:</i>			
Aenor	Empréstimos de médio e longo prazo	1.090.000.000	989.017.505
Indaqua Feira	Empréstimos de médio e longo prazo	80.000.000	29.182.463
Indaqua Tirso	Empréstimos de médio e longo prazo	18.000.000	13.703.192
Lusoscut BLA	Empréstimos de médio e longo prazo	855.000.000	834.056.000
Lusoscut CP	Empréstimos de médio e longo prazo	400.000.000	322.044.200
Lusoscut GP	Empréstimos de médio e longo prazo	558.000.000	570.984.000
Luso Lisboa	Empréstimos de médio e longo prazo	172.700.000	52.707.840
MECT	Empréstimos de médio e longo prazo	103.211.178	103.211.178
Mota-Engil Engenharia	Descobertos bancários	80.475.000	8.641.236
Mota-Engil Engenharia	Empréstimos de médio e longo prazo	30.500.000	25.916.667
Mota-Engil Engenharia	Contas caucionadas	27.498.798	16.943.133
Multiterminal	Conta caucionada	7.000.000	5.894.737
Sadomar	Empréstimos de médio e longo prazo	5.500.000	5.500.000
Suma	Empréstimos de médio e longo prazo	9.000.000	3.750.000
Tertir	Empréstimos de médio e longo prazo	60.000.000	60.000.000
Tertir	Descobertos bancários	20.000.000	16.376.609

Os montantes considerados em “Outros empréstimos” dizem sobretudo respeito a empréstimos obtidos junto da Agência Portuguesa para o Investimento (API) e do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) como apoio ao investimento. Estes empréstimos não vencem juros.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

27. Instrumentos financeiros derivados

O GRUPO recorre a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento, fixando taxas de juro variáveis.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são os seguintes os instrumentos derivados contratados pelo GRUPO:

Participada	Tipo	Contraparte	Início	Nocional	Taxas contratadas	Vencimento	Justo valor	
							2007	2006
Mota-Engil SGPS	Colar	Millennium BCP	Dez-05	35.000.000	Taxa variável Euribor 6M com Cap nos 4,73% e Floor nos 2,4%	Dez-08	31.797	20.568
Mota-Engil SGPS	Semi Knock-out Swap	Millennium BCP	Nov-05	20.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa com Knock-out	Nov-10	76.551	127.696
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Nov-05	30.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,24%)	Nov-10	951.259	866.032
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Dez-05	20.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (3,23%)	Jun-10	554.410	522.896
Mota-Engil SGPS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Jan-08	37.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,18%)	Jan-11	163.782	-
MEAS	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Jan-08	40.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,2%)	Jan-11	154.531	-
MECT	Interest Rate Swap	Millennium BCP	Dez-07	50.000.000	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,2%)	Dez-10	284.474	-

Os critérios de classificação e de valorização destes instrumentos encontram-se descritos na alínea ix) f) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Em 31 de Dezembro de 2007 a contribuição para os capitais próprios do GRUPO do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é de Euro 2.216.804.

Os instrumentos derivados, que não são considerados de cobertura de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, são analisados como segue:

Participada	Tipo	Contraparte	Início	Nocional	Taxas contratadas	Vencimento	Justo valor	
							2007	2006
Luso Lisboa	Interest Rate Swap	Espírito Santo Investment	Jan-07	27.975.445	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,27%)	Dez-32	3.784.125	-
Lusoscut BLA	Interest Rate Swap	Banco Espírito Santo	Abr-01	209.146.446	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (5,62%)	Jun-11	6.853.835	702.966
Lusoscut CP	Colar	Millennium BCP	Ago-00	97.291.500	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (4,5%)	Jun-10	579.905	(633.345)
Lusoscut GP	Interest Rate Swap	Espírito Santo Investment	Set-02	123.036.189	Recebe Euribor 6M e paga taxa fixa (5,0%)	Jun-12	2.316.651	(1.472.859)

A variação do justo valor destes derivados é reconhecida em resultados financeiros conforme apresentado na Nota 11. Resultados financeiros. Em 31 de Dezembro de 2007, a contribuição para o activo e o passivo do Grupo do justo valor destes instrumentos financeiros derivados é de Euro 1.365.691 e de Euro 3.518.916, respectivamente.

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pelo GRUPO foi efectuado pelas respectivas contrapartes.

O modelo de avaliação destes derivados utilizado pelas contrapartes baseia-se no método dos cash-flows descontados, isto é, utilizando Par Rates de Swaps, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas página Reuters e Bloomberg, para os prazos relevantes, são calculadas as respectivas taxas forwards e factores de desconto, que servem para descontar os cash flows fixos

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(fixed leg) e os cash flows variáveis (floating leg). O somatório das duas legs, apura o VAL (Valor Atualizado Líquido).

O GRUPO, por forma a validar a razoabilidade dos cálculos apresentados pelas contrapartes, efectua simulações do justo valor de tais instrumentos recorrendo à actualização dos fluxos de caixa futuros associados a cada fluxo do derivado para a data de referência tendo em conta as taxas forward implícitas na curva de taxas de juro da Euribor em vigor naquela data para os períodos de pagamento/recebimento de juros.

28. Passivos comerciais e outros passivos a pagar

A informação relativa a passivos comerciais e outros passivos a pagar, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	Não correntes		Correntes	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Fornecedores				
Engenharia e Construção	1.039.865	1.278.203	297.747.702	290.843.507
Ambiente e Serviços	-	-	37.428.578	19.170.283
Indústria e Energia	-	-	-	57.007.580
Concessões de Transportes	-	-	4.737.320	-
Outros, eliminações e intragrupo	-	(14.815)	(13.624.103)	(43.157.220)
	<u>1.039.865</u>	<u>1.263.388</u>	<u>326.289.497</u>	<u>323.864.150</u>
Fornecedores de imobilizado	39.964.805	24.017.253	33.921.628	20.024.064
Empresas do grupo, associadas e outros accionistas	2.099.734	955.375	125.482	2.348.187
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	49.471.022	30.179.939	64.824.380	44.190.612
Estado e outros entes públicos	-	-	28.111.397	32.844.764
Outros credores	61.527.611	11.537.884	150.196.542	78.339.515
	<u>153.063.172</u>	<u>66.690.451</u>	<u>277.179.429</u>	<u>177.747.142</u>
	<u>154.103.037</u>	<u>67.953.839</u>	<u>603.468.926</u>	<u>501.611.292</u>

Estes montantes dizem sobretudo respeito a dívidas com origem em subcontratação na realização de obras em curso adjudicadas ao GRUPO.

O Conselho de Administração está convicto que o valor pelo qual estes passivos estão registados em balanço se aproxima do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2007, a maturidade contratual remanescente dos saldos registados na rubrica “Fornecedores” era como segue:

	31.12.07
Maturidade contratual remanescente:	
] 0 ; 1] mês	168.394.595
] 1 ; 3] meses	104.292.979
] 3 ; 12] meses	43.418.108
] 1 ; 3] anos	9.351.717
Mais de 3 anos	1.871.964
	<u>327.329.362</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o GRUPO mantinha responsabilidades com locatárias, registadas na rubrica “Fornecedores de imobilizado”, relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira no montante de Euro 55.197.345 e Euro 39.845.940, respectivamente, com os seguintes prazos de vencimento:

	Rendas vincendas de contratos de leasing		Valor actual das rendas de contratos de leasing	
	2007	2006	2007	2006
1 ano	20.775.003	14.463.034	19.284.824	13.140.643
2 anos	18.426.294	12.000.719	17.541.552	11.172.604
3 anos	10.872.105	8.033.520	10.458.483	7.630.774
4 ou mais anos	5.123.943	5.348.667	5.019.199	5.138.697
	<u>55.197.345</u>	<u>39.845.940</u>	<u>52.304.058</u>	<u>37.082.718</u>
Juros incluídos nas rendas	(2.893.287)	(2.763.222)	-	-
Valor actual das rendas de contratos de leasing	<u>52.304.058</u>	<u>37.082.718</u>	<u>52.304.058</u>	<u>37.082.718</u>

É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor dos contratos de locação financeira celebrados pelo GRUPO é muito próximo do seu valor de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2007, os contratos de locação financeira mais significativos são como segue:

Contraente	Montante	Activo	Período do leasing	Opção de compra
Liscont	2.100.000	Equipamento portuário	5 anos	42.000
Liscont	2.040.000	Equipamento portuário	5 anos	40.800
Liscont	1.020.000	Equipamento portuário	5 anos	51.000
Liscont	1.020.000	Equipamento portuário	5 anos	51.000
Liscont	1.020.000	Equipamento portuário	5 anos	51.000
Mota-Engil Engenharia	1.639.666	Equipamento diverso	4 anos	32.793
Mota-Engil Engenharia	1.332.811	Central de Britagem	4 anos	26.656
Mota-Engil Engenharia	1.249.546	Central de Betuminoso	4 anos	1
Mota-Engil Engenharia	1.150.000	Equipamento diverso	4 anos	23.000
Mota-Engil Engenharia	1.059.079	Equipamento diverso	4 anos	1
Mota-Engil Engenharia	1.049.526	Equipamento diverso	4 anos	20.991
Sotagus	2.600.000 (i)	Pórtico de porto	6,75 anos	80.000
Takargo	2.069.160 (ii)	Locomotivas ferroviárias	25 anos	1.724.300

i) O valor inicial poderá ser aumentado até Euro 4.000.000.

ii) Ao valor inicial serão efectuados os seguinte aumentos: em 2008 Euro 9.656.080 e em 2009 Euro 2.069.160.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	5.970.381	4.098.264
Imposto sobre o valor acrescentado	3.017.490	13.119.804
Segurança social	3.271.807	2.899.008
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1.603.188	1.543.987
Outros impostos	271.826	9.471
Impostos em outros países	13.976.705	11.174.230
	<u>28.111.397</u>	<u>32.844.764</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estão incluídos na rubrica “Outros credores” os montantes respeitantes a “factoring” com recurso e a letras descontadas nos montantes de Euro 100.092.172 e Euro 70.028.725, respectivamente, os quais não têm uma maturidade contratual definida.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

29. Provisões

A informação relativa a provisões, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser resumida como segue:

	31.12.07	31.12.06
Pensões (Nota 32. Benefícios de planos de reforma)	10.915.946	10.915.946
Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho a termo	5.908.231	3.602.941
Selagem e monitorização de aterro	3.862.933	3.384.443
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial	2.087.490	2.387.353
Processos judiciais	5.661.663	750.324
Garantias de qualidade	849.165	2.093.972
Outros	2.441.475	912.721
	<u>31.726.903</u>	<u>24.047.700</u>

O movimento ocorrido no exercício de 2007 nas provisões para processos judiciais resulta, essencialmente, da inclusão no perímetro de consolidação do GRUPO TERTIR.

A informação relativa ao movimento das provisões, com referência aos mesmos exercícios é como segue:

	31.12.07	31.12.06
Saldo inicial	24.047.700	20.840.026
Aumento	4.770.733	3.744.368
Variações de perímetro, reduções e transferências	2.908.470	(536.694)
Saldo final	<u>31.726.903</u>	<u>24.047.700</u>

30. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Outros passivos não correntes” diz respeito a subsídios ao investimento atribuídos ao GRUPO conforme informação abaixo:

Sociedade beneficiária	Valor do activo	Montante do subsídio	Reconhecimento de proveitos		
			Proveitos diferidos	Reconhecimento de proveito em 2007	Reconhecimento de proveito em 2006
Aenor	361.107.967	59.543.500	56.886.859	775.831	604.052
Ferrovias	7.178.819	1.134.671	559.680	58.654	58.654
Mota-Engil Engenharia	11.587.677	3.956.078	2.637.533	520.506	118.744
RTA	7.619.971	3.108.194	1.995.153	107.941	107.941
SGA	3.956.914	1.377.415	469.188	82.302	82.302
			<u>62.548.413</u>	<u>1.545.234</u>	<u>971.693</u>

Do total de proveitos diferidos no âmbito de subsídios ao investimento recebidos o montante de Euro 1.024.727 encontra-se registado na rubrica “Outros passivos correntes”, conforme se apresenta abaixo.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

A informação relativa aos outros passivos correntes, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	31.12.07	31.12.06
<i>Acréscimos de custos</i>		
Encargos com férias e subsídio de férias	23.111.415	22.153.434
Juros a liquidar	13.270.700	3.067.689
Trabalhos em curso não facturados por fornecedores	12.976.162	30.379.809
Outros acréscimos de custos	27.279.049	18.681.263
	<u>76.637.326</u>	<u>74.282.195</u>
<i>Proveitos diferidos</i>		
Facturação antecipada	79.975.091	99.858.135
Subsídios ao investimento	1.024.727	367.253
Rendas em imóveis próprios	1.060.827	641.494
Proveitos a reconhecer nas concessões de estradas	29.571.790	-
Outros proveitos diferidos	12.773.424	9.194.336
	<u>124.405.859</u>	<u>110.061.218</u>
	<u>201.043.185</u>	<u>184.343.413</u>

A rubrica “Proveitos a reconhecer nas concessões de estradas” respeita fundamentalmente ao valor da indemnização recebida do Estado Português por perda líquida de receitas na concessão Norte (AENOR) a reconhecer ao longo do período da concessão, e à diferença entre os proveitos (sem Lote 4) do modelo económico e financeiro inicial da concessão da Costa de Prata e aqueles que resultariam da aplicação do sistema de bandas e tarifas ao tráfego real sem considerar o efeito de rede.

31. Compromissos

Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as garantias prestadas pelo GRUPO a terceiros referentes a garantias bancárias e a seguros caução prestados a donos de obras cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do GRUPO, discriminadas por moeda eram como segue:

	31.12.07	31.12.06
Coroas Checas	9.654.453	1.440.494
Coroas Eslovacas	7.182.200	168.200
Novo Leu da Roménia	4.394.700	287.600
Dólares dos Estados Unidos	43.122.618	29.163.408
Escudos Cabo Verdianos	772.387	335.916
Euros	547.954.282	733.646.406
Forints Húngaros	818.011	663.568
Franco CFA	793.286	1.555.063
Kwashes do Malawi	2.894.843	2.073.589
Meticais Moçambicanos	587.544	-
Nuevos Soles Peruanos	1.491.692	2.505.488
Zlotys Polacos	9.972.779	73.083
	<u>629.638.795</u>	<u>771.912.815</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

O detalhe por empresas do GRUPO é como segue:

	31.12.07	31.12.06
Correia & Correia	226.960	211.140
CPTP	13.849.267	11.184.190
Ekos	73.664	73.083
EMSA	3.151	3.151
Enviroil	140.010	140.010
Ferrovias	16.317.709	10.052.289
Geogranitos	3.339.026	3.421.851
Grossiman	17.850	-
Grupo Aenor	34.518.995	79.554.321
Grupo Indaqua	13.332.395	14.505.184
Grupo Martifer	-	19.083.742
Grupo Suma	5.822.092	22.380.059
Grupo Tertir	23.688.174	-
Hifer	63.791	80.000
Icer	102.286	-
Manvia	556.405	411.324
Maprel	5.532.647	4.433.745
MESP	-	285.892
MKC	16.458.023	-
Mota-Engil Ambiente e Serviços	-	1.615.295
Mota-Engil Engenharia	443.089.625	530.212.512
Mota-Engil Magyarország	2.074.891	2.091.043
Mota-Engil Polska	10.449.115	-
Mota-Engil SGPS	10.200.000	45.000.000
Probialp	52.810	26.405
Probisa	2.181.269	1.090.635
Qualibetão	6.570	3.226
Sadoport	1.282.570	1.140.062
Sedengil	54.857	54.857
Soprocil	10.945.688	10.464.253
Tecnocaril	17.639	18.662
Timoz	13.074	37.636
Tracevia	4.536.038	3.645.693
Translei	4.770.215	5.669.645
Vibeiras	5.921.989	5.022.910
	<u>629.638.795</u>	<u>771.912.815</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o GRUPO tem constituída caução sobre as acções detidas e prestações acessórias efectuadas às empresas participadas LUSOS CUT CP, LUSOS CUT GP, LUSOS CUT BLA, LUSOPONTE e AENOR, para garantir, a favor das entidades financeiras, os empréstimos contraídos por aquelas participadas, mecanismo que se insere no enquadramento jurídico e financeiro típico de uma estrutura de "Project Finance".

Garantias reais

Em 31 de Dezembro de 2007, as garantias reais prestadas pelo GRUPO são como segue:

	Garantia	Valor activo subjacente	Valor da dívida
Timoz	Penhor	307.635	-
Timoz	Hipoteca	171.002	190.856
Translei	Penhor	<u>3.260.648</u>	<u>3.260.648</u>
		<u>3.739.285</u>	<u>3.451.504</u>

Os penhores incidem sobre equipamentos e foram concedidos como garantia de empréstimos bancários obtidos.

32. Benefícios de planos de reforma

O GRUPO assumiu responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos atribuídos a alguns ex-funcionários e a alguns actuais funcionários.

As políticas de contabilização destes planos adoptadas pelo GRUPO estão descritas na alínea xx) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades com pensionistas e as responsabilidades com o pessoal no activo da MOTA-ENGIL ENGENHARIA, bem como as respectivas coberturas são como segue:

	31.12.07	31.12.06
Responsabilidades com pensionistas	3.411.171	3.601.190
Responsabilidades com actuais activos	6.394.048	5.514.243
Provisões constituídas (Nota 29. Provisões)	10.915.946	10.915.946
% de cobertura	111,3%	119,8%

Estas responsabilidades resultam do último estudo actuarial disponível efectuado pelo GRUPO e que assume os seguintes pressupostos:

Idade de passagem à reforma	65
Taxa esperada de aumento de ordenado	3%
Taxa de desconto	3%
Tábuas de mortalidade	TV 73/77
Rendimento do Fundo	4%
Taxa de crescimento das pensões	0%
Número de pagamentos do benefício	14

Na área de negócio da Indústria e Energia existe uma apólice, contratada com a Companhia de Seguros Global, que funciona como um fundo de capitalização, para complemento de reforma dos seus colaboradores.

São abrangidos por este fundo todos os colaboradores pertencentes ao quadro. Anualmente (em caso de obtenção de resultados líquidos positivos) é depositado o montante de um salário base em nome de cada um dos colaboradores. O exercício do direito ao referido complemento ocorre no momento da passagem ao estado de reforma. Cada colaborador pode então, optar pela transformação do fundo numa pensão mensal, ou em alternativa, resgatar 50% do valor acumulado e converter o restante numa renda mensal.

33. Transacções com partes relacionadas

a) Transacções comerciais

As subsidiárias do GRUPO têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação estas transacções são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias com se de uma única empresa se tratassem.

As transacções com empresas associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial não são eliminadas, e são nos seguintes montantes:

	2007	2006
Vendas e prestações de serviços	21.950.896	14.283.620
Custo das mercadorias vendidas	22.864.870	20.055.982
Saldos devedores	30.960.533	10.414.477
Saldos credores	11.688.205	37.955.127

Incluídos nestes montantes não existem saldos ou transacções significativos com accionistas, quer da EMPRESA, quer de qualquer uma das outras empresas do GRUPO.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

A relação dos accionistas do GRUPO com participações qualificadas é como segue:

Accionistas com participações qualificadas

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Dr.ª Maria Manuela Vasconcelos Mota
Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Mota
Eng.ª Maria Paula Vasconcelos Mota
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
Morgan Stanley & Co International
QMC Development Capital Fund, Plc
Privado Holding, SGPS, SA

A lista acima encontra-se conforme o ponto “Participações de accionistas qualificadas” do capítulo 7. Publicidade de participações do Relatório de Gestão Consolidado

A lista das empresas com accionistas comuns ao Grupo é:

Empresas com accionistas comuns

Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA
António de Largo Cerqueira, SA
Caves da Cerca, SA
Cerâmica de Boialvo, Lda
Cogera - Sociedade de Produção de Energia por Cogeração, Lda
Covelas - Energia, Lda
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA
Mota Gestão e Participações, SGPS, SA
Sunviauto - Indústria de Componentes de Automóveis, SA
Vallis - SGPS, SA

Por impossibilidade de determinação, desta lista encontram-se excluídas as outras empresas em que as sociedades Morgan Stanley & Co International, QMC Development Capital Fund, Plc e Privado Holding, SGPS, SA também são accionistas.

Os administradores da holding do GRUPO e de cada uma das suas sub-holdings são os seguintes:

Principais administradores do Grupo

Mota-Engil, SGPS, SA

Eng.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Eng.º António Jorge Campos de Almeida
Eng.º Maria Manuela Queirós Vasconcelos da Mota
Eng.º Maria Teresa Queirós Vasconcelos da Mota
Eng.º Maria Paula Queirós Vasconcelos da Mota
Dr.º Eduardo Jorge de Almeida Rocha
Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
Dr.º António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Dr.º António Manuel da Silva Vila Cova

Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA

Eng.º Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Eng.º Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Eng.º António Martinho Ferreira de Oliveira
Eng.º Manuel Maria Coelho de Sousa Ribeiro
Eng.º Mário Jorge de Melo Faria de Barros
Eng.º Carlos Alberto Pires Cachorreiro
Dr.º Pedro Manuel Teixeira Rocha Antelo

Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, SA

Dr.º Gonçalo Nuno de Andrade Moura Martins
Eng.º Jorge Agostinho Fernandes Rodrigues
Eng.º Paulo Jorge Silva da Costa Nunes
Eng.º Eduardo João Frade Sobral Pimentel
Eng.º Pedro José Avelar Montalvão de Santos e Silva

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Mota-Engil, Concessões de Transportes, SGPS, SA

Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves
Dr. Rafael Negrão Rossi
Eng.º Augusto José Faria de Barros
Eng.º Augusto Manuel Fontes de Carvalho
Dr. Mário Henrique de Almeida Santos David

As sociedades subsidiárias e as sociedades associadas do GRUPO encontram-se elencadas no Apêndice A deste Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

b) Compensações da administração e do Revisor Oficial de Contas

As remunerações atribuídas aos membros da administração durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 ascenderam ao montante de Euro 2.366.280 (do qual Euro 1.533.830 a título de remuneração fixa e Euro 132.450 a título de presença atribuído aos administradores não executivos) e Euro 2.129.451 (do qual Euro 1.629.725 a título de remuneração fixa e Euro 80.000 a título de presença atribuído aos administradores não executivos), respectivamente. Em cada um desses mesmos exercícios a remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas ascendeu a Euro 22.847.

Estas compensações são determinadas pela comissão de vencimentos, tendo em conta o desempenho individual e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.

Alguns membros da administração possuem planos de reforma com benefícios definidos. A informação sobre estes planos está apresentada na Nota 32. Benefícios de planos de reforma.

34. Exploração de activos minerais

Em 31 de Dezembro de 2007, os principais activos e passivos afectos à exploração dos activos minerais do GRUPO são como segue:

	31.12.07
Imobilizado:	
Terrenos em exploração	31.301.345
Edifícios afectos à exploração	655.577
Equipamentos afectos à exploração	11.335.713
Existências:	
Stock de minério	4.479.974
Saldos a receber:	10.322.412
Saldos a pagar:	8.021.517

A contabilização dos terrenos afectos à exploração de activos minerais é feita de acordo com os critérios descritos na alínea iv) dos Principais critérios valorimétricos na Nota 1. Políticas Contabilísticas.

Durante o exercício de 2007 os proveitos e custos operacionais do GRUPO relacionados com a exploração de activos minerais são como se apresenta abaixo.

	2007
Proveitos operacionais	23.842.606
Custos operacionais	20.493.482
EBITDA	3.349.124
margem EBITDA	14,0%

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Durante o exercício de 2007, os fluxos de caixa da actividade de exploração de activos minerais são como segue:

	2007
Recebimentos de clientes	25.310.952
Pagamentos a fornecedores	(20.927.599)
Cash-flow operacional	4.383.353
Aquisição de imobilizado	(2.995.814)
Alienação de imobilizado	505.821
Aquisição de pedreira na Europa Central	(7.331.455)
Cash-flow investimento	(9.821.448)

35. Contribuição das empresas consolidadas pelo método da integração proporcional

A contribuição das empresas consolidadas pelo método da integração proporcional nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	2007	2006
Vendas e prestações de serviços	164.698.368	170.091.605
EBITDA	105.158.617	16.444.790
EBIT	68.059.102	10.020.740
Resultado financeiro	(55.081.330)	(1.279.071)
Resultado consolidado líquido atribuível ao Grupo:	8.664.988	6.645.949
	31.12.07	31.12.06
Activo		
Não corrente	1.089.783.010	129.276.718
Corrente	247.032.607	142.709.150
	1.336.815.617	271.985.868
Passivo		
Não corrente	1.155.901.058	120.812.208
Corrente	116.750.779	120.487.273
	1.272.651.838	241.299.481

36. Alterações de perímetro

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, no seguimento da alteração ocorrida ao nível do modelo de governação do GRUPO, a associada MARTIFER SGPS deixou de ser consolidada pelo método da integração proporcional passando a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

Também durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, no seguimento do acordo firmado durante 2007 com o Banco Espírito Santo para o controlo conjunto do GRUPO AENOR, as participações do GRUPO nestas sociedades deixaram de ser consolidadas pelo método da equivalência patrimonial passando a ser consolidadas pelo método da integração proporcional.

Caso o GRUPO no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 tivesse utilizado o método da equivalência patrimonial para a associada MARTIFER SGPS e o método da integração proporcional para o GRUPO AENOR, as principais rubricas do balanço e da demonstração dos resultados teriam sido as seguintes:

	2007	2006 (pró-forma)	2006
Vendas e prestações de serviços	1.401.899.756	1.245.720.628	1.308.233.076
EBITDA	248.495.314	158.203.584	141.738.046
EBIT	148.186.387	93.846.567	84.193.679
Resultado financeiro	(107.453.070)	(54.831.436)	(36.156.993)
Resultado consolidado líquido atribuível:			
a interesses minoritários	10.206.823	5.429.156	5.429.156
ao Grupo	97.538.375	32.205.403	32.205.403

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	31.12.07	31.12.06 (pró-forma)	31.12.06
Activo			
Não corrente	2.114.522.603	1.583.916.429	758.741.749
Corrente	1.271.803.048	1.008.209.736	976.249.835
	<u>3.386.325.651</u>	<u>2.592.126.165</u>	<u>1.734.991.584</u>
Passivo			
Não corrente	1.903.678.645	1.382.181.330	609.415.337
Corrente	1.095.720.799	817.559.632	821.781.450
	<u>2.999.399.444</u>	<u>2.199.740.962</u>	<u>1.431.196.787</u>
Capital próprio			
atribuível ao Grupo	340.546.064	371.536.413	282.946.007
atribuível a interesses minoritários	46.380.143	20.848.790	20.848.790
	<u>386.926.207</u>	<u>392.385.203</u>	<u>303.794.797</u>
	<u>3.386.325.651</u>	<u>2.592.126.165</u>	<u>1.734.991.584</u>

37. Demonstrações financeiras dos últimos 5 exercícios

As principais grandezas das demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO dos últimos 5 exercícios são as seguinte:

Demonstrações dos resultados consolidados

	2007	2006	2005	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	1.401.899.756	1.308.233.076	1.381.000.637	1.226.906.018	1.050.651.601
EBITDA	248.495.314	141.738.046	153.010.732	129.617.437	119.523.153
EBIT	148.186.387	84.193.679	92.691.258	70.650.472	57.258.875
Resultado financeiro	(107.453.070)	(36.156.993)	(29.787.743)	(28.903.000)	(31.532.900)
Resultado consolidado líquido atribuível:					
a interesses minoritários	10.206.823	5.429.156	7.128.562	5.620.766	4.193.019
ao Grupo	97.538.375	32.205.403	30.407.389	22.069.100	15.382.944

Balanços consolidados

	31.12.07	31.12.06	31.12.05	31.12.04	31.12.03
Activo					
Não corrente	2.114.522.603	758.741.749	725.005.156	566.650.628	508.682.089
Corrente	1.271.803.048	976.249.835	920.290.816	730.509.393	734.161.763
	<u>3.386.325.651</u>	<u>1.734.991.584</u>	<u>1.645.295.972</u>	<u>1.297.160.021</u>	<u>1.242.843.852</u>
Passivo					
Não corrente	1.903.678.645	609.415.337	578.657.643	365.424.249	314.671.451
Corrente	1.095.720.799	821.781.450	748.484.644	677.810.581	680.455.260
	<u>2.999.399.444</u>	<u>1.431.196.787</u>	<u>1.327.142.287</u>	<u>1.043.234.830</u>	<u>995.126.711</u>
Capital próprio					
atribuível ao Grupo	340.546.064	282.946.007	273.480.095	221.144.630	226.854.934
atribuível a interesses minoritários	46.380.143	20.848.790	44.673.590	32.780.561	20.862.207
	<u>386.926.207</u>	<u>303.794.797</u>	<u>318.153.685</u>	<u>253.925.191</u>	<u>247.717.141</u>
	<u>3.386.325.651</u>	<u>1.734.991.584</u>	<u>1.645.295.972</u>	<u>1.297.160.021</u>	<u>1.242.843.852</u>

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

38. Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os montantes pagos relacionados com a aquisição de investimentos financeiros podem ser discriminados como segue:

	2007	2006
Aenor	-	9.290.018
Almaque	-	305.744
Ambigere	-	50.000
BERD	594.333	606.773
Bergamon	4.083.909	-
Ecoatlântica	-	700.000
Gebox	-	289.750
Grupo Tertir	-	10.180.000
Jardimaia	-	209.389
LusoLisboa	-	4.691.700
Lusoponte	-	3.614.451
Lusoscut BLA	-	16.233.045
Lusoscut CP	-	4.128.670
Lusoscut GP	-	14.887.792
Mat-But Holding	7.331.455	-
MTS	-	157.366
Mwind Roménia	-	700.109
Novicer	184.409	-
Obol	22.500.000	-
Repower AG	-	8.340.395
SLPP	731.426	1.400.000
Tratofoz	-	330.000
Outros	615.978	500.540
	<u>36.041.511</u>	<u>76.615.742</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os montantes recebidos associados a alienação de investimentos financeiros podem ser discriminados como segue:

	2007	2006
Aenor	-	5.266.500
HQ	-	735.000
Jaime Ribeiro & Filhos	-	2.650.000
M-Invest Stodulsky	-	1.029.000
Obrigações do Tesouro Angolano	3.526.342	7.458.822
Portus Índico	14.047.905	-
	<u>17.574.247</u>	<u>17.139.322</u>

39. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do GRUPO em 26 de Fevereiro de 2008. Contudo, as mesmas estão, ainda, pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas sendo convicção do Conselho de Administração do GRUPO que estas serão aprovadas sem alterações.

APENDICE A – EMPRESAS CONSOLIDADAS

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Empresas incluídas na consolidação pelo Método da Consolidação Integral

As empresas incluídas na consolidação pelo Método da Consolidação Integral, respectivas sedes, proporção do capital detido, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras são as seguintes:

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Empresa - Mãe do Grupo e Actividade Conexas					
Mota Engil, SGPS, S.A., sociedade aberta ("Mota Engil SGPS")	Porto	-	SGPS	Ago-90	-
MESP- Mota Engil , Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A. ("MESP")	Porto	100,00	Serviços Administrativos	Dez-02	-
Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda. ("Largo do Paço") Através da MEIT	Amarante	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Out-01
RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S.A. ("RTA") Através da MEIT	Amarante	100,00 100,00	Imobiliário e turismo	-	Mai-00
SGA – Sociedade do Golfe de Amarante, S.A. ("SGA") Através da RTA Através da Mota-Engil Engenharia	Amarante	97,32 97,04 0,28	Prática e comercialização de golfe e actividades relacionadas	Dez-00	-
Área de Negócio - Engenharia e Construção					
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. ("Mota-Engil Engenharia")	Amarante	100,00	Execução de obras e compra e venda de imóveis	-	Dez-00
Aurimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda. ("Aurimove") Através da MEIT	Porto	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Dez-93	-
Bouncer, a.s. ("Bouncer") Através da M-Invest	Rep. Checa	90,00 90,00	Promoção Imobiliária	Dez-06	-
Calçadas do Douro - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Calçadas do Douro") Através da MEIT	Porto	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Set-00
Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S.A. ("CPTP") Através da Mota-Engil Engenharia	Lisboa	100,00 100,00	Construções e trabalhos portuários	-	Jul-02
Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda. ("Corgimobil") Através da Mota-Engil Engenharia Através da MEIT	Cascais	95,47 70,17 25,30	Construções estudos e realizações imobiliárias	-	Nov-00
Edifício Mota - Viso – Soc. Imobiliária, Lda. ("Mota Viso") Através da MEIT	Porto	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-94	-
Edipainel – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda. ("Venimove") Através da MEIT Através da Soprocil	Porto	100,00 70,00 30,00	Promoção Imobiliária	Mar-02	-
Emocil – Empresa Moçambicana de Construção Imobiliária ("Emocil") Através da Mota-Engil Engenharia Através da Indimo	Moçambique (Maputo)	75,00 50,00 25,00	Promoção Imobiliária	Jul-94	-
EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, S.A. ("EMSA") Através da Mota-Engil Engenharia	Cascais	100,00 100,00	Concepção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	Dez-00	-
Engil 4i – SGPS, S.A. ("Engil 4i") Através da Mota-Engil Engenharia	Porto	100,00 100,00	SGPS	Dez-02	-
Ferrovias e Construções, S.A. ("Ferrovias") Através da Mota-Engil Engenharia	Linda-a-Velha	100,00 100,00	Construção e manutenção de caminhos de ferro	Abr-88	Set-94
Geogranitos – Pedreiras de Amarante, Lda. ("Geogranitos") Através da Mota-Engil Engenharia	Amarante	100,00 100,00	Construção e exploração de pedreiras	Abr-88	Mar-90 Jun-00 / Dez-00
God Project Development ("God") Através da Mota-Engil Magyarország	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	Dez-06	-
Jasz-Vasut, Kft ("Jasz-Vasut") Através da Mota-Engil Magyarország Através da Ferrovias	Hungria (Budapeste)	70,00 50,00 20,00	Execução de obras públicas	Out-06	-
Kordylewskiego Project Development Sp. z o.o. ("Kord") Através da M-Invest Polska	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Fev-05	-
Kozielska Sp. z o.o. ("Kozielska") Através da M-Invest Polska	Polónia (Cracóvia)	55,00 55,00	Promoção Imobiliária	Ago-07	-

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Maprel – Empresa de Pavimentos e Materiais Pré-esforçados, Lda ("Maprel") Através da Mota-Engil Engenharia	Vila Nova de Gaia	100,00 100,00	Fabrico de materiais pré-esforçados	Jan-60	Fev-87
Maprel - Nelas, Indústria de Pré- Fabricados, S.A. ("Maprel Nelas") Através da Maprel	Porto	100,00 100,00	Fabrico de materiais pré-esforçados	Jan-01	-
ME-Investitii AV s.r.l. ("MEINVESTII") Através da Mota-Engil Engenharia	Roménia	99,00 99,00	Promoção Imobiliária	-	Set-07
MEITS, Mota-Engil Imobiliário e Turismo, S.A. ("MEIT")	Porto	100,00	Gestão de participações financeiras	Set-01	-
Metroepszolg, RT("Metroepszolg") Através da Mota-Engil Magyarország	Hungria (Budapeste)	99,77 99,77	Execução de obras públicas	-	Dez-00
Mil e Sessenta – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Mil e Sessenta") Através da MEIT	Porto	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Jul-01
M-Invest Bohdalec, A.S. ("Bohdalec") Através da M-Invest	Rep. Checa (Praga)	90,00 90,00	Promoção Imobiliária	Set-03	-
M-Invest Devonska, s.r.o. ("M-Invest Devonska") Através da M-Invest	Rep. Checa (Praga)	90,00 90,00	Promoção Imobiliária	Nov-06	-
M-Invest Jihlavská, A.S. ("Jihlavská") Através da M-Invest	Rep. Checa (Jihlava)	90,00 90,00	Promoção Imobiliária	Fev-04	-
M-Invest Jeremiasová, A.S. ("Jeremiasová") Através da M-Invest	Rep. Checa (Praga)	90,00 90,00	Promoção Imobiliária	Set-00	Dez-00
M-Invest Polska, Sp. z o.o. ("M-Invest Polska") Através da Mota-Engil Engenharia Através da Mota-Engil Polska	Polónia (Cracóvia)	100,00 80,00 20,00	Promoção Imobiliária	Jun-05	-
M-Invest Portugalia, s.r.o. ("Portugalia") Através da M-Invest	Rep. Checa (Praga)	90,00 90,00	Promoção Imobiliária	-	Set-07
M-Invest, sro ("M-Invest") Através da Mota-Engil Engenharia Através da Sefimota	Rep. Checa (Praga)	100,00 80,00 20,00	Promoção Imobiliária	Mar-98	Dez-00
M-Invest Slovakia, s.r.o. ("M-Invest Slovakia") Através da M-Invest	Eslováquia (Bratislava)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-06	-
MI 2 Spółka z ograniczoną odpowiedzialnością ("MI 2") Através da M-Invest Polska	Polónia (Cracóvia)	55,00 55,00	Promoção Imobiliária	Jun-07	-
Moravian Partner Constructors, sro ("Moravian") Através da Sefimota	Rep. Checa (Jihlava)	96,67 96,67	Construção civil e obras públicas	Nov-00	Dez-00
Mota-Engil Magyarország, Rt ("Mota-Engil Magyarország") Através da Mota-Engil Engenharia	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Execução de obras públicas	Jan-96	-
Mota-Engil Real Estate Hungary ("Merehun") Através da Mota-Engil Magyarország Através da Mota-Engil Engenharia	Hungria (Budapeste)	100,00 20,00 80,00	Promoção Imobiliária	Jul-05	-
Mota-Engil Polska, S.A. ("Mota-Engil Polska") Através da Tabella Holding	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Execução de obras	Fev-53	Mar-99
Mota-Engil S. Tomé e Príncipe ("MESTOME") Através da Mota-Internacional Através da Mota-Engil Engenharia	S. Tomé e Príncipe	100,00 95,00 5,00	Empreiteiro de Obras Públicas e/ou Construção Civil	Dez-04	-
Mota-Engil Slovakia, a. s. ("Mota-Engil Eslováquia") Através da Sefimota Através da Mota-Engil Engenharia	Eslováquia (Bratislava)	100,00 80,00 20,00	Execução de obras	Ago-04	-
Motadómus - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Motadómus") Através da Aurimove Através da MEIT	Porto	100,00 95,00 5,00	Execução de obras	Jan-97	Jan-01
MKContractors, LLC ("MKC") Através da Mota-Engil Engenharia	EUA (Miami)	50,50 50,50	Promoção Imobiliária	Mar-02	-
Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda ("Mota Internacional") Através da Mota-Engil Engenharia	Funchal	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	Set-97	Dez-98
Mota Real Estate, sro ("Mota Real Estate") Através da M-Invest	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jun-98	Dez-00
Nortedómus, Lda. ("Nortedómus") Através da Mota-Engil Engenharia	Lisboa	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	-	Out-01
Piastowska Project Development Sp. z o.o. ("Piastowska") Através da Mota-Engil Polska	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Execução de Obras	-	-

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Planinova – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Planinova") Através da MEIT	Porto	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Dez-00	-
Prefal – Préfabricados de Luanda, Lda. ("Prefal") Através da Mota Internacional Através da Maprel	Angola (Luanda)	90,00 70,00 20,00	Fabrico de materiais pré- esforçados	Dez-93	-
Probisa Portuguesa - Construção e Obras Públicas, S.A. ("Probisa") Através da Mota-Engil Engenharia	Amarante	100,00 100,00	Construção	Jan-86	-
Qualibetão – Comercialização de Betões, Lda. ("Qualibetão") Através da Mota-Engil Engenharia	Porto Alto	100,00 100,00	Fabrico e comercialização de betão, cimento e betuminoso	Jul-96	-
Rentaco - Equipamentos de Construção, Transportes, Combustíveis e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Rentaco") Através da Mota-Engil Engenharia	Porto Alto	100,00 100,00	Aluguer de equipamentos de construção	Set-89	Jul-96
Sedengil – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Sedengil") Através da Mota-Engil Engenharia	Matosinhos	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Out-82	Mai-95 / Mai-97
Sefimota Stavebni, AS ("Sefimota") Através da Mota-Engil Engenharia	Rep. Checa (Praga)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	Jan-97	-
Soprocil – Sociedade de Projectos e Construções Cíveis, S.A. ("Soprocil") Através da Mota-Engil Engenharia	Tavira	65,88 65,88	Construção civil e obras públicas	-	Dez-00
Tabella Holding, BV ("Tabella") Através da Mota-Engil Engenharia	Holanda (Amesterdão)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	Nov-98	-
Tecnocarril – Sociedade de Serviços Industriais e Ferroviários, Lda. ("Tecnocarril") Através da Mota-Engil Engenharia Através das Ferrovias	Entroncamento	100,00 15,00 85,00	Tratamento de madeira para uso ferroviário	Jan-94	Set-94
Tetenyi Project Development ("Tetenyi") Através da Mota-Engil Magyarorszá	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jan-05	-
Timoz - Transformadora Industrial de Mármore de Estremoz, Lda ("Timoz") Através da Mota-Engil Engenharia Através da Qualibetão	Estremoz	100,00 50,00 50,00	Industrialização, comercialização e exportação de mármore e granitos	-	Dez-00
Tracevia – Sinalização Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia") Através da Mota-Engil Engenharia	Sintra	77,50 77,50	Sinalização e gestão de tráfego	Jun-80	Out-84
Tracevia Angola ("Tracevia Angola") Através da Tracevia Através da Mota-Internacional	Angola	66,50 46,50 20,00	Sinalização Rodoviária	-	Set-07
Translei, S.A. ("Translei") Através da Mota Internacional Através da Mota-Engil Engenharia	Perú (Lima)	100,00 99,90 0,10	Indústria da construção e actividades complementares	Set-86	Jun-98
Wilenska Project Development Sp. z o.o. ("Wilenska") Através da M-Invest Polska	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção Imobiliária	Jan-05	-
Área de Negócio - Ambiente e Serviços Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Ambiente e Serviços")	Porto	100,00	SGPS	Jun-97	-
ALMAQUE - Serviços Técnicos, S.A. ("Almaque") Através da Manvia	Linda - a - Velha	58,50 58,50	Actividades de ensaios e análises técnicas	Jun-89	Jul-06
Beiratir - Terminais da Covilhã, Lda. ("Beiratir") Através da Tertir	Covilhã	91,58 91,58	Manuseamento de Cargas	Dez-87	Out-06
Cargorail - Transporte de Mercadorias, S.A. ("Cargorail") Através da Mota Engil Ambiente e Serviços Através das Ferrovias	Oeiras	100,00 70,00 30,00	Transportes Rodoviários de mercadorias	Set-06	-
Correia & Correia, Lda. ("Correia & Correia") Através da Envirol Através de Quotas Próprias	Sertão	73,91 59,13 14,78	Comércio e recolha de óleos usados	Set-88	Fev-00
E.A.Moreira - Agentes de Navegação, S.A. ("E.A. Moreira") Através da Tertir Através da Ternor	Matosinhos	96,40 81,29 15,31	Agentes de navegação	Out-45	Out-06
Ecolatlântica de Portugal, Lda. ("Ecolatlântica") Através da Suma	Coimbra	61,50 61,50	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	Nov-91	Dez-06

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Ekosrodowisko Spółka z.o.o. ("Ekosrodowisko") Através da Mota-Engil Srodowisko	Polónia (Bytom)	80,00 80,00	Resíduos sólidos urbanos	Fev-05	Dez-05
Engeglobo, Soc. de Engenharia e Projectos, S.A. ("Engeglobo") Através da Manvia	Lisboa	90,00 90,00	Actividades de Engenharia e Técnicas Afins	-	Jul-07
Enviroil – Resíduos e Energia, Lda. ("Enviroil") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Torres Novas	73,91 73,91	Valorização de Resíduos Não Metálicos	Nov-97	-
INVESTAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, SA ("Investambiente") Através da Novaflex	Lisboa	31,98 31,98	Recolha de resíduos não perigosos	Fev-00	Dez-07
GT - Investimentos Internacionais SGPS, SA ("GTSGPS") Através da Tertir Através da Liscont Através da RL, SGPS	Porto	85,50 41,27 34,23 10,00	Promoção, gestão e exploração de parques empresariais tecnológicos e industriais	Out-06	-
Liscont - Operadores de Contentores, S.A. ("Liscont") Através da Sadomar Através da Multiterminal	Lisboa	79,96 49,84 30,13	Operadores de contentores	Nov-83	Out-06
Lisprojecto - Consultoria e Soluções Informáticas, S.A. ("Lisprojecto") Através da Liscont	Lisboa	67,97 67,97	Out. actividades de consultoria em programação informática	Jul-92	Out-06
Lokemark - Soluções de Marketing ("Lokemark") Através da Mota-Engil	Setúbal	30,00 30,00	Outras Actividades de Apoio e Serviços	Jun-03	Set-07
Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A. ("Manvia") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Linda-a-Velha	90,00 90,00	Manutenção e exploração de instalações	Jul-94	Jun-98
Mota-Engil Srodowisko, Sp. z.o.o. ("MES") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Polónia	100,00 100,00	Resíduos sólidos urbanos	Dez-05	-
Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, S.A. ("MEASII") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Porto	100,00 100,00	Gestão de projectos	Dez-03	-
Mota-Engil, Tecnologias de Informação, S.A. ("METI") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Porto	100,00 100,00	Desenvolvimento de aplicações informáticas de gestão	Dez-03	-
Multiterminal - Soc. De Estiva e tráfego, S.A. ("Multiterminal") Através da Tertir	Lisboa	96,40 96,40	Exploração de Terminais	Mai-79	Out-06
Norcargas - Cargas e Descargas, Lda. ("Norcargas") Através da E.A. Moreira	Matosinhos	96,40 96,40	Manuseamento de Carga	Set-83	Out-06
Nova Beira - Gestão de Resíduos, SA ("Nova Beira") Através da Novaflex Através da InvestAmbiente Através da Suma	Lisboa	30,85 19,68 10,55 0,62	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	Dez-07
Novaflex - Técnicas do Ambiente, SA ("Novaflex") Através da Suma	Lisboa	61,50 61,50	Recolha de outros resíduos não perigosos	-	Dez-07
Operport - Sociedade Portuguesa de Operadores Portuários, Lda. ("Operport") Através da Tertir	Lisboa	96,40 96,40	Operações portuárias	Jan-83	Out-06
Proempar - Promoção e Gestão de Parques Empresariais e Tecnológicos, S.A. ("Proempar") Através da Promoquatro Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Mota-Engil Engenharia	Porto	70,00 18,00 26,00 26,00	Promoção gestão e exploração de parques empresariais tecnológicos e industriais	Out-06	-
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega ("PTT") Através da Proempar Através da Promoquatro Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Mota-Engil Engenharia	Felgueiras	65,75 42,00 3,75 10,00 10,00	Promoção e gestão de acolhimento empresarial tecnológico	Dez-06	-
Real Verde - Técnicas de Ambiente, SA ("Real Verde") Através da Novaflex	Vila Real	58,43 58,43	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	Dez-07	-
Resiges - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda. ("Resiges") Através da Novaflex	Setúbal	30,75 30,75	Recolha de resíduos perigosos	Mai-98	Dez-07
Resilei – Tratamento de Resíduos Industriais, Lda ("Resilei") Através da STL	Leiria	30,75 30,75	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	-	Jun-03
Rima – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("Rima") Através da Suma Através da Tratoser	Silvares	59,32 59,26 0,0615	Tratamento de resíduos industriais	Ago-01	-
Sealine - Navegação e Afretamentos ("Sealine") Através da Socarpor Aveiro	Aveiro	62,82 62,82	Agentes de navegação	-	Out-06

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Sadomar - Ag. de Naveg. e Trânsitos, S.A. ("Sadomar") Através da Tertir	Lisboa	96,40 96,40	Agentes de navegação	-	Out-06
Serurb (Matosinhos) Serviços Urbanos, S.A. ("Serurb Matosinhos") Através da Serurb	Matosinhos	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Dez-00	-
Serurb (Douro) Serviços Urbanos, Lda. ("Serurb Douro") Através da Serurb Através da Suma	Murça	61,50 55,35 6,15	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Jul-00	-
Serurb (Esposende) Serviços Urbanos, Lda. ("Serurb Esposende") Através da Serurb Através da Suma	Esposende	61,50 55,35 6,15	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Dez-99	-
Socarpor - Soc. Cargas Port. (Douro e Leixões), S.A. ("Socarpor D/L") Através da Tertir	Matosinhos	58,39 58,39	Serviços Portuários	-	Out-06
Socarpor - Soc. Cargas Port. (Aveiro), S.A. ("Socarpor Aveiro") Através da Socarport D/L Através da Operport	Aveiro	62,82 51,43 11,40	Port services	-	Out-06
Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A. ("Sotagus") Através da Tertir Através da Multiterminal	Lisboa	96,40 48,20 48,20	Terminal de contentores	-	Out-06
STL – Sociedade de Transportes e Limpeza, Lda. ("STL") Através da Suma Através da UTIL	Ourém	61,50 30,75 30,75	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	Jun-03
Suma – Serviços Urbanos Meio Ambiente, S.A. ("SUMA") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Lisboa	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Jun-94	-
TCL - Terminal de Contentores de Leixões, S.A. ("TCL") Através da Socarport D/L Através da Norcargas Através da TEN	Matosinhos	50,83 22,05 8,96 19,82	Manuseamento de Carga	Jan-96	-
TEN - Tráfego e Estiva do Norte, SA ("TEN") Através da Tertir	Perafita	96,40 96,40	Manuseamento de Carga	Jan-83	Out-06
Ternor - Sociedade de Exploração de Terminais, S.A. ("Ternor") Através da RL, SGPS Através da E.A. Moreira Através da Tertir	Matosinhos	97,70 92,41 3,61 0,27	Armazenagem não frigorífica	Fev-74	Out-06
Tertir - Terminais de Portugal, S.A. ("Tertir") Através da RL, SGPS Através da Ternor Através da Liscont Através da MEAS Através da Tertir	Matosinhos	96,40 35,78 32,64 2,60 25,29 0,26	Exploração de terminais	-	Out-06
Tertir - Concessões Portuárias, SGPS, SA ("Tertir SGPS") Através da Tertir	Lisboa	96,40 96,40	Serviços Portuários	Out-07	-
Transitex - Trânsitos Extremadura, SL ("Transitex") Através da Liscont	Badajoz	67,97 67,97	Operadores de contentores	-	-
Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A. ("Vibeiras") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Torres Novas	66,67 66,67	Actividades de Plantação e Manutenção de Jardins	Jul-88	Out-98
Área de Negócio - Concessões de Transportes Mota-Engil Concessões de Transportes, SGPS, S.A. ("MECT")	Lisboa	100,00	Concessões de transportes	Jan-03	-

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Empresas consolidadas pelo Método da Consolidação Proporcional

As empresas consolidadas pelo Método da Consolidação Proporcional, respectivas sedes, proporção do capital detido, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras são as seguintes:

Designação	Sede	Percentagem Efetiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Área de Negócio - Engenharia e Construção					
Cimertex & Companhia- Comércio Equipamentos e Serviços Técnicos, Lda. ("Cimertex & Companhia") Através da Mota-Engil Engenharia	Portugal	50,00 50,00	Construção	-	-
Construccion CRESPO, SA ("Crespo") Através da Mota-Engil Engenharia	Espanha (Pontevedra)	50,00 50,00	Construção	-	Set-07
Grossiman, SL ("Grossiman") Através da Mota-Engil - Engenharia	Espanha (Madrid)	50,00 50,00	Construção e manutenção de caminhos de ferro	-	-
Hifer Construcion Conservación e Servicios, S.A. ("Hifer") Através da Ferrovias	Espanha (Madrid)	50,00 50,00	Construção e manutenção de caminhos de ferro	Nov-03	Out-05
Icer – Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer") Através da Mota-Engil Engenharia	Angola (Luanda)	50,00 50,00	Indústria cerâmica	Nov-91	-
M-Invest Slovakia Mierova , s.r.o. ("Mierova") Através da M-Invest Slovakia	Eslováquia (Bratislava)	50,00 50,00	Promoção Imobiliária	Jun-06	-
M-Invest Slovakia Trnavska, s.r.o. ("Trnavska") Através da M-Invest Slovakia	Eslováquia (Bratislava)	50,00 50,00	Promoção Imobiliária	Jun-06	-
Probigalp Ligantes Betuminosos, S.A. ("Progalp") Através da Mota-Engil Engenharia Através da Probisa	Amarante	50,00 25,00 25,00	Fabrico de produtos betuminosos	Abr-98	-
Área de Negócio - Ambiente e Serviços					
Ambigere, SA ("Ambigere") Através da Suma	Funchal	30,75 30,75	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Jun-06	Jul-07
Areagolf - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golf, S.A. ("Areagolf") Através da Vibeiras	Torres Novas	43,33 43,33	Campos de Golf	-	Jul-07
Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, S.A. ("Indaqua") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Matosinhos	42,86 42,86	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Jun-94	-
Indaqua Vila do Conde - Gestão de Águas de Vila do Conde S.A. ("Indaqua Conde") Através da Indaqua	Vila do Conde	42,86 42,86	Distribuição de Água	Dez-07	-
Indaqua Fafe – Gestão de Águas de Fafe, S.A. ("Indaqua Fafe") Através da Indaqua	Fafe	42,80 42,80	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Dez-95	-
Indaqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. ("Indaqua Feira") Através da Indáqua Através da Mota-Engil Engenharia	Sta. Maria da Feira	41,72 40,72 1,00	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Mar-99	-
Indaqua Matosinhos - Gestão Águas de Matosinhos, S.A. ("Indaqua Matosinhos") Através da Indaqua Através da Mota-Engil Engenharia	Matosinhos	42,79 41,79 1,00	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	Jun-07	-
Indaqua Santo Tirso – Gestão de Águas de Santo Tirso, S.A. ("Indaqua St. Tirso") Através da Indaqua	Santo Tirso	42,86 42,86	Exploração e gestão de sistemas de água e saneamento	-	-
Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, S.A. ("Sadoport") Através da SLPP	Setúbal	45,00 45,00	Operador portuário de terminais	-	-
SLPP - Serviços Logísticos de Portos Portugueses, S.A. ("SLPP") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Linda-a-Velha	50,00 50,00	Operador portuário de terminais	Out-05	-
TTRM, Transferência e Triagem de Resíduos da Madeira ACE ("TTRM") Através da Suma	Funchal	15,38 15,38	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	Jul-07

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação	Actividade	Data de Constituição	Data de Aquisição
Área de Negócio - Concessões de Transportes					
Aenor – Auto-Estradas do Norte, S.A. ("Aenor") Através da MECT	Matosinhos	35,11 35,11	Concessão Rodoviária	Jun-99	-
LusoLisboa AE da Grande Lisboa, S.A. ("LusoLisboa") Através da MECT	Lisboa	36,09 36,09	Concessão Rodoviária	Dez-06	-
Lusoscut – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A. ("Lusoscut BLA") Através da MECT	Viseu	36,09 36,09	Concessão Rodoviária	Mar-01	-
Lusoscut – Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A. ("Lusoscut CP") Através da MECT	Aveiro	36,09 36,09	Concessão Rodoviária	Mar-00	-
Lusoscut – Auto Estradas do Grande Porto, S.A. ("Lusoscut GP") Através da MECT	Matosinhos	36,09 36,09	Concessão Rodoviária	Jul-02	-
Operadora GL - Op. e Manut. de Auto-Estradas, SA ("Operadora LusoLisboa") Através da LusoLisboa	Lisboa	36,09 36,09	Operação e manutenção de auto-	Dez-06	-
Operadora Lusoscut BLA – Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A. ("Operadora Lusoscut BLA") Através da Lusoscut BLA	Viseu	36,09 36,09	Operação e manutenção de auto- estradas	Mar-01	-
Operadora Lusoscut CP – Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A. ("Operadora Lusoscut CP") Através da Lusoscut CP	Aveiro	36,09 36,09	Operação e manutenção de auto- estradas	Mar-00	-
Operadora Lusoscut GP – Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A. ("Operadora Lusoscut GP") Através da Lusoscut GP	Matosinhos	36,09 36,09	Operação e manutenção de auto- estradas	Jul-02	-
Operanor – Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A. ("Operanor") Através da Aenor	Matosinhos	35,11 35,11	Operação e manutenção de auto-	Jun-99	-

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Empresas registadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

As empresas do Grupo e associadas incluídas na consolidação pela aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, suas respectivas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2007, são as seguintes:

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação
Acero ("Acero")	Polónia	37,50
Agromec Balaciu S.A. ("AgromecB")	Roménia	17,44
Agrozootehnica	Roménia	20,06
Ambilital – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM. ("Ambilital")	Portugal	30,14
Asinter – Comércio Internacional, Lda. ("Asinter")	Portugal	30,00
Auto Sueco Angola, S.A. ("Auto Sueco Angola")	Angola	25,50
Bippen Kg ("Bippen")	Alemanha	37,50
Bukowsko Wind Energy ("Bukowsko")	Polónia	37,50
Clean Energy Solutions ("CES")	Suécia	18,75
Cimertex Angola – Sociedade de Máquinas e Equipamentos, Lda. ("Cimertex Angola")	Angola	44,90
Citrup – Centro Integrado de Resíduos, Lda. ("Citrup")	Portugal	18,45
Ecolezíria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, E. I. M. ("Ecolezíria")	Portugal	15,07
Empresa de Terraplenagem e Pavimentações – Paviterra, SARL (Angola) ("Paviterra")	Angola	49,00
Eurocab FV 1 S.L. ("Eurocab 1")	Espanha	37,50
Eurocab FV 2 S.L. ("Eurocab 2")	Espanha	37,50
Eurocab FV 3 S.L. ("Eurocab 3")	Espanha	37,50
Eurocab FV 4 S.L. ("Eurocab 4")	Espanha	37,50
Eurocab FV 5 S.L. ("Eurocab 5")	Espanha	37,50
Eurocab FV 6 S.L. ("Eurocab 6")	Espanha	37,50
Eurocab FV 7 S.L. ("Eurocab 7")	Espanha	37,50
Eurocab FV 8 S.L. ("Eurocab 8")	Espanha	37,50
Eurocab FV 9 S.L. ("Eurocab 9")	Espanha	37,50
Eurocab FV 10 S.L. ("Eurocab 10")	Espanha	37,50
Eurocab FV 11 S.L. ("Eurocab 11")	Espanha	37,50
Eurocab FV 12 S.L. ("Eurocab 12")	Espanha	37,50
Eurocab FV 13 S.L. ("Eurocab 13")	Espanha	37,50
Eurocab FV 14 S.L. ("Eurocab 14")	Espanha	37,50
Eurocab FV 15 S.L. ("Eurocab 15")	Espanha	37,50
Eurocab FV 16 S.L. ("Eurocab 16")	Espanha	37,50
Eurocab FV 17 S.L. ("Eurocab 17")	Espanha	37,50
Eurocab FV 18 S.L. ("Eurocab 18")	Espanha	37,50
Eurocab FV 19 S.L. ("Eurocab 19")	Espanha	37,50
Eviva Agrighiol SRL ("Eviva Agrighiol")	Roménia	37,17
EVIVA Beteiligungsverwaltungs GmbH ("Eviva GMBH")	Alemanha	37,50
Eviva Casimcea SRO ("Eviva Casimcea")	Roménia	37,17
Eviva Drzezewo Sp. Zo.o. ("Eviva Drzezewo")	Polónia	37,50
Eviva Dunowo Sp. z o.o. ("Eviva Dunowo")	Polónia	18,75
Eviva Electricity ("Eviva Electricity")	EUA	30,00
Eviva Energy Pty Ltd ("Eviva Pty")	África do Sul	30,00
Eviva Energias Renovables, S.A. ("Eviva ER Espanha")	Espanha	37,50
Eviva Gać Sp. Zo.o. ("Eviva Gac")	Polónia	37,50
Eviva Hidro SRL ("Eviva Hidro")	Roménia	37,13
Eviva Mepe ("Eviva Mepe")	Portugal	37,50
Eviva Nalbant SRO ("Eviva Nalbant")	Roménia	37,17
Eviva Spółka Akcyjna sp z o.o. ("Eviva Polónia")	Polónia	37,50

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação
Eviva SGPS, S.A. ("Eviva")	Portugal	37,50
Eviva Zębów Sp. Zo.o. ("Eviva Zebow")	Polónia	37,50
Gebox S.A. ("Gebox")	Portugal	18,75
Holleben Kg ("Holleben")	Alemanha	37,50
Inwestycje Wiatr Projekt Sp. z o.o. ("IWP")	Polónia	37,50
Jardimaia - Jardins, Decoração e Animais, Limitada ("Jardimaia")	Portugal	35,00
M City Białystok, Sp. Z.o.o. ("M City Bialystok")	Polónia	37,50
M City Gliwice, Sp. Z.o.o. ("M City Gliwice")	Polónia	37,50
M City Legnica, Sp. Z.o.o. ("M City Legnica")	Polónia	37,50
M City Radom, Sp. Z.o.o. ("M City Radom")	Polónia	37,50
M City Szczecin, Sp. Z.o.o. ("M City Radom")	Polónia	37,50
MadeirasV, Sociedade Madeiras do Vouga, SA ("MadeirasV")	Portugal	37,50
Martifer - SGPS, S.A. ("Martifer SGPS")	Portugal	37,50
Martifer Alumínios, S.A. ("Martifer Alumínios")	Portugal	20,63
Martifer Alumínios S.A. ("MTAL Espanha")	Espanha	20,63
Martifer Aluminium Sp. Z o.o. ("Aluminium")	Polónia	20,63
Martifer Angola ("Martifer Angola")	Luanda	21,80
Martifer Beteiligungsverwaltungs GmbH ("MT GMBH")	Alemanha	37,50
Martifer Constructii, s.r.l. ("Construct")	Roménia	37,50
Martifer Construcciones Metalicas España, S.A. ("Martifer Espanha")	Espanha	37,50
Martifer – Construções Metalomecânicas, S.A. ("Martifer")	Portugal	37,50
Martifer CZ, S.R.O. ("Martifer CZ")	Rep. Checa	50,00
Martifer Deutschland, GmbH ("Martifer Deutsch")	Alemanha	37,50
Martifer Energy Systems SGPS, S.A. ("MT Energy Systems")	Portugal	37,50
Martifer Energy Systems SGPS II, S.A. ("MT Energy Systems II")	Portugal	37,50
Martifer Energia, S.A. ("Martifer Energia")	Portugal	37,50
Martifer Energia RO SRL ("EnergiaRO")	Roménia	37,50
Martifer Gestão de Investimentos, S. A. ("Martifer Gestão de Investimentos")	Portugal	37,50
Martifer Inc. ("MTINC")	EUA	37,50
Martifer Indústria SGPS, S.A. ("Martifer Indústria")	Portugal	37,50
Martifer Inovação e Gestão, S.A. ("MT Inovação")	Portugal	37,50
Martifer Konstrukcje, Sp. Z. O. O. ("Konstrukcje")	Polónia	37,50
Martifer Polska Spolka Z. O. O. ("Martifer Polska")	Polónia	37,50
Martifer Retail & Warehousing Angola, SA ("Martifer Retail Angola")	Angola	36,00
Martifer Retail & Warehousing SRL ("Martifer Retail")	Roménia	18,75
Martifer, SK Eslováquia ("Martifer Eslováquia")	Eslováquia	37,50
Martifer Solar, S.A. ("Martifer Solar")	Portugal	20,63
Martifer Solar Angola ("MT Solar Angola")	Angola	15,47
Martifer Solar - Sistemas Solares, S.A. ("MT Solar Espanha")	Espanha	20,63
Martifer Wood Pellets, S.A. ("Wood Pellets")	Portugal	29,63
Martins & Coutinho, Construções em Aço Inox, Lda. ("Martins & Coutinho")	Portugal	28,13
M Energy, S.A. ("M Energy")	Portugal	37,50
Mondefin Combustíveis, S.A. ("Mondefin")	Portugal	20,06
M Wind Energy SRL ("Eviva Energy srl")	Roménia	37,34
M Wind SRO ("Eviva sro")	Eslováquia	37,50
MW Topolog SRL ("MW Topolog")	Roménia	36,97

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Designação	Sede	Percentagem Efectiva da Participação
Nagatel Viseu, Promoção Imobiliária S.A. ("Nagatel Viseu")	Portugal	37,50
Nova Eco LLC ("Nova Eco")	Ucrânia	18,75
Park Logistyczny Biskupice ("Biskupice")	Polónia	33,75
Parque Eólico do Cabeço Norte, SA "(Parque Eólico Cabeço Norte")	Portugal	12,19
Parque Eólico do Douro Sul, SA "(Parque Eólico Douro Sul")	Portugal	12,19
Parque Eólico do Pinhal Oeste, SA "(Parque Eólico Pinhal Oeste")	Portugal	12,19
Parque Eólico do Planalto, SA "(Parque Eólico Planalto")	Portugal	12,19
Parque Eólico da Serra do Oeste, SA "(Parque Eólico Serra Oeste")	Portugal	12,19
Parque Eólico de Torrinhelas, SA "(Parque Eólico Torrinhelas")	Portugal	12,19
Parque Eólico de Vale do Chão, SA "(Parque Eólico Vale Chão")	Portugal	12,19
Parque Eólico de Vale Grande, SA "(Parque Eólico Vale Grande")	Portugal	12,19
Power Blades, S.A. ("Power Blades")	Portugal	37,50
Prio SGPS, S.A. ("Prio SGPS")	Portugal	20,06
Prio Advanced Fuels, S.A. ("Prio Ad. Fuels")	Portugal	20,06
Prio Agricultura, s.r.l. ("Agromart")	Roménia	20,06
Prio Agricultura e Extração, Lda ("Prio Extract")	Portugal	20,06
Prio Agricultura Ialomita SRL ("Prio Ialomita")	Roménia	20,06
Prio Agricultura Moçambique ("Prio Moçambique")	Moçambique	12,04
Prio Agro Făcăieni SRL ("Prio Făcăieni")	Roménia	20,06
Prio Agromart SRL ("Prio Agromart")	Roménia	20,06
Prio Balta SRL ("Prio Balta")	Roménia	20,06
Prio Biocombustibil, s.r.l. ("Biomart")	Roménia	20,06
Prio Biocombustíveis S.A. ("Biocomb")	Portugal	20,06
Prio Biopaliwa, SP Z.o.o. ("Prio Biopaliwa")	Portugal	20,06
Prio Gestão Trading e Logística, SA ("Prio GTL")	Portugal	20,06
Prio Rapita SRL ("Prio Rapita")	Roménia	20,06
Prio Terra Agrícola SRL ("Prio Terra")	Roménia	20,06
Prio Turism Rural SRL ("Prio Turism")	Roménia	20,06
Promoquatro, Investimentos Imobiliários Lda. ("Promoquatro")	Portugal	18,75
Reblades, S.A. ("Reblades")	Portugal	12,33
Repower Portugal, Sistemas Eólicos S.A. ("Repower Portugal")	Portugal	23,44
Socibil, SARL ("Socibil")	Angola	47,85
Solar Parks Construcción Parques Solares ETVE SA ("Solar Parks")	Espanha	10,31
Solar Planet Promocion de Parques Solares ETVE S.A. ("Solar Planet")	Espanha	28,13
SolService - Angola ("SolsAngola")	Angola	30,60
Soltysowska Project Development Sp. z o.o. ("Soltysowska")	Polónia	34,00
Sonauta-Sociedade de Navegação, Lda. ("Sonauta")	Angola	83,00
Tersado - Terminais Portuários do Sado, S.A. ("Tersado")	Portugal	25,00
TMB - Terminal Multiusos de Beato, S.A. ("TMB")	Portugal	33,98
Turalgo-Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A. ("Turalgo")	Portugal	51,00
Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")	Portugal	32,20
Ventinvest, S.A. ("Ventinvest")	Portugal	12,33
Ventinveste Indústria, SGPS ("Ventinvest SGPS")	Portugal	12,33
Ventinvest Edica, SGPS, SA ("Ventinvest Edica")	Portugal	12,33
Ventipower SA ("Ventipower")	Portugal	12,33
WPT - Wind Power Transmission, S.A. ("Wind Power")	Portugal	12,50
Zimbrul ("Zimbrul")	Roménia	20,06

Relatório sobre as Práticas de Governo Societário

0. Declaração de cumprimento

Dando cumprimento ao regulamento nº7/2001 da CMVM (com a redacção dada pelos regulamentos nº11/2003 e nº10/2005 da mesma Comissão), declara-se que, conforme explicitado neste Relatório, a sociedade adoptou as “Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas”, com excepção das seguintes recomendações:

- Parcialmente a recomendação 8 porque não foram discriminadas por administrador as remunerações do Conselho de Administração;
- Recomendação 8A, pois não foi submetida à Assembleia Geral Anual de Accionistas uma declaração sobre a política de remunerações dos Órgãos Sociais;
- Parcialmente a recomendação 9, porque nem todos os membros da Comissão de Vencimentos são independentes em relação ao Órgão de Administração;
- A recomendação 10A, porque a sociedade ainda não formalizou a política de comunicação interna de irregularidades.

1. Divulgação de informação

A repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial, atendendo à sua natureza de Sociedade Gestora de Participações Sociais, apresenta-se não sob a forma de organigramas ou mapas funcionais, mas sim através da descrição dos pelouros que encerram as competências do órgão de administração, efectuada no ponto 4., bem como se consubstancia na descrição das regras societárias do ponto 3., onde se descreve a existência de regras inerentes aos processos de decisão críticos dentro do GRUPO de empresas.

A Comissão de Investimento, Auditoria e Risco é composta por três membros permanentes (dois administradores executivos e um administrador não executivo independente), e poderá convidar outros responsáveis do GRUPO ligados aos projectos em avaliação. As atribuições desta comissão são apresentadas no ponto 3.

A Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos tem como membros permanentes um administrador da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e os Presidentes dos Conselhos de Administração das Áreas de Negócio. As principais funções desta comissão são as de monitorar os níveis de produtividade, remuneração e “igualdade de oportunidades”, avaliar os programas de captura e desenvolvimento de quadros de elevado valor, definir as orientações dos sistemas de avaliação e incentivos, planos de carreiras, plano de formação e plano de recrutamento e selecção, avaliar regularmente a motivação dos colaboradores, e definir a cultura e valores chave coordenando esforços para a sua implementação no GRUPO.

A descrição da evolução da cotação das acções da MOTA-ENGIL SGPS, SA efectua-se no capítulo 2. do Relatório de Gestão Consolidado para onde se efectua a consequente remissão.

Não ocorreram, durante o exercício de 2007, emissões de acções ou de outros valores mobiliários que confirmem direito à subscrição ou aquisição de acções.

A política de dividendos adoptada pela sociedade consiste na atribuição de um dividendo que materialize, em cada ano económico, um “Pay-Out Ratio” mínimo de 50% e máximo de 75%, calculado com base nos resultados consolidados, dependendo da avaliação pelo Conselho de Administração de um conjunto de condições temporais, mas onde pontifica o objectivo de atingir uma adequada remuneração do capital accionista por essa via. Nos últimos 3 exercícios o dividendo por acção ascendeu em 2004 a 8 cêntimos, em 2005 a 10 cêntimos e em 2006 a 11 cêntimos.

O resultado líquido do exercício de 2007 inclui um ganho de capital não recorrente, e extra actividade operacional resultante da oferta pública de subscrição (IPO) da MARTIFER no montante de cerca de 67,4 milhões de euros. Pelo facto deste ganho não ter afectado positivamente a tesouraria da EMPRESA, a proposta de aplicação de resultados incluída no Relatório de Gestão Consolidado com referência a 31 de Dezembro de 2007, propõe a distribuição aos accionistas de um dividendo de 11 cêntimos por acção relativo ao exercício de 2007, calculado de acordo com a política de dividendos descrita acima, embora expurgando o referido ganho de capital com a IPO da Martifer.

O GRUPO anunciou resultados trimestrais em 30 de Maio, 19 de Setembro e 14 de Novembro de 2007.

Não existem, actualmente quaisquer planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções, relativos à sociedade.

Não foram efectuados negócios nem outras operações entre a sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo, excepto os negócios que fazendo parte da actividade corrente, foram realizados em condições normais de mercado.

A sociedade utiliza com intensidade as novas tecnologias de informação, concretamente o correio electrónico, na divulgação de informação de natureza financeira, designadamente no contacto com investidores e analistas, com a imprensa da especialidade e com as autoridades de mercado, Comissão de Valores Mobiliários e Euronext Lisboa.

Existe uma página oficial na *Internet*, sob o endereço www.mota-engil.pt, onde, para além das actividades do GRUPO MOTA-ENGIL, se disponibiliza informação financeira, designadamente os Relatórios e Contas, os *comunicados de informação privilegiada* e outras *press-releases*, bem como as apresentações de resultados em formato electrónico. Este sítio na *Internet* encontra-se organizado de acordo com o disposto no artº 3º-A do Regulamento nº7/2001 da CMVM.

A empresa divulga ainda informação diversa sobre a sua actividade através das versões em papel e electrónica do seu boletim: Sinergia.

Adicionalmente, existem diversos sítios na *internet* de empresas do GRUPO, aos quais se poderá aceder através do menú de *links* da página oficial.

O responsável pela Direcção de Relações com o Mercado é o Dr. João Vermelho, cujos contactos são:

João Vermelho
Rua Mário Dionísio nº2
2796-957 Linda-a-Velha
tel. 351 214 158 200
fax. 351 214 158 688
e-mail: jvermelho@mota-engil.pt

Qualquer investidor ou analista poderá ainda entrar em contacto com a empresa através do seu Representante para as Relações com o Mercado, Dr. Eduardo Rocha, por correio electrónico, pelo endereço erocha@mota-engil.pt.

De acordo com os estatutos as remunerações dos Administradores e dos membros dos restantes órgãos sociais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos composta por três accionistas. A composição actual desta comissão é a seguinte: Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa, ambos membros do órgão de administração, e Engº Manuel Teixeira Mendes.

Durante o exercício de 2007 foram pagos, pela MOTA-ENGIL SGPS, SA e associadas, a todas as pessoas singulares e colectivas da mesma rede do auditor, registado na CMVM, os seguintes montantes: 475 mil euros por serviços de revisão legal de contas; 27 mil euros por serviços de garantia de fiabilidade; 53 mil euros por serviços de consultoria fiscal e 106 mil euros por outros serviços.

2. Exercício do direito de voto e representação de accionistas

Nos termos dos Estatutos, a Assembleia Geral é constituída pelos accionistas com direito de voto possuidores de acções que, desde, pelo menos, cinco dias antes da data da reunião da Assembleia:

- a. Tenham sido registadas em seu nome em conta aberta junto da própria sociedade, quando a lei o permita, ou de outras entidades autorizadas para o efeito, se foram escriturais;
- b. Se encontrem, consoante a sua natureza e regime, averbadas em seu nome nos registos da sociedade ou depositadas em seu nome junto desta ou de outra entidade legalmente autorizada para o efeito se forem tituladas.

O registo em conta de valores mobiliários escriturais e o depósito supra referidos, quando não hajam sido feitos na própria sociedade, terão de ser comprovados mediante certificado emitido pela entidade em que foram efectuados e que dê entrada na sociedade até, pelo menos, quatro dias antes da data fixada para a reunião da Assembleia Geral.

Os accionistas que não possuírem o número de acções necessário para terem direito a voto poderão agrupar-se por forma a perfazê-lo, devendo designar por acordo um só de entre eles para os representar na Assembleia Geral.

Os obrigacionistas só podem assistir às reuniões da Assembleia Geral através dos seus representantes comuns, designados nos termos, respectivamente, do artigo 343º e dos Artigos 357º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais.

A cada grupo de cem acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resulte da divisão por cem do número das acções que possuam, sem qualquer limite.

As votações serão feitas pelo modo designado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Os accionistas que sejam pessoas colectivas far-se-ão representar por pessoa para o efeito designada pela respectiva Administração ou Conselho de Administração Executivo.

Todas as representações deverão ser comunicadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral através de documento escrito com assinatura e entregue na sede social até quatro dias antes da data da Assembleia Geral, e que, especificando a reunião a que respeita, pela indicação da data, hora e local em que se realize e da respectiva Ordem de Trabalhos, confira inequivocamente o mandato ao representante, com adequada identificação deste último.

Os accionistas poderão votar por correspondência, mas apenas relativamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, e sem prejuízo da obrigatoriedade da tempestiva prova da qualidade de accionista, nos termos supra indicados.

A declaração de voto por correspondência só será admitida quando assinada pelo titular das acções ou seu representante legal.

Com vista a assegurar a confidencialidade do voto até ao momento da votação, a declaração de voto supra referida deverá ser encerrada em sobrescrito fechado, no qual deverá ser escrita a expressão "declaração de voto".

O sobrescrito contendo a declaração de voto deverá ser encerrado num outro acompanhado de carta emitida pelo accionista e dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, enviada por correio registado, nela expressando a sua vontade inequívoca de votar por correspondência. A referida carta deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal e acompanhada de cópia do bilhete de identidade do accionista, se este for uma pessoa singular, ou, tratando-se de pessoa colectiva, acompanhada da prova da qualidade e dos poderes para o acto.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste, de forma expressa e inequívoca:

- a. A indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b. A proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c. A indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente.

Não obstante o disposto na alínea b. supra, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra todas as demais propostas sobre o mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

Não obstante o disposto na alínea c. supra, pode o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou, se for o caso, ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos constantes de declarações não aceites.

Não é possível exercer o direito de voto por meios electrónicos.

As deliberações sociais são tomadas por maioria simples dos votos emitidos na Assembleia, salvo quando a lei ou o presente contrato dispuserem diferentemente.

Em primeira convocação, a Assembleia Geral apenas poderá deliberar desde que se encontrem presentes ou representados accionistas que detenham acções correspondentes a mais de cinquenta por cento do capital social.

3. Regras Societárias

A sociedade, enquanto *holding* do GRUPO MOTA-ENGIL, possui um Regulamento Interno, aprovado em Conselho de Administração e formalmente comunicado a todas as empresas do GRUPO MOTA-ENGIL onde existe uma relação de domínio, ou de influência dominante ou significativa, dado que exerce a sua actividade económica de forma indirecta através das suas participadas.

Ao abrigo desse regulamento os Conselhos de Administração das participadas devem obter aprovação prévia do Conselho de Administração da *holding* relativamente à prática de um conjunto de actos de gestão exhaustivamente previstos no dito regulamento, considerados como de elevado impacto nos negócios do GRUPO ou por versarem matérias que a *holding* entende como compreendidas no seu exclusivo âmbito de competências.

Para além do referido sobre o Regulamento Interno aprovado pelo Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e divulgado junto das empresas do GRUPO existe uma Comissão de Auditoria, Investimento, e Risco que tem como principais funções e responsabilidades apreciar e sugerir políticas de investimento e risco de negócios e projectos ao Conselho de Administração, examinar e emitir parecer sobre projectos de investimento ou desinvestimento, emitir parecer sobre a entrada e saída em novas áreas de negócio, e monitorizar operações financeiras e societárias relevantes.

Refira-se ainda a existência de Departamentos de Qualidade nas empresas Certificadas ou em processo de certificação e de Departamentos de Segurança nas empresas que se dedicam ao segmento da Engenharia e Construção. É também órgão da MOTA-ENGIL, SGPS, SA a Direcção de Responsabilidade Social e Corporativa e Sustentabilidade.

Conforme decorre das disposições estatutárias reproduzidas no capítulo anterior, não existem limites estatutários ao exercício de direitos de voto. Não existem direitos especiais de um accionista ou de um conjunto de accionistas, nem a sociedade tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais.

4. Órgão de Administração

O Conselho de Administração é composto pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e por 7 Vogais, dos quais três são administradores não-executivos. Não existe a figura da Comissão Executiva.

O Conselho de Administração tem a seguinte composição :

Presidente - Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Vice-Presidente - Eng. António Jorge Campos de Almeida
Vogais: Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Eng^a. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
Professor Doutor Luís Valente de Oliveira (não executivo)
Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (não executivo)
Dr. António Manuel da Silva Vila Cova (não executivo)

De acordo com o disposto no artº 1º do regulamento nº 7/2001 da CMVM consideram-se administradores independentes não executivos:

- Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
- Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
- Dr. António Manuel da Silva Vila Cova

Listam-se nos parágrafos seguintes as sociedades em que os membros actuais do órgão de administração da MOTA-ENGIL - SGPS, SA exercem cargos sociais:

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- empresa agrícola e florestal portuguesa, s.a.
- fm - sociedade de controlo, sgps, s.a.
- mota gestão e participações, sgps,s.a.
- vallis - sgps, s.a.

Administrador das seguintes sociedades:

- antónio de lago cerqueira, s.a
- auto sueco (angola), sarl.

Gerente da:

- sociedade agrícola moura basto, lda.

Presidente da mesa da Assembleia Geral das seguintes sociedades:

- tratofoz – sociedade de tratamento de resíduos, s.a.
- mota – engil, ambiente e serviços, sgps, s.a.
- ctp – companhia portuguesa de trabalhos portuários e construções, s.a.
- martifer – sgps, s.a.
- sunviauto – indústria de componentes automóveis, s.a.
- mota-engil, engenharia e construção, s.a.

Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos das seguintes sociedades:

- antónio de lago cerqueira, s.a
- almaque – serviços técnicos, s.a.
- aurimove – sociedade imobiliária, s.a.
- cargorail – transportes de mercadorias, s.a.
- emsa – sociedade imobiliária, s.a.
- meits - mota-engil – imobiliário e turismo, s.a.
- mesp – mota-engil serviços partilhados administrativos e de gestão, s.a.
- planinova – sociedade imobiliária, s.a.
- suma – serviços urbanos e meio ambiente, s.a.
- mota – engil, tecnologias de informação, s.a.
- mota-engil ii, gestão, ambiente, energia e concessões de serviços, s.a.
- ctp – companhia portuguesa de trabalhos portuários e construções, s.a.
- sedengil – sociedade imobiliária, s.a.
- martifer – sgps, s.a.
- nortedomus – sociedade imobiliária, s.a.
- manvia – manutenção e exploração de instalações e construção, s.a.
- mota-engil, ambiente e serviços, sgps, sa
- mota-engil, engenharia e construção, s.a.
- sol - s - internacional, tecnologias de informação, sa
- vibeiras – sociedade comercial de plantas, s.a.
- área golfe – gestão, construção e manutenção de campos de golfe, s.a.
- ferrovias e construções, s.a.
- tertir – terminais de portugal, s.a.
- tratofoz – sociedade de tratamento de resíduos, s.a.

Eng. António Jorge Campos de AlmeidaAdministrador das seguintes sociedades:

- aenor – auto-estradas do norte, s.a.
- lusoscut – auto estradas das beiras litoral e alta, s.a.
- lusoscut – auto-estradas da costa da prata, s.a.
- lusoscut – auto-estradas do gp, s.a.
- lusolisboa – auto-estradas da grande lisboa, s.a.
- operanor – operação e manutenção de auto-estradas, s.a.
- operadora lusoscut bla – operação e manutenção de auto-estradas, sa
- operadora lusoscut – operação e manutenção de auto-estradas, s.a.
- operadora lusoscut gp – operação e manutenção de auto-estradas, s.a.
- operadora gl – operação e manutenção de auto-estradas, s.a.
- martifer, sgps, s.a.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral das seguintes sociedades:

- rima – resíduos industriais e meio ambiente, s.a.
- manvia – manutenção e exploração de instalações e construção, s.a.
- vibeiras – sociedade comercial de plantas, s.a.
- suma – serviços urbanos e meio ambiente, s.a.
- indáqua – indústria e gestão de águas, s.a.

Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da:

- mota-engil, tecnologias de informação, s.a.

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos SantosPresidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- algosi – gestão de participações sociais, sgps, s.a.
- antónio de lago cerqueira, sa.

Administradora das seguintes sociedades:

- empresa agrícola florestal portuguesa, s.a.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2007

26 DE FEVEREIRO DE 2008

116

- f. m. – sociedade de controlo, sgps, s.a.
- mota gestão e participações, sgps, s.a.
- agrimota – sociedade agrícola e florestal, s.a.

Gerente das seguintes sociedades

- casal agrícola de parada, lda
- edifícios galiza – sociedade imobiliária, limitada
- ladário – sociedade de construção, lda.
- largo do paço – investimentos turísticos e imobiliários, limitada.
- matiprel – materiais pré-fabricados, limitada.
- predimarão – sociedade de construções, limitada
- serra lisa – sociedade de empreendimentos imobiliários, lda.
- sociedade agrícola moura basto, lda.
- cerâmica do boialvo, lda.
- mineira do jarmelo, lda.
- mineira de pensalvos, lda.

Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos das seguintes sociedades:

- antónio de lago cerqueira, s.a.
- almaque – serviços técnicos, s.a.
- corgorail – transportes de mercadorias, s.a.
- indâqua – indústria e gestão de águas, s.a.
- mota-engil ii, gestão, ambiente, energia e concessões de serviços, s.a.
- martifer – sgps, s.a.
- mesp – mota-engil serviços partilhados administrativos e de gestão, s.a.
- soprocil – sociedade de projectos e construções civis, sa, em representação da antónio lago cerqueira, s.a.
- e.a. moreira – agentes de navegação, s.a.
- liscont – operadores de contentores, s.a.
- tertir – terminais de portugal, s.a.
- tratofoz – sociedade de tratamento de resíduos, s.a.

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

Vice-Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- f. m. – sociedade de controlo, sgps, s.a.
- vallis, sgps, s.a.

Administradora das seguintes sociedades:

- antónio de lago cerqueira, s.a.
- mota gestão e participações, sgps, s.a.
- sdci – sociedade de distribuição e comércio internacional, s.a.
- supermercados navarras, s.a.

Gerente das seguintes sociedades:

- edifícios galiza – sociedade imobiliária, lda.
- imobiliária toca do lobo, lda.
- matiprel – materiais pré-fabricados, lda.
- sociedade agrícola moura basto, lda.
- casal agrícola de parada, lda.
- mineira de pensalvos, lda.
- mineira do jarmelo, lda.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da:

- empresa agrícola florestal portuguesa, s.a.

Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da

- aurimove, sociedade imobiliária, s.a.
- manvia – manutenção e exploração de instalações e construções, s.a.
- meits – mota-engil, imobiliário e turismo, s.a.
- mesp – mota-engil serviços partilhados administrativos e de gestão, s.a.
- mota-engil ambiente e serviços, s.a.
- mota-engil engenharia e construção, s.a.

- nortedomus – sociedade imobiliária, s.a.
- planinova – sociedade imobiliária, s.a.
- sedengil – sociedade imobiliária, s.a.
- vibeiras – sociedade comercial de plantas, s.a.
- emsa – empreendimentos e exploração de estacionamento, s.a.
- liscont – operadores de contentores, s.a.
- área golfe – gestão, construção e manutenção de campos de golfe, s.a.
- tratofoz – sociedade de tratamento de resíduos, s.a.

Eng^a. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades:

- r.t.a. – rio tâmega, turismo e recreio, s.a.
- sga – sociedade do golfe de amarante, s.a.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da:

- algosi – gestão de participações sociais, sgps, s.a.

Administradora das seguintes sociedades:

- antónio de lago cerqueira, s.a.
- empresa agrícola florestal portuguesa, s.a.
- f.m. – sociedade de controlo, sgps, s.a.
- mota gestão e participações, sgps, s.a.

Gerente das seguintes sociedades:

- edifícios galiza – sociedade imobiliária, lda.
- largo do paço – investimentos turísticos e imobiliários, lda.
- matiprel – materiais pré-fabricados, lda.
- predimarão – sociedade de construções, lda.
- sociedade agrícola moura bastos, lda.
- verotâmega – sociedade imobiliária, lda.
- casal agrícola de parada, lda.
- mineira do jarmelo, lda.
- mineira de pensalvos, lda.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da:

- emsa – empreendimentos e exploração de estacionamento, s.a.

Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos das seguintes sociedades:

- mota-engil ii, gestão, ambiente, energia e concessões de serviços, s.a.
- antónio de lago cerqueira, s.a.
- s.g.a. – sociedade do golfe de amarante, s.a.
- r.t.a. – rio tâmega, turismo e recreio, s.a.

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha

Presidente do conselho Geral da

- vortal – comércio electrónico, consultadoria e multimédia, sa em representação da mota-engil, sgps, s.a

Administrador das seguintes sociedades:

- algosi – gestão de participações sociais, sgps, s.a.
- martifer – sgps, s.a.
- vallis – sgps, s.a.

Membro da comissão de Fixação de Vencimentos da:

- mota – engil, tecnologias de informação, s.a.

Prof. Doutor Luis Valente de Oliveira

Vice-Presidente do Conselho de Administração da:

- aep – associação empresarial de portugal

Membro do Conselho Directivo da:

- fundação luso-americana para o desenvolvimento

Membro do Conselho Geral e de Supervisão do:

- banco comercial português, s.a.

Membro do Conselho Superior do:

- banco comercial português, s.a.

Presidente da Comissão de Auditoria e Risco do:

- banco comercial português, s.a.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral das seguintes sociedades:

- alberto martins mesquita & filhos, lda.
- eurisko, s.a.
- visionarium, s.a.
- triálogo, da exponor-digital, s.a.
- parque-invest, s.a.
- tirso-parques, s.a.

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Administrador das seguintes sociedades:

- sgc investimentos, s.a.
- epm – sgps, s.a.
- fundação serralves
- jpc – holdings, sgps, s.a.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral das seguintes sociedades:

- interbanco, s.a.
- alfraparque, s.a.
- gabarito, s.a.
- jadinca, sgps, s.a.
- jpc – holdings, sgps, s.a.
- ptdp, s.a.
- sgc imobiliária, s.a.
- vinair aeroserviços, s.a.
- wts, s.a.

Membro do Conselho Fiscal da:

- fundação belmiro de azevedo

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova

Administrador não executivo do:

- banco finantia, s.a.

Todos os membros executivos do Conselho de Administração exercem funções de administração em empresas do GRUPO MOTA-ENGIL há mais de 5 anos. As funções exercidas nos últimos 5 anos pelos administradores não executivos, para além das exercidas no GRUPO MOTA-ENGIL, são como segue:

Prof. Doutor Luis Valente de Oliveira

Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação; Vice-Presidente da AEP – Associação Empresarial de Portugal; Director da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; e Conselheiro do Banco Comercial Português.

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Jurisconsulto nas áreas do direito financeiro e do direito fiscal; Advogado especialista em direito fiscal; Consultor da comissão executiva da SonaeCom, encontrando-se encarregado de dirigir o departamento legal, o departamento fiscal, o departamento de relações públicas e o departamento de regulação; Administrador da SGC-Investimentos, S.A., da EPM, SGPS, S.A., da Fundação Serralves e da DotOne - SGPS, S.A..

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova

Administrador da Caixa Geral de Depósitos, S.A., da PME-Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A., do Banco Simeon, S.A. e da LOCAPOR-Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S.A..

A discriminação do número de acções detidas pelos membros do Conselho de Administração encontra-se apresentada no ponto 7 do Relatório de Gestão Consolidado.

As datas da primeira designação como administrador da sociedade, discriminadas por membro do Conselho de Administração são como segue:

	MOTA-ENGIL,SGPS	Outras empresas
Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	31-Mar-2000	7-Set-1987
Eng. António Jorge Campos de Almeida	16-Ago-1990	31-Mar-1982
Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	31-Mar-2000	7-Set-1987
Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	31-Mar-2000	7-Set-1987
Eng ^a . Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	31-Mar-2000	7-Set-1987
Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha	31-Mar-2000	
Professor Doutor Luís Valente de Oliveira	31-Mar-2006	
Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	31-Mar-2006	
Dr. António Manuel da Silva Vila Cova	31-Mar-2006	

O órgão de administração da sociedade exerce o controlo efectivo da vida societária através da distribuição de pelouros executivos aos membros do Conselho de Administração. Os pelouros atribuídos compreendem as funções de controle e coordenação de áreas supra-empresas, isto é as que atravessam horizontalmente todo o universo de empresas do GRUPO.

A discriminação dos pelouros e o seu coordenador é apresentada como segue:

- Desenvolvimento Corporativo, coordenado pelo Engº António Mota
- Finanças Corporativas, coordenado pelo Dr. Eduardo Rocha
- Planeamento e Controlo de Gestão, coordenado pelo Dr. Eduardo Rocha
- Relações com o Mercado de Capitais, coordenado pelo Dr. Eduardo Rocha
- Desenvolvimento dos Recursos Humanos, coordenado pela Dra. Maria Manuela Mota
- Apoio Jurídico, coordenado pelo Engº António Mota
- Desenvolvimento Sustentável, coordenado pelo Dr. Eduardo Rocha
- Comunicação e Relações Externas, coordenado pelo Engº Campos de Almeida

O Conselho de Administração reúne informalmente com frequência mensal, para apreciação das matérias relativas aos negócios das sociedades e do GRUPO, sendo que uma componente significativa das reuniões, se destina especificamente à análise do Relatório de Gestão do Grupo, relativo ao mês anterior, onde se analisa o desempenho económico e financeiro das subsidiárias do GRUPO em termos individuais e consolidados.

Uma parte da remuneração de todos os titulares do órgão de administração, está directamente dependente dos resultados da empresa. Assim, em 2007, os administradores da sociedade auferiram globalmente o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 2,3% dos Resultados Líquidos de 2006, por proposta de aplicação de resultados aprovada em Assembleia Geral de Accionistas.

No exercício de 2007 a remuneração auferida pelo conjunto dos membros do órgão de administração, incluindo a referida no ponto anterior, foi de 2.366.280 euros do qual o montante de 1.533.830 euros a título de remuneração fixa, e o montante de 132.450 euros a título de prémio de presença atribuído aos administradores não executivos.

Relatórios de fiscalização

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da “MOTA – ENGIL, SGPS, S.A.”, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 3 386 325 651 euros e um total de capital próprio de 386 926 207 euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Sociedade de 97 538 375 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras acima referidas.

.../...

.../...

2.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da “MOTA - ENGIL, SGPS, S.A.” em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 11 de Março de 2008

António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores accionistas da
MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de 2007, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu com a regularidade necessária e acompanhou a evolução do Grupo, nomeadamente através dos contactos com o Conselho de Administração da Sociedade e os seus membros e com principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.

De igual modo, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que até 30 de Março de 2007 exerceu as funções de Fiscal Único da Sociedade, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos de prestação de contas consolidadas, a Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Relatório de Auditoria do Auditor inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração.

Porto, 12 de Março de 2008

O Conselho Fiscal

Alberto João Coraceiro de Castro

José Rodrigues de Jesus

Manuel Teixeira Mendes

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Mota Engil S.G.P.S., S.A. e subsidiárias (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 3.386.325.651 Euros e capitais próprios de 386.926.207 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 97.538.375 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Mota Engil, S.G.P.S., S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 11 de Março de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.
SOCIEDADE ABERTA
CAPITAL SOCIAL: 204 635 695 EUROS
MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO
COMERCIAL DO PORTO COM O N.º 56.514
NIPC: 502 399 694

EDIFÍCIO MOTA
RUA DO REGO LAMEIRO, N.º 38
4300-454 PORTO

RUA MÁRIO DIONÍSIO, N.º 2
2796-957 LINDA-A-VELHA

TEL: 351 22 5190300
FAX: 351 22 5190303
WWW.MOTA-ENGIL.PT

TEL: 351 21 4158200
FAX: 351 21 4158688



MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.
RELATÓRIO E CONTAS 2007



Relatório de Gestão

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA elaborou também Contas Consolidadas, sobre as quais emitiu pormenorizado relatório e das quais fará plena divulgação, procedendo à sua publicação.

Assim, e dado que nas Contas Individuais, que se juntam, se encontra reflectida a equivalência patrimonial não existindo nenhuns outros factos relevantes, considera-se que o conteúdo da informação a produzir para as contas individuais é idêntico ao produzido no Relatório Consolidado de Gestão.

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 89.234.727 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 4.461.736 euros e 35 cêntimos;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 27º, nº 3 dos Estatutos o montante de 700.000 euros, correspondentes a cerca de 0,8%;
- c) Para distribuição aos Accionistas, 11 cêntimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 22.509.926 euros e 45 cêntimos;
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 61.563.064 euros e 20 cêntimos.

Informações obrigatórias

Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização

De acordo com o disposto nos artigos 447º do Código das Sociedades Comerciais são os seguintes os números de valores mobiliários emitidos pela MOTA-ENGIL, SGPS, SA e por sociedades com as quais esta se encontra em relação de domínio ou de grupo, detidos no período de 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2007, por titulares de órgãos sociais:

	Detendo em 2007.12.31 acções de									
	MOTA-ENGIL, SGPS, SA				ALGOSI, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
	Qt. Inicial	Movimento	Qt. Final	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
ANTÓNIO MANUEL QUEIRÓS VASCONCELOS DA MOTA (ENG.), CÔNJUGE	4.222.617	50.000	4.272.617	2,09	1.666	16,7	517.500	8,6	19.115	38,2
MARIA MANUELA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DRª) E CÔNJUGE	3.661.841	0	3.661.841	1,79	1.078	10,8	427.500	7,1	10.295	20,6
MARIA TERESA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DRª) E CÔNJUGE	3.736.836	0	3.736.836	1,83	1.078	10,8	427.500	7,1	10.295	20,6
MARIA PAULA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (ENGª) E CÔNJUGE	3.913.051	0	3.913.051	1,91	1.078	10,8	427.500	7,1	10.295	20,6
ANTÓNIO JORGE CAMPOS ALMEIDA (ENGº) E CÔNJUGE	251.475	-50.000	201.475	0,10	0	0,0	0	0,0	0	0,0
EDUARDO JORGE DE ALMEIDA ROCHA (DR.)	0	20.000	20.000	0,01	0	0,0	0	0,0	0	0,0
MANUEL TEIXEIRA MENDES (ENGº) E CÔNJUGE	25.000	0	25.000	0,01	0	0,0	0	0,0	0	0,0
MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA	67.848.381	73.506	67.921.887	33,19	5.100	51,0	0	0,0	0	0,0
ALGOSI - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA	30.538.198	0	30.538.198	14,92	0	0,0	0	0,0	0	0,0
FM, SGPS, SA	0	0	0	0,0	0	0,0	4.200.000	70,0	0	0,0

A MOTA-ENGIL SGPS, SA adquiriu 1.029.774 acções próprias durante o exercício de 2007, detendo, em 31 de Dezembro de 2007, 9.133.745 acções próprias representativas de 4,46% do seu capital social.

Participações de accionistas qualificadas

De acordo com o disposto no artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e do número 1 do artigo 8º do regulamento 4/2004 da CMVM é a seguinte a lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, em 31 de Dezembro de 2007:

1. A F.M. - SOCIEDADE DE CONTROLO, SGPS, SA (FM), com sede na Rua do Rego Lameiro, nº 38, no Porto, com o capital social de Euros 250.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 503.488.860, pessoa colectiva nº 503.488.860 era detida em 31 de Dezembro de 2007 pelos Administradores da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, Engº António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Drª Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos, Drª Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa e Engª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles respectivamente nas percentagens de, para o primeiro de 38,23% e 20,59% para cada uma das três restantes, no total de 100%.

2. A MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, com sede na Rua do Rego Lameiro, nº 38, no Porto, com o capital social de Euros 30.000.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 503.101.524, pessoa colectiva nº 503.101.524 era detida em 31 de Dezembro de 2007 pelos Administradores da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, Engº António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Drª Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota, Drª Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota e Engª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota respectivamente nas percentagens de, para o primeiro de 8,63% e 7,13% para cada uma das três restantes, enquanto que a FM a detém na percentagem de 70,0% pelo que a MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES é detida em 100% pelos referidos.

RELATÓRIO E CONTAS 2006

26 DE FEVEREIRO DE 2008

4

3. A MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, com sede na Rua do Rego Lameiro, Nº 38, no Porto, com o capital social de Euros 30.000.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 503 101 524, pessoa colectiva nº 503 101 524, detinha em 31 de Dezembro de 2007, no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.:

- (i) directamente, 67.921.887 acções escriturais, ordinárias, ao portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 33,19% do capital, e a que correspondem 34,74% dos direitos de voto;
- (ii) indirectamente, através da ALGOSI - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA, com sede na Rua do Rêgo Lameiro, Nº38, no Porto, com o capital social de euros 50.000,00 matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 504.170.945, pessoa colectiva nº 504.170.945, sociedade detida em 51% pela MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, 30.538.198 acções escriturais, ordinárias, ao portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 14,92% do capital, e a que correspondem 15,62% dos direitos de voto.

4. Os membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização da MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA detinham em 31 de Dezembro de 2007, individualmente, no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., acções escriturais, ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euro cada, cuja totalidade era de 15.830.820, correspondentes a 7,74% do capital, e a que correspondem 8,1% dos direitos de voto; dos membros dos referidos órgãos sociais da MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, apenas o Engº António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, individualmente, detém um número de acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA representativas de 2% ou mais do capital (2,09%).

Os direitos de voto, mencionados na alínea (ii) do n.º 3 e no n.º 4 supra, são imputáveis à MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, nos termos do disposto do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

5. A Morgan Stanley & Co International, sociedade com sede em Londres, Inglaterra, comunicou em 23 de Agosto que lhe era imputável uma participação qualificada de 2,61% do capital da MOTA-ENGIL, SGPS, SA (correspondente a 2,72% dos direitos de voto).

6. A N+1 Agência de Valores, actuando como gestor de investimentos da QMC Development Capital Fund Plc (QMC), sociedade Irlandesa com sede em Dublin 2, George's Quay House, 43 Townsend Street, República da Irlanda, informou que a QMC, em 18 de Outubro de 2007, detinha uma participação de 2,05% do capital social, correspondente a 2,14% dos direitos de voto da MOTA-ENGIL, SGPS, SA.

7. A Privado Holding SGPS, S.A informou que em 28 de Dezembro de 2007 lhe passaram a ser imputáveis os seguintes direitos de voto e participações no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A:

- (i) 2,092% dos direitos de voto e 2,00% do seu capital social imputáveis à Kendall II, S.A. (titularidade directa), sociedade gerida pela Geste Advisers Limited, cujo capital e direitos de voto são por si integralmente detidos;
- (ii) 0,038% dos direitos de voto e 0,037% do seu capital social imputáveis ao Banco Privado Português, S.A. (carteira própria), cujo capital e direitos de voto são por si integralmente detidos;
- (iii) 0,015% dos direitos de voto e 0,014% do seu capital social imputáveis ao Banco Privado Português, S.A., por força de contratos de gestão de carteira discricionária com Cliente.

As participações na MOTA-ENGIL, SGPS, SA supra indicadas representavam, assim, 2,145% dos direitos de voto e 2,051% do seu capital social.

Outras informações

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.

Nota final

Nos termos do artigo 245º, número 1, alínea c) Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas do GRUPO e associadas, e que este relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. e das empresas do GRUPO e associadas, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do GRUPO, dos membros dos Órgãos Sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 26 de Fevereiro de 2008

O Conselho de Administração,

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente

Eng. António Jorge Campos de Almeida
Vice-Presidente

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos
Vogal

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa
Vogal

Eng^a. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal

RELATÓRIO E CONTAS 2006

26 DE FEVEREIRO DE 2008

6

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
Vogal

Professor Doutor Luís Valente de Oliveira
Vogal

Dr. António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
Vogal

Dr. António Manuel da Silva Vila Cova
Vogal

Informação Financeira

Balancos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Montantes expressos em Euro)

ATIVO	Notas Explicativas	2007		2006		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas Explicativas	2007	2006
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de instalação	2	1.216.774	(1.216.774)	-	-	Capital	9	204.635.695	204.635.695
Propriedade industrial e outros direitos	2	50.419	(50.419)	-	-	Acções próprias - valor nominal	9	(9.133.745)	(8.103.971)
		1.267.193	(1.267.193)	-	-	Acções próprias - descontos e prémios	9	(7.545.422)	(3.003.414)
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Edifícios e outras construções	3	4.772	(4.472)	300	896	Prémios de emissão de acções	9	87.256.034	87.256.034
Equipamento de transporte	3	529.699	(394.561)	135.138	154.026	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	9	(143.792.638)	(137.897.355)
Equipamento administrativo	3	65.325	(58.460)	6.865	13.420	Reservas legais	9	16.172.227	9.082.570
		599.796	(457.493)	142.303	168.342	Reservas livres	9	42.665.130	41.715.746
INVESTIMENTOS FINANCEIROS									
Partes de capital em empresas do grupo	4	192.230.815	-	192.230.815	247.596.515	Resultados transitados	9	944.065	491.361
Partes de capital em empresas associadas	4	108.252.635	-	108.252.635	-			191.201.346	194.176.666
Partes de capital em outras empresas	4	578.283	-	578.283	556.021	Resultado líquido do exercício	9	89.234.727	30.357.505
Títulos e outras aplicações financeiras	4	102.295.552	-	102.295.552	90.649.552	Total do capital próprio		280.436.073	224.534.171
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	4	504.012	-	504.012	5.000				
		403.861.297	-	403.861.297	338.807.088	PROVISÕES			
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO									
Empresas participadas e participantes	5	115.961.235	-	115.961.235	58.824.233	Provisões	10	1.887.006	-
		115.961.235	-	115.961.235	58.824.233			1.887.006	-
CIRCULANTE									
Dívidas de terceiros - curto prazo									
Clientes, conta corrente	6	750	-	750	888	Empréstimos por obrigações não convertíveis	11	57.000.000	95.500.000
Empresas associadas	6	3.790.000	-	3.790.000	2.440.000	Dívidas a instituições de crédito	11	19.680.596	29.041.788
Estado e outros entes públicos	6	239.510	-	239.510	157.069	Outros empréstimos obtidos	11	67.000.000	52.780.951
Outros devedores	6	12.709.176	-	12.709.176	14.265.487	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	11	34.849	88.847
		16.739.436	-	16.739.436	16.863.444			143.715.445	177.411.586
Títulos negociáveis									
Outras aplicações de tesouraria	7	60.811	-	60.811	-	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Depósitos bancários e caixa									
Depósitos bancários	7	57.382	-	57.382	183.855	Empréstimos por obrigações não convertíveis	12	38.500.000	3.500.000
Caixa	7	5.629	-	5.629	5.979	Dívidas a instituições de crédito	12	37.103.419	11.485.515
		63.011	-	63.011	189.834	Fornecedores, conta corrente	12	802.556	367.828
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
Acréscimos de proventos	8	69.669	-	69.669	24.947	Outros empréstimos obtidos	12	37.068.263	-
Custos diferidos	8	4.346.100	-	4.346.100	2.187.174	Fornecedores de imobilizado conta corrente	12	53.658	56.831
Activos por impostos diferidos	19	3.722.636	-	3.722.636	3.878.261	Estado e outros entes públicos	12	919.946	1.817.304
		8.138.405	-	8.138.405	6.090.382	Outros credores	12	868.202	37.841
								115.316.044	17.265.319
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
Acréscimos de custos	13	2.736.540	-	2.736.540	1.732.247	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Proventos diferidos	13	875.390	-	875.390	-	Acréscimos de custos	13	2.736.540	1.732.247
		3.611.930	-	3.611.930	-	Proventos diferidos	13	875.390	-
								3.611.930	1.732.247
Total de amortizações									
			(1.724.686)			Total do passivo			
Total de ajustamentos		-	-	-	-	264.530.425			
Total do activo		546.630.373	(1.724.686)	544.966.498	420.943.323	196.409.152			
						544.966.498			
						420.943.323			

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e notas explicativas correspondentes

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstração dos Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Montantes expressos em Euro)

CUSTOS E PERDAS	Notas Explicativas	2007	2006	PROVEITOS E GANHOS	Notas Explicativas	2007	2006
Fornecimentos e serviços externos		4.086.010	2.942.505	Prestações de serviços	16	11.048.034	9.096.255
				Proveitos suplementares		100	-
				(B)		11.048.134	9.096.255
Custos com o pessoal:				Proveitos e ganhos financeiros	17	108.125.262	42.343.138
Remunerações	15	3.812.565	3.331.531	(D)		119.173.396	51.439.393
Encargos sociais	15	564.461	569.381				
		8.463.036	6.843.417	Proveitos e ganhos extraordinários	18	39.001	80.152
Amortizações	2 e 3	80.612	105.467			119.212.397	51.519.545
		8.543.648	6.948.884				
Impostos		3.301	3.082				
Outros custos e perdas operacionais		72.590	22.290				
(A)		8.619.539	6.974.256				
Custos e perdas financeiros	17	20.901.136	13.951.664				
(C)		29.520.675	20.925.920				
Custos e perdas extraordinários	18	259.164	202.035				
(E)		29.779.839	21.127.955				
Impostos sobre o rendimento do exercício	19	197.831	34.085				
(G)		29.977.670	21.162.040				
Resultado líquido do exercício		89.234.727	30.357.505				
		119.212.397	51.519.545	(F)		119.212.397	51.519.545
				Resultado operacional:	(B) - (A)	2.428.595	2.121.999
				Resultado financeiro:	(D) - (B) - (C) - (A)	87.224.126	28.391.474
				Resultado corrente:	(D) - (C)	89.652.721	30.513.473
				Resultado antes de impostos:	(F) - (E)	89.432.558	30.391.590
				Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	89.234.727	30.357.505

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e notas explicativas correspondentes

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.**Demonstração dos Resultados por Funções para os exercícios
findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006**

(Montantes expressos em Euro)

		<u>2007</u>	<u>2006</u>
Prestações de serviços	16	11.048.034	9.096.255
Custo das prestações de serviços		<u>(5.557.655)</u>	<u>(4.248.570)</u>
Resultado bruto		5.490.379	4.847.685
Outros custos e proveitos operacionais		(220.162)	(121.883)
Custos administrativos		<u>(3.061.783)</u>	<u>(2.725.686)</u>
Resultado operacional		2.208.434	2.000.116
(Custo)/ganho líquido do financiamento		(5.697.322)	(4.542.101)
Ganhos em filiais e associadas	17	100.091.943	37.374.316
Perdas em filiais e associadas	17	<u>(7.170.495)</u>	<u>(4.440.741)</u>
Resultado corrente		89.432.560	30.391.590
Imposto sobre os resultados correntes	19	(197.831)	(34.085)
Resultado líquido do exercício		<u>89.234.727</u>	<u>30.357.505</u>
Resultados por acção		0,4546	0,1545

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração de resultados

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Montantes expressos em Euro)

	Notas Explicativas	2007	2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamentos a fornecedores		(3.823.747)	(3.123.314)
Pagamento ao pessoal		(4.761.854)	(4.192.093)
Fluxos gerados pelas operações		<u>(8.585.601)</u>	<u>(7.315.407)</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(139.981)	15.439
Outros recebimentos/pagamentos de actividades operacionais		<u>12.367.302</u>	<u>9.456.194</u>
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		<u>3.641.720</u>	<u>2.156.226</u>
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		<u>(177.501)</u>	<u>(173.009)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>3.464.219</u>	<u>1.983.217</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		477.892	8.161
Dividendos		21.000.000	27.100.000
Investimentos financeiros-prestações suplementares		23.741.189	325.000
Imobilizações corpóreas		39.000	-
Suprimentos		-	101.510.863
		<u>45.258.081</u>	<u>128.944.024</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros-prestações suplementares		(32.552.224)	(25.000.000)
Imobilizações corpóreas		(54.573)	-
Suprimentos		<u>(58.237.001)</u>	<u>(75.181.418)</u>
		<u>(90.843.798)</u>	<u>(100.181.418)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(45.585.717)</u>	<u>28.762.606</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos		134.524.768	320.872.969
Outros		-	51.899
		<u>134.524.768</u>	<u>320.924.868</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos		(52.277.001)	(323.874.389)
Amortizações de contratos de locação financeira		(57.171)	(83.509)
Juros e custos similares		(12.053.402)	(8.012.356)
Dividendos		(22.509.926)	(19.653.151)
Aquisição de acções próprias		<u>(5.571.782)</u>	<u>-</u>
		<u>(92.469.282)</u>	<u>(351.623.405)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>42.055.486</u>	<u>(30.698.537)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(66.012)	47.286
Efeito das diferenças de câmbio		-	1.989
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		189.834	140.559
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	20	123.822	189.834

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração de resultados

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados
em 31 de Dezembro de 2007**

Indicações obrigatórias constantes do Plano Oficial de Contabilidade:

- 1) Não existem casos de derrogação das disposições do POC tendo em vista a necessidade de se dar uma imagem verdadeira do activo, do passivo e dos resultados da EMPRESA.
- 2) Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício de 2006. As quantias relativas aos exercícios de 2006 e 2007 incluídas nas presentes Demonstrações Financeiras estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante da alteração introduzida ao POC pelo Decreto-Lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro.
- 3) Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como os métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e ajustamentos, são apresentados na Nota Explicativa 1.
- 4) Não existem contas incluídas no balanço e na demonstração dos resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.
- 5) Os elementos do activo, passivo e dos capitais próprios foram valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes, de acordo com o estipulado no Plano Oficial de Contabilidade, e não foram efectuadas amortizações e ajustamentos extraordinários com vista a obter vantagens fiscais durante o exercício de 2007 ou em exercícios anteriores.
- 6) As situações que afectam significativamente os impostos futuros são apresentadas na Nota Explicativa 19.
- 7) O número médio de pessoas ao serviço da EMPRESA no exercício de 2007, é apresentado na Nota Explicativa 15.
- 8) Os valores incluídos em despesas de instalação são analisados na Nota Explicativa 2.
- 9) Não existem trespases registados em imobilizado incorpóreo (Nota Explicativa 2).
- 10) Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos são apresentados nas Notas Explicativas 2, 3 e 4.
- 11) Não existem custos incorridos no exercício de 2007 respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados neste período.
- 12) Não foram efectuadas reavaliações de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros.
- 13) Não foram efectuadas reavaliações de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, pelo que não se procedeu à elaboração do quadro descritivo das reavaliações.
- 14) Não existem imobilizações corpóreas ou em curso em poder de terceiros, em propriedade alheia, no estrangeiro ou reversíveis. Não existem custos financeiros nelas capitalizados, quer no período, quer em termos acumulados.
- 15) A indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira é apresentada na Nota Explicativa 11.
- 16) A indicação da firma e sede das empresas do grupo e das empresas associadas, com indicação da fracção de capital detida, bem como do resultado do último exercício em cada uma dessas empresas, com menção desse exercício, é apresentada na Nota Explicativa 4.
- 17) Existem acções da EDP incluídas na rubrica “Títulos negociáveis”, nota Explicativa 7.
- 18) Não existem valores registados na conta 4154-“Fundos”.

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados
em 31 de Dezembro de 2007**

- 19) Em 31 de Dezembro de 2007 não existem diferenças significativas, que não estejam cobertas pelos ajustamentos constituídos pela EMPRESA, entre os valores das rubricas do activo circulante calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados e o respectivo valor de mercado.
- 20) Não existem elementos do activo circulante que se encontrem registados a um valor inferior ao mais baixo do custo ou do valor de mercado.
- 21) Não foram efectuados ajustamentos extraordinários respeitantes a elementos do activo circulante.
- 22) A EMPRESA não possui existências no seu balanço.
- 23) Não existem dívidas de cobrança duvidosa em nenhuma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.
- 24) Não existem adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros dos órgãos de administração, de direcção e de fiscalização.
- 25) Não existem dívidas passivas respeitantes ao pessoal da EMPRESA.
- 26) Não existem dívidas tituladas que não estejam evidenciadas no balanço.
- 27) A quantidade e valor nominal de obrigações convertíveis de títulos de participação e de outros títulos ou direitos similares emitidos pela EMPRESA, com indicação dos direitos que conferem são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 12.
- 28) Não existem dívidas incluídas na rubrica “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.
- 29) As dívidas a terceiros a mais de cinco anos são apresentadas na Nota Explicativa 11.
- 30) Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela EMPRESA.
- 31) Não existem compromissos financeiros cuja indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da EMPRESA que não figurem no balanço.
- 32) A descrição das responsabilidades por garantias prestadas é apresentada na Nota Explicativa 14.
- 33) Não existem diferenças levadas ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.
- 34) As alterações das contas de provisões acumuladas no exercício de 2007 são apresentadas na Nota Explicativa 10.
- 35) Não houve realização ou variação do capital social no exercício de 2007. O capital social encontra-se totalmente subscrito e realizado.
- 36) O número de acções de cada categoria em que se divide o capital da EMPRESA e o seu valor nominal são apresentados na Nota Explicativa 9.
- 37) A participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20% é apresentada na Nota Explicativa 9.
- 38) Não foram subscritas acções no capital durante o exercício.
- 39) Não existem variações nas reservas de reavaliação durante o exercício de 2007.
- 40) A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de 2007 em cada uma das rubricas de capitais próprios constantes no balanço são apresentadas na Nota Explicativa 9.

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados
em 31 de Dezembro de 2007**

- 41) Não existem custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.
- 42) Não existe variação da produção.
- 43) As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais que estejam relacionadas com o exercício das respectivas funções, são apresentadas na Nota Explicativa 15. Não existem compromissos em matéria de pensões de reforma referentes a antigos membros destes órgãos.
- 44) O valor líquido das prestações de serviços não se reparte por actividades ou por mercados consideravelmente diferentes.
- 45) A demonstração dos resultados financeiros é apresentada na Nota Explicativa 17.
- 46) A demonstração dos resultados extraordinários é apresentada na Nota Explicativa 18.
- 47) Não existem outras informações exigidas por diplomas legais.
- 48) Não existem outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados, para além das apresentadas nas notas explicativas deste anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Faz parte integrante do anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados)

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Balanços em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Notas Explicativas	2007 Euro	2006 Euro
Activo			
Imobilizações incorpóreas	2	-	-
Imobilizações corpóreas	3	142.303	168.342
Investimentos financeiros	4	403.861.297	338.807.088
Dívidas de terceiros de médio e longo prazo	5	115.961.235	58.824.233
Dívidas de terceiros de curto prazo	6	16.739.436	16.863.444
Disponibilidades	7	123.822	189.834
Acréscimos e diferimentos activos	8	4.415.769	2.212.121
Activos por impostos diferidos	19	3.722.636	3.878.261
		<u>544.966.498</u>	<u>420.943.323</u>
Capital Próprio			
Capital	9	204.635.695	204.635.695
Acções próprias	9	(16.679.167)	(11.107.385)
Prémios de emissão de acções	9	87.256.034	87.256.034
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	9	(143.792.638)	(137.897.355)
Reservas e resultados transitados	9	59.781.422	51.289.677
Resultado líquido do exercício	9	<u>89.234.727</u>	<u>30.357.505</u>
Total do Capital Próprio		<u>280.436.073</u>	<u>224.534.171</u>
Passivo			
Provisões	10	1.887.006	-
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	11	143.715.445	177.411.586
Dívidas a terceiros de curto prazo	12	115.316.044	17.265.319
Acréscimos e diferimentos passivos	13	<u>3.611.930</u>	<u>1.732.247</u>
Total do Passivo		<u>264.530.425</u>	<u>196.409.152</u>
		<u>544.966.498</u>	<u>420.943.323</u>

Para ser lido com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e correspondentes notas explicativas

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.
Demonstração dos Resultados por Naturezas para os exercícios
findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Notas Explicativas	2007 Euro	2006 Euro
<i>Proveitos operacionais</i>			
Prestações de serviços	16	11.048.034	9.096.255
Proveitos suplementares		100	-
		11.048.134	9.096.255
<i>Custos operacionais</i>			
Fornecimentos e serviços externos		4.086.010	2.942.505
Custos com o pessoal	15	4.377.026	3.900.912
Amortizações	2 e 3	80.612	105.467
Impostos		3.301	3.082
Outros custos operacionais		72.590	22.290
Resultado operacional		2.428.595	2.121.999
Resultado financeiro	17	87.224.126	28.391.474
Resultado extraordinário	18	(220.163)	(121.883)
Imposto sobre o rendimento do exercício	19	(197.831)	(34.085)
Resultado líquido do exercício		<u>89.234.727</u>	<u>30.357.505</u>

Para ser lido com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e correspondentes notas explicativas

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

Nota Introdutória

A Mota-Engil, SGPS, S.A. (“MOTA – ENGIL SGPS” ou “EMPRESA”) foi constituída em 10 de Agosto de 1990 e tem como actividade principal a gestão de participações sociais em outras empresas.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Mota-Engil SGPS irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais evidenciam um total de activo de Euro 3.386.325.651, um total de passivo de Euro 2.999.399.444, um total de capital próprio de Euro 386.926.207, incluindo um resultado líquido atribuível ao GRUPO de Euro 97.538.375 e vendas e prestação de serviços de Euro 1.401.899.756.

Todos os montantes apresentados nestas notas explicativas são apresentados em Euro, salvo se expressamente referido em contrário.

1. Políticas Contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da EMPRESA, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da EMPRESA. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos.

Na Nota Explicativa 4 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo e associadas.

b) Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

i) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas referem-se, essencialmente, a despesas incorridas na constituição da EMPRESA, com aumentos de capital e de organização, as quais foram contabilizadas pelo respectivo custo histórico e que foram amortizadas pelo método das quotas constantes em seis anos.

ii) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados
em 31 de Dezembro de 2007
Notas explicativas**

iii) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

iv) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Para os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas adquiridos até 31 de Dezembro de 1996 e também no exercício findo em 31 de Dezembro de 1998 as diferenças entre o custo de aquisição desses investimentos e o valor proporcional à participação da EMPRESA nos capitais próprios dessas empresas à data de aquisição, foram registadas em capitais próprios na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. As diferenças de aquisição geradas em data posterior, foram registadas na rubrica de “Trespases” do imobilizado incorpóreo até 31 de Dezembro de 2002, tendo em 1 de Janeiro de 2003 sido transferidas para a rubrica de investimentos financeiros.

As diferenças de aquisição encontram-se a ser amortizadas pelo método das quotas constantes de acordo com o período estimado de retorno de tais investimentos financeiros.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente, pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As mais e menos - valias apuradas na alienação de investimentos financeiros são registadas por contrapartida de resultados financeiros (Nota Explicativa 17).

Os títulos e outras aplicações financeiras, as quais se referem a prestações suplementares/ acessórias concedidas às empresas participadas encontram-se registadas pelo seu valor nominal, ou pelo seu valor de realização, dos dois o mais baixo.

v) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Acréscimos e diferimentos” (Notas Explicativas 8 e 13).

vi) Acções próprias

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, sendo as mais ou menos valias geradas com a sua alienação registadas directamente na rubrica “Reservas livres”.

vii) Impostos diferidos

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota Explicativa 19).

2. Imobilizações Incorpóreas

Durante o exercício de 2007, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e ajustamentos acumulados foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
<i>Valor Bruto:</i>					
Despesas de instalação	1.216.774	-	-	-	1.216.774
Propriedade industrial e outros direitos	50.419	-	-	-	50.419
	<u>1.267.193</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.267.193</u>
<i>Amortizações e Ajustamentos Acumulados:</i>					
Despesas de instalação	(1.216.774)	-	-	-	(1.216.774)
Propriedade industrial e outros direitos	(50.419)	-	-	-	(50.419)
	<u>(1.267.193)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.267.193)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A EMPRESA tem vindo a registar nas rubricas de “Despesas de instalação” e “Propriedade industrial e outros direitos” as seguintes naturezas de custo que, em 31 de Dezembro de 2007 apresentavam os seguintes saldos:

	31.12.07
<i>Despesas de instalação</i>	
Despesas incorridas com aumentos de capital e organização	1.216.774
Amortizações e ajustamentos acumulados	<u>(1.216.774)</u>
	<u>-</u>
<i>Propriedade industrial e outros direitos:</i>	
Software	50.419
Amortizações e ajustamentos acumulados	<u>(50.419)</u>
	<u>-</u>

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

3. Imobilizações Corpóreas

Durante o exercício de 2007, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e ajustamentos acumulados foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<i>Valor Bruto:</i>					
Edifícios e outras construções	4.772	-	-	-	4.772
Equipamento de transporte	614.423	54.573	(139.297)	-	529.699
Equipamento administrativo	65.325	-	-	-	65.325
	<u>684.520</u>	<u>54.573</u>	<u>(139.297)</u>	<u>-</u>	<u>599.796</u>
<i>Amortizações e Ajustamentos Acumulados:</i>					
Edifícios e outras construções	(3.876)	(596)	-	-	(4.472)
Equipamento de transporte	(460.397)	(73.461)	139.297	-	(394.561)
Equipamento administrativo	(51.905)	(6.555)	-	-	(58.460)
	<u>(516.178)</u>	<u>(80.612)</u>	<u>139.297</u>	<u>-</u>	<u>(457.493)</u>
	<u>168.342</u>	<u>(26.039)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>142.303</u>

4. Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2007, o movimento ocorrido no valor de custo dos investimentos financeiros foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Outros	Saldo final
<i>Valor Bruto:</i>					
Partes de capital em empresas do grupo	247.596.515	3.006.225	(15.902.903)	(42.469.022)	192.230.815
Partes de capital em empresas associadas	-	-	-	108.252.635	108.252.635
Partes de capital em outras empresas	556.021	-	-	22.262	578.283
Títulos e outras aplicações financeiras	90.649.552	25.646.000	(14.000.000)	-	102.295.552
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	5.000	499.012	-	-	504.012
	<u>338.807.088</u>	<u>29.151.237</u>	<u>(29.902.903)</u>	<u>65.805.875</u>	<u>403.861.297</u>

Incluído em "Outros" encontram-se o montante de Euro 42.245.875 relativo à aplicação do método da equivalência patrimonial no exercício de 2007, (dos quais Euro 28.766.104 relativos à reclassificação da Martifer SGPS de partes de capital em empresas do grupo para partes de capital em empresas associadas e Euro 79.486.531 relativos à aplicação do método da equivalência patrimonial àquela associada no exercício de 2007), assim como o montante de Euro 23.560.000 relativo à atribuição de dividendos daquelas empresas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos das rubricas incluídas em investimentos financeiros, compõem-se como segue:

	31.12.07	31.12.06
<i>Partes de capital em empresas do grupo</i>		
MEITS, Mota-Engil Imobiliário e Turismo, S.A. ("MEIT")	-	15.902.903
MESP-Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A. ("MESP")	543.098	405.520
Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Ambiente e Serviços")	16.893.765	18.815.368
Mota-Engil Concessões de Transportes, SGPS, S.A. ("MECT")	9.848.627	13.757.470
Mota Engil, Engenharia e Construção, S.A. ("Mota-Engil Engenharia")	162.616.000	169.949.150
Martifer-SGPS, S.A. ("Martifer SGPS")	-	28.766.104
RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S.A. ("RTA")	2.329.325	-
	<u>192.230.815</u>	<u>247.596.515</u>

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

Em Junho de 2007, ocorreu a Oferta Pública de Subscrição sobre capital social da MARTIFER SGPS, na sequência da qual a participação financeira que a MOTA-ENGIL SGPS detinha nessa empresa se reduziu de 50% para 37,5%. Com o resultado de tal operação a empresa gerou um ganho, apropriado através da aplicação do método da equivalência patrimonial de Euro 67.433.474. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica partes de capital em empresas associadas corresponde à participação na MARTIFER SGPS.

Durante o exercício de 2007, os aumentos e as alienações ocorridas na rubrica “Partes de capital em empresas do grupo” corresponderam à aquisição de 100% da sociedade RTA, à aquisição de 100% da sociedade LARGO DO PAÇO e à alienação de 100% da sociedade MOTA-ENGIL IMOBILIÁRIO E TURISMO.

	31.12.07	31.12.06
<i>Partes de capital em outras empresas</i>		
ADR - Agência de Desenvolvimento do Tâmega	62.500	62.500
Vortal-Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")	515.783	493.521
	<u>578.283</u>	<u>556.021</u>

	31.12.07	31.12.06
<i>Títulos e outras aplicações financeiras</i>		
Largo do Paço	1.160.000	-
MECT	21.257.584	21.257.584
MEIT	-	14.000.000
MESP	500.000	500.000
Mota-Engil Ambiente e Serviços	8.160.000	7.060.000
Mota-Engil Engenharia	64.417.968	47.831.968
RTA	6.800.000	-
	<u>102.295.552</u>	<u>90.649.552</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, os títulos e outras aplicações financeiras correspondem a prestações suplementares concedidas às participadas.

Em 31 de Dezembro de 2007, a informação financeira preparada de acordo com o POC sobre as empresas do grupo é como segue:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido do Exercício
Largo do Paço	Amarante	100,00	(1.887.007)	(823.537)
MECT	Lisboa	100,00	9.848.627	(3.908.017)
MESP	Porto	100,00	543.098	137.576
Mota-Engil Ambiente e Serviços	Porto	100,00	16.893.765	391.293
Mota-Engil Engenharia	Amarante	100,00	162.616.000	23.211.185
RTA	Amarante	100,00	2.329.325	(2.438.941)

O ajustamento no valor das rubricas de “Partes de capital em empresas do grupo” e “Partes de capital em empresas associadas”, resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros, tem o seguinte detalhe:

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

Ganhos em empresas participadas (Nota Explicativa 17)	100.091.943
Perdas em empresas participadas (Nota Explicativa 17)	(7.170.495)
	<u>92.921.448</u>
Provisões (Nota Explicativa 10)	1.887.006
Ajustamentos em partes de capital em filiais e associadas (Nota Explicativa 9)	(5.442.579)
Dividendos atribuídos	(23.560.000)
	<u>65.805.875</u>

Os dividendos atribuídos, os ajustamentos de partes de capital e os resultados líquidos do exercício das empresas participadas são como segue:

	Dividendos atribuídos	Ajust. partes de capital	Result. líquido apropriado
Largo do Paço	-	(1.063.469)	(823.537)
MECT	-	(826)	(3.908.017)
MESP	-	2	137.576
Mota-Engil Ambiente e Serviços	2.560.000	247.105	391.293
Mota-Engil Engenharia	21.000.000	(9.544.334)	23.211.185
Vortal	-	(16.691)	38.953
Martifer SGPS	-	3.173.595	76.312.936
RTA	-	1.762.039	(2.438.941)
	<u>23.560.000</u>	<u>(5.442.579)</u>	<u>92.921.448</u>

Os “Ajustamentos em partes de capital” respeitam, essencialmente, a alterações ocorridas na situação líquida das participadas, nomeadamente diferenças cambiais na transposição de demonstrações financeiras em moeda diferente do Euro.

5. Dívidas de Terceiros de Médio e Longo Prazo

Nesta rubrica encontram-se registados os empréstimos concedidos às empresas participadas os quais vencem juros a uma taxa equivalente à taxa de custo de financiamento externo da EMPRESA.

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.07	31.12.06
Largo do Paço	510.000	-
Mota-Engil Engenharia	30.034.978	8.393.218
Mota-Engil Ambiente e Serviços	58.317.902	25.750.141
MECT	20.278.355	12.455.155
MEIT	-	12.225.719
RTA	6.820.000	-
	<u>115.961.235</u>	<u>58.824.233</u>

6. Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.07	31.12.06
Cientes, conta corrente	750	888
Empresas associadas	3.790.000	2.440.000
Estado e outros entes públicos	239.510	157.069
Outros devedores	12.709.176	14.265.487
	<u>16.739.436</u>	<u>16.863.444</u>

Os outros devedores incluem o montante de juros de suprimentos debitados às empresas do Grupo de Euro 5.030.956 e um montante relativo a adiantamentos a pessoal de Euro 185.988.

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

7. Disponibilidades

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.07	31.12.06
Títulos negociáveis	60.811	-
Depósitos bancários e caixa		
Depósitos bancários	57.382	183.855
Caixa	5.629	5.979
	<u>123.822</u>	<u>189.834</u>

8. Acréscimos e Diferimentos Activos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
<i>Acréscimos de proveitos</i>		
Juros a receber	69.669	24.947
	<u>69.669</u>	<u>24.947</u>
<i>Custos diferidos</i>		
Seguros	4.352	7.534
Encargos financeiros diferidos	1.551.845	2.179.640
Outros ajustamentos relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial	2.789.903	-
	<u>4.346.100</u>	<u>2.187.174</u>
	<u>4.415.769</u>	<u>2.212.121</u>

A rubrica de “Encargos financeiros diferidos” inclui os encargos incorridos com a montagem dos empréstimos obrigacionistas, os quais estão a ser reconhecidos ao longo do período de vigência dos mesmos (Nota Explicativa 11).

A rubrica “Outros ajustamentos relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial” respeita ao resultado da alienação intragrupo da participada MOTA-ENGIL IMOBILIÁRIO E TURISMO.

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

9. Capital Próprio

Durante o exercício de 2007, o movimento ocorrido nos saldos das rubricas de capital próprio, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Transferências	Movimentos do exercício	Aplicação de resultados	Saldo final
Capital	204.635.695	-	-	-	204.635.695
Acções próprias – valor nominal	(8.103.971)	-	(1.029.774)	-	(9.133.745)
Acções próprias – descontos e prémios	(3.003.414)	-	(4.542.008)	-	(7.545.422)
Prémios de emissão de acções	87.256.034	-	-	-	87.256.034
Ajust. de partes de capital em filiais e associadas	(137.897.355)	(452.704)	(5.442.579)	-	(143.792.638)
Reservas legais	9.082.570	5.571.782	-	1.517.875	16.172.227
Reservas livres	41.715.746	(5.571.782)	-	6.521.166	42.665.130
Resultados transitados	491.361	452.704	-	-	944.065
Resultado líquido do exercício	30.357.505	-	89.234.727	(30.357.505)	89.234.727
	224.534.171	-	78.220.366	(22.318.464)	280.436.073

Capital

O capital da MOTA – ENGIL SGPS em 31 de Dezembro de 2007 ascende a Euro 204.635.695, totalmente subscrito e realizado, estando representado por 204.635.695 acções ao portador com valor nominal de 1 Euro cada.

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito e realizado são analisadas como segue:

	%	Montante
Mota Gestão e Participações, S.G.P.S., S.A.	33,19	67.921.887

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas e em acções próprias respeitam a (i) Euro 5.442.579 à aplicação do método de equivalência patrimonial e (ii) Euro 5.571.782 respeitante à aquisição de acções próprias.

A MOTA-ENGIL SGPS, SA adquiriu 1.029.774 acções próprias durante o exercício de 2007, detendo, em 31 de Dezembro de 2007, 9.133.745 acções próprias representativas de 4,46% do seu capital social.

Prémios de emissão de acções

A legislação comercial dispõe que os prémios de emissão de acções não podem ser distribuídos aos accionistas, só podendo ser utilizados em aumentos de capital, ou na cobertura de prejuízos depois de utilizadas as reservas e resultados distribuíveis.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Segundo dispõe a legislação comercial, esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas apenas podendo

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

ser utilizada em aumentos de capital ou na cobertura de prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Aplicação de resultados

De acordo com a decisão da Assembleia Geral da MOTA – ENGIL SGPS em reunião realizada em 30 de Março de 2007, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi aplicado como segue:

Reservas legais	1.517.875
Reservas livres	5.629.704
Dividendos	22.509.926
Gratificações por aplicação de resultados	700.000

Os dividendos a distribuir relativos a acções próprias, no montante de Euro 891.462 foram reclassificados para reservas livres.

10. Provisões para Outros Riscos e Encargos

Em 31 de Dezembro de 2007, o movimento ocorrido na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” é como segue:

<i>Provisões</i>	31.12.07
Saldo inicial	-
Aumento (Nota Explicativa 4)	1.887.006
Saldo final	1.887.006

11. Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

	31.12.07	31.12.06
Empréstimos por obrigações não convertíveis	57.000.000	95.500.000
Dívidas a instituições de crédito	19.680.596	29.041.788
Outros empréstimos obtidos	67.000.000	52.780.951
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	34.849	88.847
	143.715.445	177.411.586

Empréstimos por obrigações não convertíveis

Em 9 de Dezembro de 2003, a EMPRESA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de Euro 17.500.000, pelo prazo de 7 anos, remunerando juros semestral e postecipadamente a uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses adicionada de 1,75 pontos percentuais. Os juros são pagos em 9 de Junho e 9 de Dezembro de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em 9 de Junho de 2004. O reembolso será efectuado em dez prestações semestrais, iguais e sucessivas, por redução de valor nominal das obrigações, a partir da data de pagamento do 5º cupão. A EMPRESA poderá efectuar o reembolso antecipado total ou parcial, neste caso por redução ao valor nominal, das obrigações, nas 10ª e 12ª datas de pagamento de juros. Cada obrigacionista poderá solicitar o reembolso antecipado das obrigações de que seja titular, ao valor nominal, nas 10ª e 12ª datas de

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados
em 31 de Dezembro de 2007
Notas explicativas**

pagamento de juros. A MOTA – ENGIL SGPS obriga-se a reembolsar de imediato as obrigações, e respectivos juros, caso se demonstre o incumprimento do definido contratualmente.

Em 29 de Dezembro de 2003, a EMPRESA contraiu um empréstimo por obrigações no valor de Euro 35.000.000, pelo prazo de 5 anos, remunerando juros semestral e postecipadamente a uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses adicionada de 0,75 pontos percentuais, com um único reembolso no final do prazo do empréstimo. Os juros são pagos em 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em 29 de Junho de 2004. A MOTA – ENGIL SGPS obriga-se a reembolsar de imediato as obrigações, e respectivos juros, caso se demonstre o incumprimento do definido contratualmente.

Em 29 de Dezembro de 2004, a EMPRESA emitiu novo empréstimo por obrigações no valor de Euro 15.000.000, pelo prazo de 7 anos, remunerando juros semestral e postecipadamente, a 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano, a uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses adicionada de 1,5 pontos percentuais. O reembolso das obrigações será efectuado em 4 prestações semestrais iguais e sucessivas, por redução do valor nominal das obrigações, com início na 11ª data de pagamento de juros. A EMPRESA poderá, sem penalização, efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste caso por redução ao valor nominal, das obrigações, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive, sempre em data coincidente com uma data de pagamento de juros. Cada obrigacionista poderá, através de carta registada com aviso de recepção e com antecedência mínima de 30 dias, solicitar o reembolso antecipado, da totalidade ou de parte das obrigações de que seja titular, ao valor nominal, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusivé, e sempre em data coincidente com uma data de pagamento de juros, caso a MOTA – ENGIL SGPS demonstre incumprimento do definido contratualmente.

Em 30 de Dezembro de 2004, a EMPRESA contraiu outro empréstimo por obrigações no valor de Euro 15.000.000, pelo prazo de 5 anos, remunerando juros semestral e postecipadamente, a 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, a uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses adicionada de 1,75 pontos percentuais. O reembolso das obrigações será efectuado ao seu valor nominal, de uma só vez, no final do 5º ano, ou seja, em 30 de Dezembro de 2009. Cada obrigacionista poderá solicitar o reembolso antecipado, da totalidade ou de parte das obrigações de que seja titular, a partir da 6ª data de pagamento de juros, inclusivé, ou, caso as demonstrações financeiras consolidadas da MOTA – ENGIL SGPS demonstrem o incumprimento de determinados rácios financeiros definidos contratualmente.

Em 21 de Junho de 2005, foi contraído pela EMPRESA um novo empréstimo por obrigações no valor de Euro 20.000.000, pelo prazo de 5 anos, remunerando juros semestral e postecipadamente, a 21 de Junho e 21 de Dezembro de cada ano, a uma taxa de juro indexada à Euribor de 6 meses adicionada de 0,95 pontos percentuais. O reembolso das obrigações será efectuado numa única prestação no final do prazo da emissão. Cada obrigacionista poderá solicitar o reembolso antecipado das obrigações ao valor nominal caso as demonstrações financeiras consolidadas da MOTA – ENGIL SGPS demonstrem o incumprimento de determinados rácios financeiros definidos contratualmente, ou caso os actuais accionistas de referência da EMPRESA deixem de controlar, directa ou indirectamente, a maioria do seu capital e/ou direitos de voto.

Outros empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo da rubrica de balanço “Outros empréstimos obtidos” corresponde a (i) uma emissão de papel comercial efectuada pela EMPRESA, no montante, líquido de juros vencidos, de Euro 20.483.138, garantida por um sindicato bancário, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 23 de Abril de 2008; (ii) outra emissão, no montante, líquido de juros vencidos, de Euro 16.585.125, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 03 de Dezembro de 2008, (iii) outra emissão, no montante, líquido de juros vencidos, de Euro 15.000.000, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 13 de Novembro de 2011, iv) outra emissão, no montante, líquido de juros vencidos, de Euro 15.000.000, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 05 de Setembro de 2012 e (v) outra emissão, no

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

montante, líquido de juros vencidos, de Euro 37.000.000, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 15 de Janeiro de 2019.

Fornecedores de imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2007, a EMPRESA mantinha responsabilidades como locatária relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira no montante de Euro 93.044, com o seguinte prazo de vencimento:

Ano de vencimento	Capital	Juros	Total
1 ano	53.658	3.189	56.847
2 anos	26.099	1.123	27.222
3 anos	8.750	225	8.975
	<u>88.507</u>	<u>4.537</u>	<u>93.044</u>

12. Dívidas a Terceiros de Curto Prazo

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.07	31.12.06
Empréstimos por obrigações não convertíveis (Nota Explicativa 11)	38.500.000	3.500.000
Dívidas a instituições de crédito	37.103.419	11.485.515
Fornecedores, conta corrente	802.556	367.828
Outros empréstimos obtidos (Nota Explicativa 11)	37.068.263	-
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	53.658	56.831
Estado e outros entes públicos	919.946	1.817.304
Outros credores	868.202	37.841
	<u>115.316.044</u>	<u>17.265.319</u>

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
Imposto sobre o valor acrescentado	792.672	1.695.316
Segurança social	40.874	39.304
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	86.400	82.684
	<u>919.946</u>	<u>1.817.304</u>

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

13. Acréscimos e Diferimentos Passivos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	31.12.07	31.12.06
<i>Acréscimos de custos</i>		
Remunerações a liquidar	495.443	452.993
Juros a liquidar	2.090.296	1.169.490
Outros acréscimos de custos	150.801	109.764
	<u>2.736.540</u>	<u>1.732.247</u>
<i>Proveitos diferidos</i>		
Outros proveitos diferidos	875.390	-
	<u>875.390</u>	<u>-</u>
	<u>3.611.930</u>	<u>1.732.247</u>

14. Garantias

Em 31 de Dezembro de 2007, a EMPRESA tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas no montante de Euro 10.200.000, as quais se destinam, fundamentalmente, a garantir empréstimos bancários da EMPRESA e participadas.

15. Custos com Pessoal

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.07	31.12.06
Remunerações	3.812.565	3.331.531
Encargos sociais e outros	564.461	569.381
	<u>4.377.026</u>	<u>3.900.912</u>

Número médio de pessoal

O número médio de pessoal ao serviço da MOTA – ENGIL SGPS durante os exercícios de 2007 e 2006 pode ser analisado como segue:

	31.12.07	31.12.06
Administradores	9	11
Empregados	46	46
	<u>55</u>	<u>57</u>

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração da EMPRESA durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 ascenderam a Euro 2.366.280 e Euro 2.129.451, respectivamente. Em cada um desses mesmos exercícios a remuneração atribuída ao fiscal único ascendeu a Euro 22.847.

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

16. Prestação de Serviços

A rubrica de “Prestações de serviços” corresponde a serviços prestados a empresas do Grupo relativos a serviços de gestão.

17. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
<i>Proveitos e ganhos financeiros</i>		
Juros obtidos	7.935.326	4.966.811
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota Explicativa 4)	100.091.943	37.374.316
Diferenças de câmbio favoráveis	74	1.994
Outros proveitos e ganhos financeiros	97.919	17
	<u>108.125.262</u>	<u>42.343.138</u>
<i>Custos e perdas financeiras</i>		
Juros suportados	13.721.210	9.445.951
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota Explicativa 4)	7.170.495	4.440.741
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3	5
Outros custos e perdas financeiros	9.428	64.967
	<u>20.901.136</u>	<u>13.951.664</u>
Resultados financeiros	<u>87.224.126</u>	<u>28.391.474</u>

18. Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários nos exercícios de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

	<u>31.12.07</u>	<u>31.12.06</u>
<i>Proveitos e ganhos extraordinários</i>		
Ganhos em imobilizações	39.001	59.000
Outros proveitos e ganhos extraordinários	-	21.152
	<u>39.001</u>	<u>80.152</u>
<i>Custos e perdas extraordinárias</i>		
Donativos	189.734	187.850
Multas e penalidades	370	395
Correcções relativas a exercícios anteriores	19.361	-
Outros custos e perdas extraordinários	49.699	13.790
	<u>259.164</u>	<u>202.035</u>
Resultado extraordinário	<u>(220.163)</u>	<u>(121.883)</u>

MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2007 Notas explicativas

19. Imposto sobre o Rendimento do Exercício

As diferenças temporárias a deduzir ao lucro tributável que originaram activos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na Demonstração dos Resultados	Efeito em Capital Próprio
Prejuízos fiscais	(13.947.143)	155.625	(14.102.768)
	<u>(13.947.143)</u>	<u>155.625</u>	<u>(14.102.768)</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, os activos por impostos diferidos calculados a uma taxa de 25% ascendiam a Euro 3.722.636, dos quais 155.625 têm efeito na demonstração dos resultados.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 a EMPRESA não procedeu, por uma questão de prudência, ao reforço dos activos por impostos diferidos. É convicção do Conselho de Administração que a EMPRESA recuperará os activos por impostos diferidos anteriormente calculados.

A MOTA – ENGIL SGPS encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC, à taxa normal de 25%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%. Face à sua natureza jurídica e objecto social a EMPRESA encontra-se abrangida pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os dividendos recebidos das empresas participadas não são tributados e os ganhos e perdas em empresas participadas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais.

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2001, cinco anos após essa data) e consequentemente as declarações fiscais de 2004 a 2007 poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da EMPRESA entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

20. Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Caixa e seus equivalentes pode ser analisado como segue:

	31.12.07	31.12.06
Títulos negociáveis	60.811	-
Depósitos bancários e caixa		
Depósitos bancários	57.382	183.855
Caixa	<u>5.629</u>	<u>5.979</u>
	<u>123.822</u>	<u>189.834</u>

Relatórios de Fiscalização

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da “MOTA – ENGIL, SGPS, S.A.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 544 966 498 euros e um total de capital próprio de 280 436 073 euros, incluindo um resultado líquido de 89 234 727 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

.../...

.../...

2.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da “MOTA - ENGIL, SGPS, S.A.” em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1 – Tal como no exercício anterior, as Demonstrações Financeiras referidas no parágrafo 1 acima, reportam-se às contas individuais da Empresa. Foi aplicado o Método da Equivalência Patrimonial nos investimentos em empresas do grupo e associadas, conforme nota explicativa nº1, b-iv do Anexo.

8.2 – A Empresa elabora também demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentam uma imagem mais nítida da dimensão do Grupo de empresas, nas suas vertentes económica, financeira, resultados das operações e fluxos de caixa.

Porto, 11 de Março de 2008

António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas da
MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de 2007, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu com a regularidade necessária e acompanhou a evolução da Sociedade, nomeadamente através dos contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.

De igual modo, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que até 30 de Março de 2007 exerceu as funções de Fiscal Único, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos de prestação de contas, a Certificação Legal das Contas Individuais emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Relatório de Auditoria do Auditor inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, tendo também apreciado a proposta do Conselho de Administração de aplicação dos resultados.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas individuais apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação dos resultados.

Porto, 12 de Março de 2008

O Conselho Fiscal

Alberto João Coraceiro de Castro

José Rodrigues de Jesus

Manuel Teixeira Mendes

RELATÓRIO DE AUDITORIA
CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Para efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Mota Engil S.G.P.S, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, que evidencia um total de 544.966.498 Euros e capitais próprios de 280.436.073 Euros, incluindo um resultado líquido de 89.234.727 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira da Mota Engil, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e não consolidada, e foram preparadas nos termos da legislação em vigor para aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. Conforme indicado na Nota explicativa 1 b-iv) do Anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia cujos principais indicadores são divulgados na Nota Introdutória do Anexo.

Porto, 11 de Março de 2008

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.
SOCIEDADE ABERTA
CAPITAL SOCIAL: 204 635 695 EUROS
MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO
COMERCIAL DO PORTO COM O N.º 502 399 694
NIPC: 502 399 694

EDIFÍCIO MOTA
RUA DO REGO LAMEIRO, N.º 38
4300-454 PORTO

RUA MÁRIO DIONÍSIO, N.º 2
2796-957 LINDA-A-VELHA

TEL: 351 22 5190300
FAX: 351 22 5190303
WWW.MOTA-ENGIL.PT

TEL: 351 21 4158200
FAX: 351 21 4158688

